



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS  
MESTRADO EM DIREITOS HUMANOS

ERICA OLIVEIRA CAVALCANTI SCHUMACHER

**DIREITOS HUMANOS E FORMAÇÃO DE AGENDA NAS POLÍTICAS  
PÚBLICAS: O caso dos Centros Comunitários da Paz (COMPAZ) no Recife/PE**

Recife – PE

2024

ERICA OLIVEIRA CAVALCANTI SCHUMACHER

**DIREITOS HUMANOS E FORMAÇÃO DE AGENDA NAS POLÍTICAS  
PÚBLICAS: O caso dos Centros Comunitários da Paz (COMPAZ) no Recife/PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos.

Linha de Pesquisa: (2) Cidadania, Movimentos Sociais e Diversidades.

Área de Concentração: Direitos Humanos e Sociedade.

Orientadora: Dra. Ana Cláudia Rocha Cavalcanti.

Recife – PE

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Schumacher, Erica Oliveira Cavalcanti.

Direitos humanos e formação de agenda nas políticas públicas: o caso dos centros comunitários da paz (COMPAZ) no Recife/PE / Erica Oliveira Cavalcanti Schumacher. - Recife, 2024.

118p. : il., tab.

Orientador(a): Ana Cláudia Rocha Cavalcanti

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, 2024.

Inclui referências, apêndices.

1. Políticas públicas. 2. Direitos humanos. 3. Formação de agenda estatal. 4. Cultura de paz . 5. Direitos sociais. I. Cavalcanti, Ana Cláudia Rocha. (Orientação). II. Título.

360 CDD (22.ed.)

ERICA OLIVEIRA CAVALCANTI SCHUMACHER

**DIREITOS HUMANOS E FORMAÇÃO DE AGENDA NAS POLÍTICAS  
PÚBLICAS: O caso dos Centros Comunitários da Paz (COMPAZ) no Recife/PE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Artes e Comunicação, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos.

Área de concentração: Direitos Humanos e Sociedade.

Aprovada em: 17/09/2024

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Cláudia Rocha Cavalcanti (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria de Barros (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Tavares Duarte (Examinadora Externa)  
Universidade Federal de Pernambuco

Para Thiago, por manter meus pés no  
chão quando tudo ao meu redor era  
vendaval.

Para Ana Cláudia, por sustentar minha  
mão até aqui. Sem sua nobreza, nada  
disto teria sido possível.

## AGRADECIMENTOS

À regência divina que abençoa, protege e cuida, por colocar no meu caminho todas as circunstâncias e pessoas envolvidas nesta trilha de aprendizados, superação e graça.

Ao meu tio Rogério Quintão, por ser exemplo familiar de dedicação, comprometimento e doação; por fazer-se pai, professor e âncora em todos os momentos.

À minha irmã Ana Carolina Cavalcanti, por ser reflexo, contrapeso e consolo tanto nos dias ensolarados, como nos dias nublados.

Aos familiares que partiram, pelo tempo de suas vidas que tive enquanto pude.

À família Schumacher, por estenderem a mim o afeto que me reorientou na rota da vida.

Aos mestres Martorelli Dantas e Renato Dantas, por toda confiança e inspiração que me fizeram trilhar o caminho da docência e da pesquisa nos últimos 15 anos.

Ao Secretário Murilo Cavalcanti, por conceber a humanização universal que eu tanto busquei no Direito e encontrei nas Políticas Públicas. Minha admiração e gratidão acompanharam a produção deste trabalho e todo o percurso do mestrado. Agradeço igualmente a Paulo Moraes, pelo gentil compartilhamento de saberes sobre o Compaz.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da UFPE, pelo feliz encontro que tive ao ser recebida por tantas mentes brilhantes repletas de gentileza.

Aos secretários do PPGDH, Ênio e Karla, por todo o suporte institucional no decorrer da pós-graduação; agradeço por toda a presteza e cortesia que recebi no Programa.

Às professoras Ana Maria de Barros e Ana Maria Tavares Duarte, por tornarem-se peças fundamentais de orientação para a conclusão desta dissertação.

À minha orientadora, Professora Ana Cláudia Cavalcanti, pelo farol que tem sido e por toda significância simbólica, profissional e acadêmica que vem representando nesta jornada. Palavras não comportam a extensão de minha gratidão, estima e respeito pelo ser humano que és e pela condução desta mentoria. Sou grata por toda a bondade que encontrei no casal Ana e Flávio, pois acreditaram em mim enquanto eu mesma não conseguia fazê-lo. Obrigada, mestres!

A Thiago Schumacher, por tudo e por tanto. Não haveria nada a escrever, aprender ou viver se não fosse pelo amor que você me transmitiu da maneira mais sublime que um ser humano poderia fazer. Agradeço-te por tudo que não cabe aqui, mas que representa o conjunto desta obra.

Aos anjinhos Jack, Mia, Toby e Alvinho, pela aura encantada que permeiam em minha vida.

Ele se ergueu, Dumbledore o acompanhou, e os dois se fitaram demoradamente.

- Me diga uma última coisa – disse Harry – Isso é real? Ou esteve acontecendo apenas em minha mente?

Dumbledore lhe deu um grande sorriso, e sua voz pareceu alta e forte aos ouvidos de Harry, embora a névoa clara estivesse baixando e ocultando seu vulto.

- Claro que está acontecendo em sua mente, Harry, mas por que isto significaria que não é real?

(J.K Rowling, Harry Potter e as Relíquias da Morte, 2007)

## RESUMO

A formação da agenda política de um gestor precisa estar em sincronia com os ideais normativos insculpidos nos textos positivados, donde se destaca a atenção aos direitos humanos e à tentativa de reduzir a exposição de certos agrupamentos sociais. De acordo com John Kingdon, no ciclo da política pública, a formação da agenda perpassa por 3 condicionantes: fluxo de problemas, fluxo de soluções e fluxo político. Quando um empreendedor reúne os fatores, cria-se a janela de oportunidade. No caso dos Centros Comunitários da Paz, tem-se uma política pública intentada pela Prefeitura do Recife com o intuito de reforçar os elos de cidadania, pertencimento e vivência de direitos em comunidades especialmente atingidas por índices elevados de criminalidade, violência e pobreza, com o fito de efetivar os anseios dos direitos humanos para populações vulneráveis socioeconomicamente. O objetivo geral da presente dissertação consiste em compreender a aplicação do modelo de fluxos múltiplos de John Kingdon na formação da agenda nas políticas públicas dos Compaz, na cidade do Recife/PE. A pesquisa perpassa por uma revisão de literatura que deslinda a maneira como as políticas públicas podem e devem efetivar os direitos humanos dos quais a legislação brasileira é signatária; na sequência aborda o ciclo da política. Ao apresentar a política do Compaz, a pesquisa apresenta o funcionamento das unidades e na sequência promove a interseção dos fluxos múltiplos de John Kingdon aos indicadores políticos, sociais e econômicos responsáveis pela criação dos Centros Comunitários. A abordagem adotada nesta pesquisa é de cunho qualitativo.

**Palavras-chave:** Agenda pública. Direitos sociais. Modelo dos fluxos múltiplos.

## ABSTRACT

The formation of a manager's political agenda needs to be in sync with the normative ideals enshrined in positive texts, which highlights the attention to human rights and the attempt to reduce the exposure of certain social groups. According to John Kingdon, in the public policy cycle, the formation of the agenda goes through 3 conditions: flow of problems, flow of solutions and political flow. When an entrepreneur brings together the factors, a window of opportunity is created. In the case of Community Peace Centers, there is a public policy introduced by Recife City Hall with the aim of reinforcing the links of citizenship, belonging and experience of rights in communities especially affected by high rates of crime, violence and poverty, with the aim of realizing human rights aspirations for socioeconomically vulnerable populations. The general objective of this dissertation is to understand the application of John Kingdon's multiple flows model in the formation of the public policy agenda of the Compaz, in the city of Recife/PE. The research involves a literature review that unravels the way in which public policies can and should implement human rights to which Brazilian legislation is a signatory; Next, it addresses the policy cycle. By presenting Compaz's policy, the research presents the functioning of the units and then promotes the intersection of John Kingdon's multiple flows with the political, social and economic indicators responsible for the creation of Community Centers. The approach adopted in this research is qualitative in nature.

**Keywords:** Public agenda. Social rights. Multiple streams model.

## LISTA DE SIGLAS DE ABREVIACÕES

CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina
CF/1988	Constituição Federal de 1988
CIS	Comunidade de Interesse Social
CEMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CODECIR	Secretaria-Executiva de Defesa Civil
COMPAZ	Centro Comunitário da Paz
Covid-19	<i>Coronavirus Disease 2019</i>
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
FUNASE	Fundação de Atendimento Socioeducativo de Pernambuco
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAI	Lei de Acesso à Informação
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ODUS	Objetivos do Desenvolvimento Urbano Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PCR	Prefeitura da Cidade do Recife
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PROCON	Serviço de Proteção ao Consumidor
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PUI	Projetos Urbanos Integrais
RPA	Região Político-Administrativa
RPU	Revisão Periódica Universal
SDS/PE	Secretaria de Defesa Social de Pernambuco
SEDUC	Secretaria de Educação
SEMOC	Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano do Recife
SEPLAGTD	Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital
SESEC	Secretaria de Segurança Cidadã
TRE-PE	Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

USF	Unidade de Saúde da Família
UTEC	Unidade de Tecnologia na Educação
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Comparação dos Fluxos Múltiplos com os eventos de criação do Compaz no Recife
----------	---

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização de Recife no Brasil
Figura 2	Localização dos COMPAZ no Recife
Figura 3	Esquema dos Fluxos Múltiplos ( <i>Multiple Streams</i> ) de Kingdon
Figura 4	RPA do Compaz Governador Eduardo Campos
Figura 5	Atendimentos do Compaz Governador Eduardo Campos 2016-2024
Figura 6	Perfil do bairro Alta Santa Terezinha
Figura 7	Compaz Escritor Ariano Suassuna
Figura 8	RPA do Compaz Escritor Ariano Suassuna
Figura 9	Atendimentos do Compaz Escritor Ariano Suassuna 2017-2024
Figura 10	Atendimentos do Compaz Escritor Ariano Suassuna 2017-2024
Figura 11	Perfil do bairro Cordeiro
Figura 12	Compaz Governador Miguel Arraes
Figura 13	RPA do Compaz Governador Miguel Arraes
Figura 14	Atendimentos do Compaz Governador Miguel Arraes 2020-2024
Figura 15	Perfil do bairro Caxangá
Figura 16	Compaz Dom Hélder Câmara
Figura 17	RPA do Compaz Dom Hélder Câmara
Figura 18	Perfil do bairro Coque
Figura 19	Compaz Professor Paulo Freire
Figura 20	RPAs da cidade do Recife
Figura 21	Atendimentos do Compaz Escritor Paulo Freire mar.-jul. 2024
Figura 22	Perfil do bairro da Cohab
Figura 23	Compaz Atriz Leda Alves

- Figura 24 Perfil do bairro do Pina
- Figura 25 Comparações das Taxas de Homicídio Recife-Pernambuco-Brasil 2012
- Figura 26 Faixa etária e objeto envolvido nos CVLI do Recife 2012
- Figura 27 Principais Motivações e tipos de Atividades criminais do Recife 2012
- Figura 28 Perspectiva do projeto da primeira unidade do Compaz
- Figura 29 Resultado das eleições do Recife 2008
- Figura 30 Resultado das eleições do Recife 2012

## Sumário

RESUMO .....	8
ABSTRACT .....	9
LISTA DE SIGLAS DE ABREVIACÕES.....	10
LISTA DE TABELAS.....	11
LISTA DE FIGURAS.....	11
INTRODUÇÃO .....	15
1. A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS POR MEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	20
1.1. Sobre os Direitos Humanos .....	20
1.2. Propósito Constitucional Das Políticas Públicas .....	22
1.3. Diferentes Abordagens para a Política Pública.....	25
2. CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA .....	29
2.1. Acerca dos Ciclos das Políticas Públicas.....	29
2.2. Significados dos Problemas Públicos .....	31
2.3. Formação da Agenda Pública.....	31
2.4. Os Fluxos e Múltiplos e Suas Aplicações.....	38
2.4.1. Implementação das Políticas Públicas.....	40
2.4.2. Avaliação das Políticas Públicas.....	42
3. METODOLOGIA.....	45
4.1 Recorte Espacial .....	46
4.2 Recorte Temporal.....	48
4.3 Estado da Arte .....	50
4. AVALIAÇÃO DO COMPAZ COMO POLÍTICA PÚBLICA FOMENTADORA DOS DIREITOS HUMANOS NA CIDADE DO RECIFE/PE .....	52
4.1. O Caso do COMPAZ em Recife – antecedentes e conjuntura social .....	52
4.1.1. Compaz Governador Eduardo Campos .....	56
4.1.2. Compaz Escritor Ariano Suassuna .....	61
4.1.3. Compaz Governador Miguel Arraes.....	65
4.1.4. Compaz Dom Hélder Câmara .....	70
4.1.5. Compaz Escritor Paulo Freire .....	75
4.1.6. Compaz Atriz Leda Alves .....	80
5. DISCUSSÕES: Agenda e Formação de uma Política.....	83
5.1. Sobre a Agenda do COMPAZ.....	83
5.2. A Difusão de uma Ideia e a Formação de uma Política .....	84
5.3. Por uma Análise dos Fluxos Múltiplos no COMPAZ.....	85
5.3.1. Fluxo dos Problemas.....	85

5.3.2.	Fluxo das Políticas.....	90
5.3.3.	Fluxo da Política.....	97
5.3.4.	Empreendedores .....	101
5.4.	Avaliação da Rede Compaz pelos Indicadores da Agenda 2030 da ONU .....	104
6.	CONCLUSÃO .....	106
6.1.	Breve Reflexão sobre os Resultados.....	106
6.2.	Implicações dos Resultados .....	108
6.3.	Considerações Finais.....	110
	REFERÊNCIAS.....	112
	APÊNDICE A: Pedido de Acesso à Informação nº. 2024008630079010280.....	118

## INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1930, Laswell (1936) introduziu o termo *policy analysis* (análise de política pública), com o objetivo de conciliar o conhecimento científico e acadêmico com a produção empírica dos governos e estabelecer um diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo (SOUZA, 2006).

No final do século XX, com a intensificação da crise do Estado de bem-estar social e as convulsões econômicas, sociais e políticas enfrentadas, especialmente a partir do final da década de 1970, junto com o movimento da Nova Administração Pública (OSBORNE; GAEBLER, 1992; STEWART, 1998; SEABRA, 2001), o Estado começou a ser fortemente questionado quanto às suas funções e à eficácia de suas ações interventoras na realidade social (TREVISAN e VAN BELLEN, 2008). Assim, a compreensão do sucesso e do fracasso das políticas públicas tornou-se essencial para o melhor desempenho da administração pública.

As últimas décadas do século XX viram o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, bem como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação (SOUZA, 2006).

Nos países em desenvolvimento e nas democracias recentes ou recém-democratizadas, observa-se que a maioria, especialmente na América Latina, ainda não conseguiu formar coalizões políticas capazes de enfrentar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas que impulsionem o desenvolvimento econômico e promovam a inclusão social de grande parte de sua população (SOUZA, 2006). Respostas a esse desafio não são fáceis nem claras ou consensuais; elas dependem de muitos fatores externos e internos. No entanto, o desenho das políticas públicas e as regras que regem suas decisões, elaboração e implementação também influenciam os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre política pública.

A crescente importância das políticas públicas exige não apenas estudos na área, mas também pesquisas que subsidiem o processo e a avaliação dessas políticas. Esse processo tem gerado a formação de atores governamentais e não governamentais capazes de contribuir para a análise de políticas (FARAH, 2016).

Atualmente, há uma multiplicidade de abordagens e vertentes analíticas que buscam entender a diversificação dos processos de formação e gestão das políticas públicas, considerando um mundo cada vez mais caracterizado pela interdependência

assimétrica, incerteza e complexidade das questões (FARIA, 2003; TREVISAN e VAN BELLEN, 2008).

O termo política pública pode representar um conjunto de ações tomadas pelo poder público para enfrentar um problema específico. Políticas públicas envolvem decisões sobre como os recursos são divididos e/ou acessados, refletindo um jogo político de tomada de decisões para atender ao interesse público e influenciar a vida dos cidadãos (BIRKLAND, 2001; CAVALCANTI, 2008).

As políticas públicas se desenvolvem em um processo circular que vai da identificação de um problema e sua incorporação às agendas governamentais, passando pela formulação de alternativas, adoção da política, implementação de programas sociais (como expressão concreta da política) e avaliação desses programas. Trata-se de um movimento circular que envolve diferentes sujeitos com interesses e racionalidades distintas. Nessa dinâmica, desenvolvem-se várias atividades processuais no interior do sistema político (SILVA, 2009).

O processo de formação da política pública é extremamente complexo e envolve diversos elementos que interagem de maneira diferente, sendo alterados ao longo do tempo. Há inúmeros atores envolvidos, frequentemente motivados por valores e interesses distintos (CAVALCANTI, 2008).

Dada a natureza da ação estatal, os processos relacionados à implementação de políticas públicas são inesgotáveis. Eles podem variar em conteúdo (mudança de prioridades), forma (uso de diferentes instrumentos) e termos de atores (estatais ou não estatais). Contudo, a legitimidade do Estado é definida por sua capacidade de colocar em prática políticas públicas, concretizando e dando vida a elas (LOTTA, 2019).

A análise e a proposição de alternativas de políticas continuam a contar com a contribuição de diferentes disciplinas, por meio da participação de especialistas em cada setor de política. Entretanto, o desenvolvimento de uma formação “transversal” para a atividade de análise, associada a estudos de políticas e à formação em gestão pública, sinaliza a constituição de um novo campo que tende a contribuir para a formulação, implementação e avaliação de políticas com um novo tipo de conhecimento (FARAH, 2016).

A incorporação de elementos analíticos sobre a efetivação das políticas em estudos setoriais pode trazer ganhos importantes, não apenas para as áreas específicas, mas também para o acúmulo mais geral de aprendizados sobre processos de implementação (LOTTA, 2019).

Nesse contexto, projetos e programas se aprimoram até que se estabeleça uma política pública como assinatura de uma determinada esfera do governo (municipal, estadual e/ou federal). As políticas públicas devem ser interpretadas, em um primeiro momento, como programas de decisão construídos e aplicados pelo Estado. Diante dos desafios contemporâneos dos direitos humanos, as políticas públicas parecem estar relacionadas a esses desafios com a mobilização da organização estatal para tornar efetivos tais direitos (NEUENSCHWANDER MAGALHÃES e LIMA, 2012).

Dada a contextualização acima, é relevante destacar a necessidade de aperfeiçoar os fatores associados à formação da agenda pública em Direitos Humanos, como forma de definir as prioridades de atuação do ente estatal. No estudo de caso apresentado, a implantação da rede dos Centros Comunitários da Paz (COMPAZ) sugere um esforço municipal para combater os índices de violência e criminalidade, bem como a desigualdade socioeconômica que fragmenta o tecido social no Recife.

Observa-se que o COMPAZ foi concebido pela gestão municipal do Recife com foco na prevenção da violência, inclusão social e fortalecimento comunitário. A atuação dos centros é inspirada na experiência colombiana das Bibliotecas Parques (localizadas em Medellín, na Colômbia) e em outras experiências exitosas de espaços de cidadania (ver capítulo três, que detalha o estudo de caso do COMPAZ em Recife).

O objetivo do COMPAZ é promover um maior sentimento de pertencimento e apropriação do direito à cidade, além de aumentar a vitalidade urbana das comunidades que enfrentam vulnerabilidades socioeconômicas e aproximar a presença do Estado (através do ente municipal) daqueles que mais necessitam de uma agenda de políticas públicas mais robusta e constante.

Assim, a presente dissertação tem como objetivo geral compreender a aplicação do modelo de fluxos múltiplos de John Kingdon na formação da agenda nas políticas públicas dos Centros Comunitários da Paz (COMPAZ), na cidade do Recife/PE.

Os objetivos específicos são: a) entender as definições sobre problemas públicos e a formação da agenda pública das políticas públicas; b) identificar as conexões entre Direitos Humanos e a condução das agendas estatais; e c) analisar os propósitos constitucionais das políticas públicas como ferramentas de materialização dos Direitos Humanos e redução das desigualdades sociais.

A justificativa do tema se debruça sobre como a aplicação das políticas públicas está voltada a questões que compõem as metas dos atores formais (e, eventualmente, informais) com o intuito de resolver um problema público. Para os propósitos da

dissertação, entende-se que o processo de identificação dos problemas geralmente inicia a discussão, que, se progredir para escalas superiores, envolverá identificadores, difusores, tomadores de decisão, alocação de orçamento, atenção de outros setores da sociedade e, após solidificação, passará por avaliações, servindo como referência para outras ações e sofrendo transformações conforme os diagnósticos obtidos.

A aproximação com o tema por parte desta pesquisadora surgiu das aulas de Políticas Públicas e das palestras ministradas pelo então Secretário de Segurança Cidadã do Recife, Murilo Cavalcanti, a convite da Professora Doutora Ana Cláudia Rocha Cavalcanti, responsável pela disciplina no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco. Na condição de discente do Programa, obtive estudos, relatos e uma ampla rede de documentação e bibliografia que sustentam a formulação do Centro Comunitário da Paz (COMPAZ) como atuação municipal em prol das comunidades vulneráveis socioeconomicamente do Recife/PE. Em comparação aos estudos teóricos sobre os fluxos de formação de agenda das políticas públicas, percebi o elo entre os caminhos práticos da experiência recifense e os ditames doutrinários da obra de John Kingdon, o que motivou a compreensão de como a cidade do Recife, através dos Centros Comunitários da Paz, experimenta as etapas formais de formação de condicionantes da agenda estatal dos fluxos múltiplos.

O percurso metodológico compreende três etapas distintas. Na primeira etapa, foi realizado um levantamento bibliográfico para revisar a importância das políticas públicas no contexto da definição de agendas públicas, além das interseções entre políticas públicas e direitos humanos, e entre políticas públicas e efetivação constitucional dos direitos sociais.

Este estudo será dividido da seguinte maneira: a revisão de literatura está estruturada em três divisões temáticas que, juntas, integram a concepção integrada dos Direitos Humanos como direitos constitucionais que orientam a criação de políticas públicas. As políticas públicas possuem uma metodologia própria para sua criação e acompanhamento, e disso decorre a utilidade da análise baseada no modelo de fluxos múltiplos proposto por John Kingdon (1995).

Assim, o primeiro capítulo aborda a concretização dos Direitos Humanos através das políticas públicas; o segundo capítulo discute o ciclo das políticas públicas em suas quatro etapas: definição dos problemas públicos, formação da agenda pública, implementação das políticas públicas e avaliação das políticas públicas. O terceiro capítulo, por sua vez, foca na metodologia aplicada a esta dissertação.

Na sequência, será apresentada a rede dos Centros Comunitários da Paz (COMPAZ), um programa desenvolvido pela Prefeitura do Recife com o objetivo de combater os índices de criminalidade e desigualdade social entre comunidades vulneráveis da cidade. A rede conta atualmente com 6 equipamentos que serão apresentados individualmente, relatando a localização, perfil do bairro e números de serviços e atendimentos prestados desde a inauguração.

A partir dos dados qualitativos, será feita, por fim, uma análise dos três fluxos propostos por Kingdon (1995) como fatores que criam uma janela de oportunidade para a política pública do Compaz. Assim, serão examinados os indicadores associados ao fluxo dos problemas, ao fluxo da política e ao fluxo das políticas.

Os resultados sugerem que a criação da rede COMPAZ na cidade do Recife atendeu à necessidade de o ente municipal reforçar a rede de atuação estatal em áreas com altos índices de criminalidade, violência urbana, pobreza e desamparo estatal.

## **1. A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS POR MEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Os acontecimentos históricos de natureza bélica, notadamente as duas grandes guerras do Século XX, tiveram o condão de despertar a criação de mecanismos de controle nacional e internacional que fossem capazes de assegurar a manutenção da vida humana e a fruição sadia de direitos básicos, sejam eles individuais, coletivos ou difusos. Neste novo panorama, a dignidade da pessoa humana capitaneia a ação estatal no sentido de garantir a atuação do Poder Público em favor das condições básicas dignificadoras da vida.

A reformulação e a criação de novas leis e Constituições definem a proteção aos direitos básicos, tidos por direitos fundamentais e sociais, como uma garantia inviolável dos seres humanos (BRASIL, 1988). Os conteúdos de Direitos Humanos acessam estandartes universais de tutela estatal e, demandam do governo, a formação de uma agenda efetivadora dessas previsões.

Assim sendo, a atuação estatal através de políticas públicas assegura o cumprimento dos compromissos de Direitos Humanos firmados pelo Estado com a sociedade. Os valores universais de proteção aos povos é o filtro definidor do investimento e da busca do Estado por resultados. Dessa forma, esse capítulo disserta sobre os Direitos Humanos e os vincula a questões relevantes para o entendimento das políticas públicas para elucidar alguns caminhos que levam a formação de agendas nas políticas públicas pelo caso do COMPAZ em Recife, PE.

### **1.1. Sobre os Direitos Humanos**

Tanto a área das políticas públicas quanto os Direitos Humanos são interdisciplinares que precisam ser analisadas holisticamente. Essencialmente, a eficácia da política pública em Direitos Humanos é o que se espera de um Estado democrático de Direito. As políticas públicas têm como finalidade o bem-estar social da população, especialmente após o fim da Segunda Guerra Mundial.

A fruição dos Direitos Humanos é uma questão complexa que demanda um aparato estatal em constante ação de alargamento de forma a disciplinar o processo social. A Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgada pela Organização das Nações Unidas, em 1948, estendeu indistintamente a todos os seres humanos o

reconhecimento da dignidade humana e a qualidade de sujeito de direitos perante os seus respectivos Estados nacionais, além de garantir as mesmas inviolabilidades nos territórios estrangeiros (ONU, 1948). Esta confirmação universal da dignidade humana, aliada ao momento de reorganização interna e externa dos países após a Segunda Guerra Mundial teve o condão de reescrever os parâmetros do pacto social estabelecido entre Estado e sociedade.

Destarte, a vinculação intrínseca entre políticas públicas e Direito desenvolve-se na medida em que se compreende que toda política pública cristaliza a materialização de um direito humano (ou direito fundamental, se enquadrado pela linguagem constitucional do ordenamento jurídico do Brasil) (BUCCI, 2001). Nesse sentido, é possível perceber que as políticas públicas guardam relação de dependência das leis (enquanto fonte) e do processo legislativo jurídico (enquanto instrumento de formalização e legitimação estatal). A gênese burocrática das políticas públicas remete ao Direito, ao passo em que este se concretiza e é vivenciado pela sociedade a partir da fruição promovida pelas políticas públicas (BUCCI, 2001).

Desse modo, não se pode olvidar do núcleo comum da política pública e do Direito em torno da dignidade da pessoa humana. O papel das políticas públicas opera como fator de desenvolvimento do ser humano e promoção social de redução das desigualdades. O conteúdo jurídico da dignidade humana encontra-se em processo permanente de ampliação e demanda continuidade na atividade estatal (BUCCI, 2001).

A interdisciplinaridade entre Direito e a Ciência Política permitiu a contextualização das políticas públicas na administração pública. Dessa simbiose surge a autonomia das políticas públicas ao mesmo tempo em que se combate a esterilização do direito público, vez que este campo, como autônomo, falhou na missão de organizar as relações estatais (BUCCI, 2001).

Assim sendo, a estratégia das políticas públicas para concretização dos Direitos Humanos parte do conceito da sua funcionalidade/operacionalização como instrumento de aglutinação de interesses em torno de objetivos comuns, que passam a estruturar uma coletividade de interesses (BUCCI, 2001).

A ligação entre os temas das políticas públicas e dos direitos humanos garante uma visão inovadora a respeito dos possíveis entrelaçamentos existentes entre ambos. A oxigenação do tema via políticas públicas impede a esterilização do debate meramente teórico da seara jurídica (BUCCI, 2001).

## 1.2. Propósito Constitucional Das Políticas Públicas

Os estandartes dos Direitos Humanos pregoados pela Organização das Nações Unidas foram formalmente integrados à lei brasileira a partir da reorganização democrática ocorrida ao fim da Ditadura Militar brasileira, nos anos 1980. Ao raiar da redemocratização recepcionada pela nova Constituição da República Federativa do Brasil, publicada em 05 de outubro de 1988, o arcabouço de Direitos Humanos previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) adquiriu o status de direitos fundamentais insculpidos especialmente nos Artigos 5º e 6º da Lei Maior (BRASIL, 1988).

Nesses termos, o primeiro artigo da Constituição cidadã prevê que são fundamentos da República Federativa do Brasil e do Estado Democrático de Direito à dignidade da pessoa humana, à cidadania, aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, ao pluralismo político e à soberania (BRASIL, 1988). Assim, entende-se que a administração pública e o anseio estatal precisam estar sintonizados com os valores humanos para que o Estado brasileiro possa cumprir sua missão institucional em prol de sua população. Já no art. 3º, os objetivos fundamentais do Estado brasileiro são assim tratados:

Construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Ao esclarecer as entranhas dos Direitos Humanos na legislação brasileira, elucida Bucci (2001) que, diante de um conflito entre princípios e normas, considera-se que os Direitos Humanos expressam-se mais fortemente através dos princípios do que das regras, pois estes veiculam valores que devem compor o espírito das normas. O princípio surge quando se concebe o elemento fundante da regência normativa-social. Entrementes, tais valores precisam receber concretude, e a norma (que define a ação político-administrativa) é o instrumento pelo qual os valores humanos são efetivados.

O constitucionalismo comunitarista compreende a Constituição como uma estrutura normativa que envolve um conjunto de valores – há uma conexão de sentido entre os valores compartilhados por uma determinada comunidade política e a ordenação jurídica fundamental e suprema representada pela Constituição, cujo sentido jurídico só pode ser apreciado em relação à totalidade da vida coletiva (CITTADINO, 2000; XIMENES, 2021).

Os direitos fundamentais ganharam uma grande relevância, especialmente os direitos sociais: educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, moradia e alimentação (Art. 6º da Lei Maior). Esses direitos são direitos prestacionais, ou seja, demandam uma atuação específica do Estado e não a sua abstenção ou ausência. Essa atuação caracteriza esses direitos como programáticos ou dirigentes: eles são metas para os poderes políticos, Legislativo e Executivo, demandando políticas públicas para a sua efetivação (XIMENES, 2021).

O conceito de política pública envolve não apenas a prestação de serviços ou o desenvolvimento de atividades executivas diretamente pelo Estado, como também sua atuação normativa, reguladora e de fomento nas mais diversas áreas. A indispensabilidade das políticas públicas ocorre para que os fins estabelecidos na Constituição e na legislação complementar sejam realizados (ROTHENBURG, 2021).

Com isto, as demandas por ações estatais pró-povo tornaram-se prioritárias na edição das Constituições cidadãs ao longo das últimas décadas. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 apresentou ao jurisdicionado o rol de direitos e garantias fundamentais dispostos nos dispositivos iniciais da norma e que são os responsáveis por conduzirem a *ratio* do legislador e do gestor público. Uma vez que os direitos fundamentais e sociais compõem a base das garantias civis do povo brasileiro, toda ação governamental precisa estar orientada em sua reverência.

A necessidade primordial de proteção e efetividade aos direitos humanos possibilitou a concretização da eficácia dos direitos fundamentais, por meio de normas gerais tuteladoras de bens da vida primordiais (dignidade, vida, segurança, liberdade, honra, moral, entre outros) e previsões de instrumentos políticos e jurídicos de implementação dos mesmos (MORAES, 2013).

O atual desenho institucional do Estado brasileiro ilumina a preocupação com a legitimação material da Constituição e sua efetivação, atrelada a uma crença na mudança da realidade pelo Direito. Esse movimento está claro no contexto do surgimento da Constituição Federal de 1988, decorrente de um forte apelo popular por cidadania e limitação aos desmandos do Estado no período anterior, inovando no tocante ao papel da Constituição e suas relações com os outros dois poderes do Estado, o Executivo e o Legislativo (XIMENES, 2021).

Com o advento do constitucionalismo social, isto é, com a concepção de uma finalidade constitucional consubstanciada no alcance material de um fim comum e

baseado nos valores da pessoa humana, na construção de uma vida digna e na direção da coletividade para o alcance de metas predeterminadas, abre-se espaço para uma formulação muito mais ampla de Estado, que agora deve se pautar, prioritariamente, pelo desenvolvimento comum e pela justiça social (CUNHA, 2011).

Como norma de caráter político, a nova forma de se compreender a Constituição incluindo valores implica também percebê-la como um plano global que determina tarefas, estabelece programas e define fins para o Estado e para a sociedade. Esse novo tipo de texto constitucional não foi exclusividade brasileira, mas, sim, tendência global, especialmente em países que passaram por períodos autoritários. São constituições mais ambiciosas, que incorporam direitos sociais e normas programáticas vinculantes, que devem condicionar as políticas públicas estatais (XIMENES, 2021).

A constitucionalização dos direitos humanos fundamentais não significou mera enunciação formal de princípios, mas a plena positivação de direitos, a partir dos quais qualquer indivíduo poderá exigir sua tutela para concretização da democracia. O respeito aos direitos humanos fundamentais, principalmente pelas autoridades públicas, é pilastro-mestra na construção de um verdadeiro Estado de Direito democrático. A previsão dos direitos humanos fundamentais direciona-se basicamente para a proteção da dignidade humana em seu sentido mais amplo (MORAES, 2013).

Assim, a política pública é uma atividade estatal que engloba normas e atos específicos, instrumento de concretização de direitos fundamentais e de viabilização da justiça social (REYMÃO, CAÇAPIETRA, 2018).

Tem-se claro que o caráter social que se vislumbra nesse novo modelo de Estado se encontra determinado pelos programas de ação estabelecidos para o alcance do desenvolvimento e da justiça social, isto é, pelas formas de atuação positiva (prestacional) escolhidas pelo Estado, no âmbito constitucional, para a consecução de seus objetivos, configurando assim grande parte dos já aludidos direitos sociais (CUNHA, 2011).

De acordo com Bucci (1997, p.90), o fundamento mediato das políticas públicas e o que justifica o seu aparecimento é a própria existência dos direitos sociais – aqueles, dentre o rol de direitos fundamentais do homem, que se concretizam por meio de prestações positivas do Estado. A Constituição Federal de 1988 assegura que o rol de direitos sociais é composto pelas ações estatais que visam efetivar o acesso à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

Os direitos sociais são realizados, portanto, através das ações coordenadas do Estado. Nesses termos, explica Bucci (1997) que as políticas públicas podem ser conceituadas como a coordenação dos meios à disposição do Estado, que harmoniza as atividades estatais e privadas, para alcançar a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Entrementes, é preciso compreender que as políticas públicas também decorrem de demandas e propostas oriundas da sociedade.

Para que se compreenda com a necessária profundidade a temática das políticas públicas e sua estreita relação com a materialização de direitos sociais, em especial saúde e educação, deve-se construir abordagens fundamentadas na interdisciplinaridade e aperfeiçoar ferramentas de pesquisa empírica capazes de indicar caminhos seguros para esse objetivo (REYMÃO; CAÇAPIETRA, 2018).

### **1.3. Diferentes Abordagens para a Política Pública**

Definir políticas públicas como campo de estudo jurídico é um movimento que faz parte de uma abertura do Direito para a interdisciplinaridade. Alguns institutos e categorias jurídicas tradicionais, hoje despidos de seu sentido legitimador original, buscavam novo sentido ou nova força restabelecendo contato com outras áreas do conhecimento (BUCCI, 2006).

Nas dimensões temporais e sociais, o design de políticas públicas assumem extrema relevância. Enquanto a primeira afirma que eventos presentes recebem mais atenção do que situações futuras; a segunda alerta que, além dos aspectos comportamentais, as pessoas levam em consideração a percepção do ambiente social no momento das escolhas, variando de acordo com a cultura e o contexto em que estão inseridas (REYMÃO e CAÇAPIETRA, 2018).

A necessidade do estudo das políticas públicas vai se mostrando à medida que se buscam formas de concretização dos direitos humanos, em particular os direitos sociais. A percepção dessa evolução nos faz perceber que a fruição dos direitos humanos é uma questão complexa, a qual vem demandando um aparato de garantias e medidas concretas do Estado que se alarga cada vez mais, de forma a disciplinar o processo social, criando formas que neutralizem a força desagregadora e excludente da economia capitalista e possam promover o desenvolvimento da pessoa humana (BUCCI, 2001).

A importância de se compreender o papel das políticas públicas na melhoria da vida das pessoas vem crescendo exponencialmente, em particular, por ser compreendida como a ação governamental que tem por objetivo a concretização dos direitos sociais, vistos como instrumentos capazes de potencializar o pleno desenvolvimento humano (REYMÃO e CAÇAPIETRA, 2018).

É possível compreender políticas públicas como o instrumento necessário para a concretização dos direitos humanos, atuando no plano mais operacional do direito, especificamente quanto aos direitos sociais, por exemplo, o direito à saúde, o direito à moradia, entre tantos elencados no Art.6º do texto constitucional de 1988 (BUCCI, 2001).

As políticas públicas atuam num plano, por assim dizer, mais operacional no direito. Entretanto, o trabalho operacional de todos os interessados no processo de concretização dos direitos humanos, demanda clareza e apuro técnico dos conceitos. O que exigir da Administração Pública? Como enfrentar a alegação da falta de recursos para as medidas de concretização de um direito determinado? (BUCCI, 2001).

Grande parte das discussões atuais acerca do alcance objetivo e material do Estado Social – o qual notadamente se vislumbra na caracterização do Estado brasileiro, por exemplo – tem como alvo a aplicabilidade e eficácia das normas relativas aos direitos fundamentais. O tema remonta à montagem e estruturação do Estado Social e, da mesma forma, à formulação de um constitucionalismo social que suplante a ordem estritamente liberal-individualista do Estado Liberal, segundo a qual não competia ao Estado um papel central de guia da sociedade civil para a realização de fins comuns (CUNHA, 2011).

Há uma estreita relação entre os temas das políticas públicas e dos direitos humanos. Pois uma das características do movimento de ampliação do conteúdo jurídico da dignidade humana é a multiplicação das demandas por direitos, demandas diversificadas e pulverizadas na titularidade de indivíduos (BUCCI, 2001).

A ordem constitucional define os direitos fundamentais, os procedimentos decisórios governamentais e os critérios de participação política que definirão a natureza do Estado. No caso brasileiro, um Estado Democrático de Direito, o texto constitucional prevê também um Estado social, na medida em que aponta a dignidade da pessoa humana e a cidadania como fundamentos da República Federativa do Brasil (XIMENES, 2021).

Ao constitucionalizar fins, objetos e projetos para a sociedade por intermédio das políticas públicas, optou-se por um Estado não apenas regulador e garantidor da coesão social, mas também protetor. Essa percepção condiciona certos posicionamentos no âmbito das políticas públicas, determinando quais programas de ação governamental poderão ser iniciados, interrompidos, alterados ou prosseguidos (XIMENES, 2021).

A Constituição de 1988 oferece o patamar fundamental para o Brasil, mas os anos que se seguiram estruturaram o modelo de gestão de diminuição do Estado, que não permitiu a execução das políticas e dos compromissos democráticos estruturados pela própria Carta Magna, considerando a Declaração Universal, o pacto sobre os direitos civis e políticos, mas também os direitos econômicos, sociais e culturais (NUNES, 2013).

O problema da justiciabilidade dos direitos sociais se alarga muito, passando a abarcar todo o caminho de efetivação de um direito, desde o seu nascimento, quando é previsto na norma, até a sua emancipação, quando é encartado em determinado programa de ação de um governo e passa a integrar medidas de execução. Em outras palavras, a exigibilidade de um direito aparece nas várias fases de organização temporal da política pública, desde o estabelecimento da agenda (agenda setting), a formulação de alternativas, a decisão, a implementação da política, a execução até a fase final, da avaliação (BUCCI, 2001).

Nos últimos anos, não ao acaso, buscou-se inverter essa lógica, pensando gestão associada a um projeto de desenvolvimento, a uma perspectiva política, a um entendimento político de que gestão é ferramenta essencial para a qualidade de serviços públicos de um Estado que precisa democratizar-se para atender às necessidades de milhões de brasileiros e brasileiras que estiveram durante muitos anos à margem das garantias fundamentais (NUNES, 2013).

As categorias que estruturam o conceito de políticas públicas não são próprias do Direito, mas sim da política e da administração pública, carregando elementos estranhos ao campo jurídico, como dados econômicos, históricos e sociais de determinada realidade que o poder público quer atingir, e/ou à concretização de direitos. Contudo, a norma jurídica desempenha a função de plasmar os objetivos, diretrizes e meios dessa atividade estatal, que normalmente surge a partir de uma agenda política diante de um aspecto da vida social que demanda a atuação do Estado de forma prestacional, normalmente condicionada ainda a princípios e objetivos constitucionais (XIMENES, 2021).

Portanto, o texto constitucional de 1988 e seu caráter dirigente e/ou programático, que não apenas representa a estrutura do Estado, como também um programa para o futuro, justificando o debate sobre questões sociais no Brasil (XIMENES, 2021).

Em virtude das explicações supra mencionadas, é possível compreender a cadeia estabelecida entre os direcionamentos de Direitos Humanos, extraídos de uma dimensão transnacional, que passam por interiorização normativa no país através da Constituição Federal, que, por seu turno, os traduz como direitos fundamentais e direitos sociais, até que conquistem a sua efetiva materialização, via políticas públicas.

A vinculação dos agentes estatais aos conteúdos normativos inspirados em direitos fundamentais e direitos sociais, orientam a tomada de decisão administrativa à conformidade com as aspirações constitucionais. Com isto, toda política pública precisa reverenciar uma conexão legal que encontra esteio na Lei Maior e, em última instância, nos Direitos Humanos.

Entrementes, para que a política pública seja realizada, é preciso que além das premissas legais, haja uma série de fatores internos e externos à administração pública, para que ganhe estrutura e método. O desenho de uma política pública reflete a capacidade analítica do gestor público e sua equipe em responder com ação àquilo que foi detectado como uma necessidade da coletividade.

## 2. CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA

Considerando que os governantes precisam estar sintonizados com as estipulações normativas sobre a condução do Estado brasileiro, e que isto requer reverência aos ditames de Direitos Humanos insculpidos na Constituição Federal de 1988, as definições de investimentos e melhorias estatais exigem adequação da agenda de metas ao teor prescrito nas normas.

As definições de políticas públicas demandam uma associação com as vontades e necessidades da sociedade, mas precisam ultrapassar as barreiras da burocracia inerente à atividade pública. A administração do Estado precisa cumprir todas as etapas do ciclo de políticas públicas para que os incrementos da ação do Estado possam alcançar os potenciais destinatários na sociedade.

### 2.1. Acerca dos Ciclos das Políticas Públicas

Os estudos sobre a implementação de políticas públicas têm como ponto de partida a ideia de que as políticas públicas podem ser analisadas como um ciclo que perpassa diferentes fases: agenda, formulação, implementação e avaliação. Esse ciclo não condiz necessariamente com a realidade, mas é um relevante instrumento analítico para compreensão dos processos decisórios que fazem parte das políticas públicas (SOUZA, 2003).

O ciclo das políticas públicas baseia-se no ideal de fraternidade da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Cumpre destacar que a Organização das Nações Unidas, através da publicação do seu 3º Ciclo de Revisão Periódica Universal - RPU (2017-2021) listou problemas que o Brasil deve ter atenção para oferecer soluções imediatas a essas questões de Direitos Humanos.

Laswell (1936) introduziu a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 1930, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo (SOUZA, 2006).

O objetivo das políticas públicas é resolver as problemáticas sociais que afetam a sociedade. Para isso, o ciclo de políticas públicas, enquanto processo contínuo, corresponde a um modelo a partir do qual a construção da política pública perpassa pela

elaboração de uma agenda, formulação das políticas, implementação destas, monitoramento e avaliação (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2009).

Desta feita, o ciclo de políticas públicas se inicia, assim, pela identificação do problema público que demanda ação governamental (*agenda setting*), passando pela definição do problema e programas para solucioná-lo, decisão sobre os recursos a serem utilizados na implementação, e avaliação dos resultados obtidos e impactos das políticas públicas implementadas.

Após a avaliação, a política implementada pode ser mantida e aprimorada ou extinta caso não tenha alcançado seus objetivos. É importante destacar que a formação da agenda é a etapa inicial do ciclo, onde se identifica o problema e são definidos os parâmetros para a solução. As políticas públicas são regidas pela Constituição, que visa garantir os direitos dos cidadãos, como moradia, saúde, educação, lazer, entre outros (BRASIL, 1988). O Estado detém a autonomia de utilizar suas instâncias para efetivar as políticas públicas, designando orçamentos para atender as demandas da população.

Os modelos de análises de políticas públicas deve ser orientados para os problemas públicos; multidisciplinares, pois considerações múltiplas devem ser tecidas; baseados em valores que se orientem pelo ethos democrático e pela dignidade da pessoa humana (ARAÚJO e RODRIGUES, 2017).

Portanto, o ciclo das Políticas Públicas é um instrumento crucial para a solução das necessidades da população, considerando que as vozes dos cidadãos são ouvidas e interesses além dos financeiros são contemplados. Essas políticas têm o objetivo de promover o bem-estar da população e construir caminhos mais justos e dignos para viver em sociedade.

A análise das políticas públicas parte de contributos teóricos gerais da ciência política, mas também da economia, da psicologia, da sociologia, da história e dos estudos das organizações. Porém, define um campo de estudos específico pluridisciplinar e abre espaço ao desenvolvimento de teorias de médio alcance, modelos, mapas, metáforas e conceitos próprios, que permitem explicar e pensar as políticas públicas, permitem compreender os modos e as regras gerais de funcionamento da ação pública e analisar as suas continuidades e ruturas, bem como os processos e as determinantes do seu desenvolvimento, e identificar a multiplicidade de fatores e forças que formam os processos reais das políticas públicas. O seu objetivo não é explicar o funcionamento do sistema político, mas a lógica da ação pública, as continuidades e ruturas nas políticas públicas, as regras do seu funcionamento, a afetação de recursos e o

papel e os modos de interação de atores e instituições nos processos políticos (ARAÚJO e RODRIGUES, 2017).

## **2.2. Significados dos Problemas Públicos**

De acordo com Araújo e Rodrigues (2017), com estudos baseados na produção norte-americana (que representam o berço dos estudos das políticas públicas), a inovação não pressupõe unicamente um novo conhecimento. Para ser considerada como inovação, tal processo deve ser adotado, incluído em uma agenda. O conhecimento, portanto, nunca parte de um solo estéril, pois advém de uma ideia basilar. As ideias, por seu turno, são a matéria-prima do conhecimento; mas, por existirem em abundância, precisam ser filtradas para que, assim, orientem a tomada de decisão. O conhecimento é construído por valores de grupos ou de indivíduos e origina a política pública. Partindo de um esquema cronológico, tem-se a seguinte organização: ideia – conhecimento – inovação – tomada de decisão – política pública.

Nas últimas décadas, os estudos de difusão de políticas têm recebido grande atenção, especialmente nos EUA e na Europa. Estas pesquisas identificaram o papel dos fatores internos (características endógenas) e externos (características exógenas) para explicar fenômenos de difusão de inovações políticas. Os eventos de difusão, no entanto, também estão proximamente relacionados à questão temporal haja vista que muitas vezes as adoções ocorrem devido a existência simultânea de fatores em grandes intervalos de tempo (COÊLHO, CAVALCANTE e TURGEON, 2016).

A constituição do problema (que futuramente resultará na agenda governamental) é o movimento constituído por situações-problemas que são colocadas na sociedade, assumindo visibilidade e demandando atenção, podendo se transformar numa questão social merecedora de atenção por parte do Poder Público. São, necessariamente, problemas que afetam indivíduos ou grupos e apresentam possibilidade de ação e tem legitimidade. Nesse movimento inicial das políticas públicas constituem sujeitos importantes os partidos políticos, a mídia e grupos de pressão (SILVA, 2009).

## **2.3. Formação da Agenda Pública**

A política pública pode ser considerada um processo complexo, que requer interdisciplinaridade e envolve atores diversos advindos de variadas matrizes políticas. Os ambientes institucionais moldam preferências políticas e a formação da agenda encontra materialização a partir das crenças, valores, ideologias e identidades que dominam o debate público. Este processo não é organizado e a ocorrência das crises modificam as agendas e interferem na estabilidade social (CAVALCANTI, 2008).

Entretantes, é preciso destacar que nem toda atuação do Poder Público pode ser considerada uma política pública. Para que este conceito seja atendido, é preciso submeter a ideia e a ação governamental ao exame de seus condicionantes. Nesse sentido, os critérios orbitam em torno dos problemas públicos e a percepção estatal sobre os mesmos; juntamente com o processo de formação de agenda; e, por fim, sobre o entendimento de como se toma uma decisão, ou seja, quais são os fatores que pressionam os atores a adotarem determinadas posturas protetivas ou omissivas sobre certas pautas. Conflitos de interesse, prioridades ideológicas e visibilidade social são condicionantes que podem influenciar na tomada de decisão e formação da agenda governamental.

A Ciência Política tem desenvolvido novas abordagens para estudar comparativamente processos de mudança política. O campo de estudos que analisa a formação de agenda e os determinantes do processo decisório vem sendo influenciado por vertentes teóricas neoinstitucionalistas que focam o papel do Estado e a complexa interação com grupos de interesse, partidos e sociedade civil. Assim, novas concepções passaram a analisar os fenômenos da difusão de políticas entre governos nacionais e subnacionais (COÊLHO, CAVALCANTE e TURGEON, 2016).

No campo da política pública, entende-se por agenda o conjunto de ideias e princípios a serem discutidos e abordados, e que servem para direcionar as políticas formuladas e implementadas pelos órgãos responsáveis (CAVALCANTI, 2008).

As definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam o olhar para o *locus* onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006).

De acordo com Souza (2006), a forma como os governos definem suas agendas pode ser explicada por três tipos de respostas. A primeira focaliza os problemas, isto é,

problemas entram na agenda quando se assume que algo deve ser feito sobre eles. O reconhecimento e a definição dos problemas afeta os resultados da agenda.

A segunda forma que Souza (2006) encontra para compreender a agenda guia-se pelo aspecto da política propriamente dita, pois, alude à formação da consciência coletiva que elege os debates. De acordo com a autora, tal construção se daria via processo eleitoral, via mudanças nos partidos que governam ou via mudanças nas ideologias (ou na forma de ver o mundo), aliados à força ou à fraqueza dos grupos de interesse. Esclarece a autora que a concepção da agenda baseada na política deriva de um poderoso movimento social (denominado de consciência coletiva), que cria consenso através da persuasão, rompendo a estrutura tradicional que orienta-se pela barganha.

Já a terceira resposta de formação da agenda mira nos participantes/atores, que são classificados como visíveis, ou seja, políticos, mídia, partidos, grupos de pressão, etc. e invisíveis, tais como acadêmicos e burocracia. Segundo esta perspectiva, os participantes visíveis definem a agenda e os invisíveis, as alternativas (SOUZA, 2006).

Em outro sentido, Kingdon (1995) considera que a formulação das políticas públicas orienta-se por um conjunto de processos que inclui basicamente o estabelecimento de uma agenda; a especificação das alternativas a partir das quais as escolhas são feitas; uma escolha final entre as alternativas específicas através de votação legislativa ou decisão presidencial e, por fim, a implementação dessa decisão.

O autor em comento aduz que o sucesso obtido em um dos processos pode ser não ser compartilhado com as demais fases, uma vez que o destaque na agenda não significa necessariamente a sua inclusão na agenda parlamentar ou, por outras vezes, a aprovação legal não garante a sua implementação.

A abordagem enquadrada como *multiple streams* foi desenvolvida por John Kingdon em 1984 e tem sido amplamente utilizada por inúmeros autores. Os processos de mudança e formação de uma agenda podem ser analisados pela abordagem dos *multiple streams* (CAVALCANTI, 2008).

Ao desenvolver o modelo analítico *Multiple Streams*, John Kingdon procurou explicar como é que os problemas se transformam em problemas políticos, isto é, como captam a atenção do público e dos políticos e entram na agenda da ação pública. Nem todas as questões se transformam em problemas políticos suscitando a intervenção do governo, apenas algumas. O modelo de análise proposto procura responder às seguintes questões: (I) Porque é que os decisores políticos prestam atenção a um determinado

assunto em detrimento de outros? (II) Como e por que se alteram as agendas políticas ao longo do tempo? (III) Como é que os decisores políticos selecionam soluções para os problemas, de entre um vasto conjunto de alternativas? (ARAÚJO e RODRIGUES, 2017).

O modelo analítico dos múltiplos fluxos surgiu com o Kingdon (2003), apoiado no modelo da Lata de Lixo de Cohen, March e Olsen (1972), a partir dos seus estudos sobre como um problema entra na agenda pública e como é o processo de tomada de decisão, em que o foco está no papel das ideias. Para ele, isto pode ser explicado a partir de três fluxos: do problema, das políticas públicas e da política (MELO e SANTOS, 2020).

Notadamente quanto à formação da agenda, Kingdon (1995) explica que, dentre os vários sentidos possíveis para o termo, a agenda pode fazer referência a um conjunto coerente de propostas, relacionadas umas às outras, que formam uma série de medidas que serão adotadas por seus proponentes. Para o autor, agenda é a lista de temas ou problemas que angariam a atenção das autoridades governamentais ou das pessoas que, mesmo foram do governo, possuem estreita associação com as autoridades formais.

A abordagem de Kingdon analisa os processos de sua definição e de determinação de políticas alternativas; objetivando o processo de formação da política pública diante de condições de ambiguidade, quando as teorias calcadas no comportamento racional são de utilidade limitada; sendo fundamental a questão temporal, uma vez que a adoção de uma dada alternativa de política é vista como dependente da ocorrência simultânea de determinados eventos e da atuação de certos atores (CAVALCANTI, 2008).

Basicamente, a abordagem dos fluxos múltiplos de Kingdon considera a política pública sob três perspectivas: conjunto de atores que tentam resolver os problemas através de uma política e a questão das eleições e dos políticos. Se os atores obtêm sucesso nesse processo, então a política seria alterada e acomodada (CAVALCANTI, 2008).

Dentro dos possíveis temas ou problemas aos quais os governos poderiam dedicar sua atenção, eles se concentram em alguns e não em outros. Assim, o processo de estabelecimento da agenda reduz o conjunto de temas possíveis a um conjunto menor, que de fato se torna o foco de atenção (KINGDON, 1995).

Em sua visão sobre a formulação das agendas, John Kingdom apresenta 3 conceitos centrais como bases da metáfora dos fluxos múltiplos, são eles: comunidades políticas, empreendedores políticos e a janela de oportunidades.

As comunidades políticas são integradas por investidores, parlamentares, servidores públicos, analistas e grupos de interesses. Comunidades são formadas por membros que partilham de uma mesma preocupação com um determinado problema ou tema e buscam promover a construção e difusão de ideias em fóruns variados dos quais participam (KINGDON, 1995).

Quanto aos empreendedores políticos, estes figuram como um tipo particular de atores que agem na mediação e negociação dos processos de agendamento dos problemas públicos. Empreendedores transitam entre os atores formais e os atores informais e abrem espaços para discussão das agendas (KINGDON, 1995).

Já a janela de oportunidade (*policy windows*) política é um elemento atrelado a convergência de 3 fluxos variáveis, são eles: percepção pública dos problemas (fluxo dos problemas); conhecimento de soluções políticas e técnicas adequadas aos valores dominantes (fluxo das políticas) e condições de governação (fluxo da política). Frise-se que os 3 fluxos fluem autonomamente no sistema político, contendo regras e dinâmicas próprias (KINGDON, 1995).

No que tange à abertura da janela de oportunidade, este influxo proporciona aos defensores de uma determinada proposta a possibilidade para trazer atenção pública para problemas específicos.

O fluxo dos problemas (*problems stream*) sugere a identificação dos problemas, pois ocorre quando uma determinada questão torna-se uma situação socialmente percebida. Quando uma questão ganha repercussão, torna-se um problema político, donde os decisores políticos irão procurar uma solução – ou, ao menos, entenderão que a busca por uma solução é importante. O fluxo de problemas impulsiona a janela de oportunidade porque demanda emergencialmente que os decisores políticos adotem mecanismos de resposta. Referido fluxo pode ser criado a partir das crises, dos símbolos e dos feedbacks da ação política (KINGDON, 1995).

No fluxo dos problemas, Kingdom estabelece uma distinção entre questões e problemas políticos, considerando que uma questão — definida como uma situação socialmente percebida — só se transforma num problema quando os decisores políticos consideram que deve ser encontrada uma solução para a questão (ARAÚJO e RODRIGUES, 2017).

A construção dos argumentos do fluxo dos problemas baseia-se em dados e informações sobre causas e soluções que passam pelas comunidades políticas e são filtradas de forma diversa, permitindo que ideias antagônicas integrem um mesmo ponto de vista. Cumpre destacar que os organismos internacionais colaboram de maneira fundamental com a definição dos problemas e auxiliam na definição do sucesso da ação política (KINGDON, 1995).

Considerando o grande número de questões e a impossibilidade material dos decisores em lidar com todas elas, a emergência de um problema é condicionada por mecanismos que contribuem para que a atenção dos decisores se centre em determinadas questões sem detrimento de outras. Esses mecanismos são indicadores, eventos, crises, símbolos e *feedback* da ação política (ARAÚJO e RODRIGUES, 2017).

O fluxo dos problemas realiza a filtragem das demandas sociais que chegarão aos gabinetes estatais. Comumente, uma questão eleva-se à condição de problema político quando uma situação insalubre perpetua-se por muito tempo, exigindo da estrutura estatal uma atitude.

O segundo elemento definidor da janela de oportunidades é o fluxo das políticas (*policy streams*), que indica o conjunto de alternativas e soluções disponíveis que são geradas no interior das comunidades políticas. Dentro dessa comunidade flui um imenso arcabouço de ideias que vão sendo excluídas ou aprimoradas (amadurecidas ou reunidas) na formação da agenda (KINGDON, 1995).

Na etapa do fluxo das políticas, Kingdon conceitua a forma como são geradas as alternativas no interior das comunidades políticas a partir da metáfora da “sopa primordial” (*primeval soup*), que representa o grande conjunto de ideias que flui no interior das comunidades (*policy primeval soup*), sendo que algumas tornam-se proeminentes enquanto outras desaparecem, como resposta de um processo evolutivo de amadurecimento, em que as ideias se confrontam e se combinam nas mais variadas formas (ARAÚJO e RODRIGUES, 2017).

Destaque-se que no fluxo das políticas não há cronologia obrigatória entre problema e solução. Por vezes, a solução é primeiramente buscada e apenas no momento posterior compreende-se a verdadeira dimensão do problema. Na sopa de ideias, as respostas surgem da persuasão e da difusão de ideias e deste fluxo surge a formação da agenda pública (KINGDON, 1995).

Vale frisar que as soluções podem ser construídas num primeiro momento e apenas posteriormente os problemas para os quais possam ser aplicadas essas soluções

podem ser identificados. Esta lógica reforça a ideia de ausência de cronologia entre solução e problema (ARAÚJO e RODRIGUES, 2017).

Nesta etapa da janela de oportunidades vislumbra-se a difusão de ideias entre atores visíveis, atores invisíveis e empreendedores políticos. Materializa-se neste momento a análise da viabilidade técnica, aceitação dos especialistas e do público em geral, além da verificação dos custos e concordância dos tomadores de decisão.

Por derradeiro, o terceiro elemento estruturante da janela de oportunidades é o fluxo da política (*political stream*), que caracteriza-se pela dimensão política que segue um curso independente dos problemas e das soluções políticas. O fluxo da política se lastreia em 3 variáveis, que são respectivamente: sentimento nacional, forças políticas organizadas e mudanças governamentais (KINGDON, 1995).

O sentimento nacional conceitua-se como o compartilhamento de ideias com um grande número de pessoas; guia-se pela vontade nacional, pelo pleito da maioria e pela pressão exercida pelos valores. Já as forças políticas organizadas compreendem os representantes políticos e os grupos de interesse na condição de atores centrais. A relação entre esses atores é observada pelos decisores, que direcionam sua agenda ao ímpeto da tendência ditada pelas forças políticas (KINGDON, 1995).

O sentimento nacional (*national mood*) caracteriza-se como situações em que um grande número de pessoas num país partilha ideias comuns e que pode sofrer mudanças no tempo, de uma forma perceptível. Tais mudanças têm importantes impactos nas agendas e nos resultados políticos (ARAÚJO e RODRIGUES, 2017).

As forças políticas organizadas são massivamente representadas por atores centrais oriundos dos partidos políticos e dos grupos de interesse. Normalmente, o governo considera os apontamentos firmados por estas forças organizadas para orientar sua ação pública (ARAÚJO e RODRIGUES, 2017).

As mudanças governamentais (*governmental turn over*), nomeadamente mudanças de ciclo político, ocorrem mediante remodelações e reconfigurações de governos e parlamentos, além das mudanças nas hierarquias da administração (ARAÚJO e RODRIGUES, 2017).

Por fim, no que toca às mudanças governamentais, a mudança de um governo caracteriza-se como o fator mais propício à ocorrência de alteração na agenda política. Diversamente do que ocorre no fluxo das políticas, em que as respostas advêm da persuasão e difusão, o fluxo da política constrói consensos através de processos negociais internos e coligações (KINGDON, 1995).

## 2.4. Os Fluxos e Múltiplos e Suas Aplicações

No fluxo da política, o clima ou humor nacional é fator decisivo para a formulação de alternativas. Este fluxo estende-se ao longo de certo tempo pelo anseio popular. As percepções buscam entender se existe ambiente favorável ou desfavorável a determinadas medidas, pois não se implementa nada sem o apoio das forças políticas organizadas e da sinalização positiva da gestão governamental. Dentro do fluxo da política, a principal variação gira em torno da mudança governamental (eleições), que pode descontinuar, reformular ou prosseguir com as agendas firmadas.

Inicialmente formulado para analisar as políticas públicas nas áreas de saúde e transportes do governo federal norte-americano, o modelo de Kingdon tornou-se referência para os estudos voltados à análise da formulação de políticas governamentais. Baseado em um corpo extenso de dados empíricos, obtidos em sua maior parte por meio de entrevistas com altos funcionários públicos, o modelo preocupa-se com os estágios pré-decisórios da formulação de políticas. A agenda governamental, para Kingdon (2003, 03), é definida como o conjunto de assuntos sobre os quais o governo, e pessoas ligadas ele, concentram sua atenção num determinado momento (CAPELLA, 2005).

Em determinadas circunstâncias, estes três fluxos - problemas, soluções e dinâmica política - podem convergir, criando uma possibilidade concreta de mudança na agenda governamental. Em tais oportunidades (denominadas pelo autor como *policy windows*), um problema é reconhecido, uma solução está disponível, e as condições políticas tornam o momento propício para a mudança, permitindo a integração dos três fluxos e possibilitando que questões ascendam à agenda. Neste momento, o empreendedor deve estar pronto, uma vez que o modelo de Kingdon reserva a ele a responsabilidade por operar a conexão entre os três fluxos (processo chamado pelo autor de *coupling*) e, portanto, de facilitar o acesso de uma questão à agenda (CAPELLA, 2016).

Figura 1: Esquema dos Fluxos Múltiplos (*Multiple Streams*) de Kingdon



Fonte: CAPELLA (2005)

Dentro do modelo dos fluxos múltiplos, um fator ainda a ser considerado reside no conjunto de atores que capitaneiam as agendas. São eles os atores visíveis, os atores invisíveis e os empreendedores.

Por atores visíveis entende-se as pessoas que, por ocuparem uma posição dentro do Estado, estão mais expostas à pressão e atenção pública. Este conjunto de indivíduos detêm em suas mãos a autoridade formal e as prerrogativas legais para definições de agenda e suas implementações. Pode-se exemplificar os atores visíveis na figura dos representantes políticos eleitos e os conduzidos à cargos, como governantes, parlamentares e os membros da administração pública direta (KINGDON, 1995).

Já os atores invisíveis são caracterizados por grupos de interesses, burocratas, acadêmicos, pesquisadores, partidos políticos, imprensa e opinião pública. Referido grupo detém uma margem mais ampla de controle sobre as alternativas e soluções disponíveis (KINGDON, 1995).

O terceiro grupo de atores envolvidos na formação da agenda são os empreendedores políticos. Conceitua Kingdom (1995) que os empreendedores estão localizados entre os atores visíveis e invisíveis, podendo surgir de qualquer um desses dois grupos. Esta relevante figura influencia na criação das condições favoráveis para a criação das agendas. Os empreendedores são responsáveis pela abertura da janela de oportunidades e, portanto, desempenham um papel fundamental no processamento das políticas públicas. Empreendedores políticos são pessoas dispostas a patrocinar uma determinada agenda com investimento de recursos, tempo, energia, visibilidade,

reputação e financiamento com o fito de colocar um determinado problema no centro da atenção política e da discussão social.

#### **2.4.1. Implementação das Políticas Públicas**

Desde que entraram na agenda, os estudos sobre implementação de políticas públicas têm crescido constantemente, tanto em nível nacional quanto em nível internacional (LOTTA, 2019).

Os primeiros estudos acerca da implementação de políticas públicas começaram a ser delineados nos Estados Unidos no final da década de 60 no contexto de luta da população negra por seus direitos civis e reivindicações por políticas públicas de combate a pobreza, demanda que foi atendida pelo governo americano. Uma década mais tarde, começaram a surgir, de fato, os estudos sólidos acerca da implementação dessas políticas, objetivando entender se elas foram eficazes e quais os resultados (HONIG, 2006; MELO e SANTOS, 2020).

A análise da implementação de uma política pública tem sido historicamente desenvolvida com base em elementos teóricos e metodológicos provindos da administração pública e da ciência política, embora tenha inspirações no Direito e na Sociologia. A questão central desses estudos é compreender: por que há (e quais são) diferenças entre os objetivos planejados e os resultados alcançados? Ela se propõe, portanto, a abrir a caixa preta dos processos de concretização das políticas públicas, compreendendo as decisões ali tomadas e as consequências dessas decisões (LOTTA, 2019).

A implementação de políticas públicas pode ser pensada e pode acontecer de forma *top-down* ou *bottom-up*. Na abordagem *top-down*, os implementadores são meros executores da política, devendo implementá-las de forma exatamente igual a como ela foi formulada. Caso haja variações, essas são consideradas desvios de rota que podem afetar os resultados da política. Assim, esse modelo pressupõe “um ambiente caracterizado por informação perfeita, recursos ilimitados, clareza de objetivos, linhas únicas de comando e autoridade e ainda legitimidade política e consenso quanto ao programa ou política” (NAJBERG; BARBOSA, 2006; MELO e SANTOS, 2020).

Os estudos sobre implementação de políticas públicas podem ser situados como uma vertente do campo de análise de políticas públicas que busca olhar para o momento

específico da materialização ou concretização das políticas (SOUZA, 2003; LOTTA, 2019).

A adoção da política materializa o movimento decisório de escolha de uma alternativa de política para enfrentamento da situação problema. Tem-se, nesse movimento, o legislativo como principal sujeito que busca na sociedade e junto a outros sujeitos políticos apoio, de modo que a política aprovada possa ter credibilidade e possibilidade de êxito (SILVA, 2009).

Os políticos tomadores de decisão sofrem constrangimentos quando escolhem adotar uma política. Políticos vão arcar com custos concentrados caso o modelo implantado falhe. Assim, os políticos necessariamente buscam dispor de um conjunto de recursos para ultrapassar os obstáculos, mas sempre com a preocupação de serem bem avaliados pelos eleitores. Em síntese, a tomada de decisão diz respeito ao comportamento individual, mas também às dificuldades internas e externas que constroem os atores políticos (COÊLHO, CAVALCANTE e TURGEON, 2016).

A implementação faz parte de um processo da política pública de grande complexidade por mobilizar instituições, diferentes sujeitos, com interesses e racionalidades diferenciadas, recursos e poder. Ao envolver todas as atividades que permitirão a concretude da política, é um movimento capaz de reelaborar a políticas, de envolver a criação ou reestruturação de organizações ou a atribuições de novas responsabilidades para organizações existentes (SILVA, 2009).

O aparato jurídico de sustentação é devidamente detalhado e posto em prática. Ocorre contratação ou relocação de pessoal; aplicam-se orçamentos e desenvolvem-se variadas atividades. Esse processo, assumido por unidades administrativas que mobilizam recursos humanos, financeiros e materiais, demanda constante tomadas de decisões, podendo resultar no redesenho do programa (ARRETCHE, 2001; SILVA, 2009).

As decisões tomadas no movimento de implementação de programas sociais podem alterar o curso e as estratégias inicialmente estabelecidas, condicionando o próprio desenvolvimento do programa. As decisões e os decisores são o foco central da implementação por expressarem conflitos e disputas por alternativas, ocorrendo momentos de afastamento ou aproximação em direção às metas, meios e estratégias estabelecidas (SILVA, 2009).

É preciso estabelecer um encontro entre a capacidade de gestão, a qualidade da gestão e as práticas políticas em Direitos Humanos. Deve-se compreender que as

estruturas de gestão devem ser absolutamente transparentes e claras, além de permitir a participação direta da sociedade. É fundamental entender essas ferramentas transformadoras e participativas da gestão, cuja qualidade final tem a ver com a qualidade do atendimento das necessidades humanas e da superação das violências praticadas pelo Estado brasileiro em toda a sua estrutura federativa. Não apenas no plano do Poder Executivo, mas dos demais poderes também (NUNES, 2013).

É por meio da implementação de serviços públicos que os governos constroem e fundamentam sua legitimidade, já que eles são a face mais visível do estado. Analisar como esses serviços e políticas públicas são concretamente construídos por meio da ação prática de burocratas que transforma ideias abstratas em ações concretas é o grande objetivo desse campo que, dessa forma, tem muito a contribuir tanto teórica quanto empiricamente (LOTTA, 2019).

#### **2.4.2. Avaliação das Políticas Públicas**

A avaliação da política pública é a busca do conhecimento objetivo sobre os efeitos gerados pela atuação estatal. Muito embora a política pública consiga atingir todos os cidadãos, a intensidade dessa percepção é diversa.

A função de avaliação das políticas públicas sofreu deslocamentos teórico-discursivos, tomando-se como ponto de partida a década de 1960. Nesse período, a ênfase política sobre a avaliação concentrou-se no fornecimento de informação para os gerentes de programas públicos, de forma a garantir feedbacks para correções de rumo. Na década de 1980, a avaliação pende para a função de (re)alocação, ou seja, buscava-se eficiência na alocação de recursos com base em critérios racionais do processo orçamentário (TREVISAN e VAN BELLEN, 2008).

Já a década de 1990 marca a última fase da qual evidencia-se o deslocamento teórico-discursivo para o questionamento do papel do Estado, aliado à influência da nova administração pública. A avaliação assume a função de legitimação, ao mesmo tempo em que são exigidos resultados da administração e das políticas públicas (TREVISAN e VAN BELLEN, 2008).

Desde a década de 1990, marcada pela aceleração da redemocratização e redesenho do Estado brasileiro, a avaliação de políticas e programas sociais passou a se constituir num vasto campo interdisciplinar. Embora ainda se identifique a prevalência

de enfoques econométricos, de caráter mais quantitativo, surgiram abordagens interativas que consideram, no processo avaliativo, variáveis contextuais e processuais. Todavia, há que se considerar que a prática de avaliação de políticas e programas sociais ainda é restrita e desenvolvida mais como controle de gastos do que para realimentar os programas em desenvolvimento, embora a pressão dos movimentos organizados da sociedade não esteja ausente desse processo, demandando a transparência na aplicação dos recursos públicos e sua efetividade no sentido de reverter o quadro de pobreza no país (SILVA, 2009).

A fase de avaliação é aquela em que os resultados das políticas públicas serão mensurados. As análises sobre essa fase buscam compreender os diferentes instrumentos de avaliação utilizados, os resultados alcançados em suas várias dimensões (eficiência, eficácia e efetividade), os atores envolvidos na avaliação, mecanismos de feedback etc. (LOTTA, 2019).

A relevância da avaliação da política pública consiste em ter como principal destinatário do conhecimento produzido sobre políticas e programas sociais os setores subalternizados da sociedade que poderão instrumentalizar suas lutas e demandas a partir de informações que historicamente lhes tem sido negadas ou omitidas, buscando a democratização e o controle social das políticas públicas (SILVA, 2009).

Cabe destacar que as avaliações não devem ser percebidas pelos agentes públicos como algo ameaçador ou amedrontador, mas como uma etapa de suma importância para o processo de aprendizado em políticas públicas (MELO e SANTOS, 2020).

A avaliação de políticas e programas sociais deve ser percebida na relação dialética de duas dimensões a ela inerentes: a dimensão técnica e a dimensão política. Nesse sentido, a avaliação de políticas e programas sociais é orientada por intencionalidades, sua dimensão política, e por um conjunto de procedimentos científicos que a qualifica como geradora de conhecimento (SILVA, 2009).

O Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE assinala que o propósito da avaliação das políticas é determinar a pertinência e alcance dos objetivos, a eficiência, efetividade, impacto e sustentabilidade do desenvolvimento. A avaliação deve proporcionar informação que seja crível e útil para permitir a incorporação da experiência adquirida no processo de tomada de decisão. A avaliação deve ser vista como um mecanismo de melhoria no processo de tomada de decisão, a fim de garantir melhores informações, sobre as quais eles possam fundamentar suas decisões e melhor

prestar contas sobre as políticas públicas (ALA-HARJA e HELGASON, 2000; TREVISAN e VAN BELLEN, 2008).

A avaliação das políticas públicas deve contribuir para levantar e sistematizar informações destinadas aos decisores públicos, mas, antes de tudo, deve direcionar-se para a produção de um conhecimento comprometido com as lutas sociais e com a universalização dos direitos sociais, devendo contribuir para o movimento social de construção da cidadania (SILVA, 2009).

A partir das elucidações descritas neste capítulo, depreende-se que o ciclo de políticas públicas é elemento indissociável da atividade estatal, uma vez que este conjunto de etapas interrelacionadas é o responsável pelas análises e métricas que o gestor público deve dispor ao conjecturar sobre as aplicações das receitas e as necessidades e tendências de seus jurisdicionados.

A formulação das políticas precisa entender os movimentos e ideias, para estabelecer um protótipo de agenda, que será elevada à implantação, se reunidos os conjuntos internos e externos favoráveis e, quando implantada, estará perpetuamente submetida à avaliação de desempenho.

Considerando que o cuidado com a coisa pública é função típica do Estado que a implementa, o ciclo das políticas públicas pode ser entendido como o roteiro de checagens que o gestor deve cumprir para iniciar, continuar ou descontinuar tarefas, receitas e demandas.

Na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, as definições de agendas municipais que reverenciam os Direitos Humanos podem ser verificadas como um passo a passo a partir da criação dos Centros Comunitários da Paz, um programa capitaneado pela Prefeitura do Recife na última década (2012 - 2023) com o fito de reduzir as assimetrias econômicas e desigualdades sociais em termos de acesso aos serviços dignificadores do cotidiano.

O Compaz tem o escopo de fomentar, via políticas de acesso, o exercício da cidadania e reforçar a atuação do ente municipal em prol da parcela populacional mais vulnerabilizada pelos indicadores sociais, econômicos, ambientais, criminais, políticos e humanitários.

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa parte de uma análise que se orienta pelas condições de aparecimento e de extensão das ciências humanas, no intuito de tentar clarificar as relações que a análise de conteúdo mantém ou não com disciplinas vizinhas pelo seu objeto ou pelos seus métodos (BARDIN, 1977).

No bojo desta dissertação, a análise de conteúdo buscou somar os esforços de uma revisão bibliográfica aliada à pesquisa documental para compor o suporte teórico do presente estudo. Assim, o objetivo geral deste trabalho consiste em compreender a aplicação do modelo de fluxos múltiplos de John Kingdon na formação de agenda nas políticas públicas nos Centros Comunitários da Paz (COMPAZ), na cidade do Recife/PE.

Para que esta finalidade tenha sido atingida, foi preciso conciliar a análise de formação das condicionantes de uma política pública concebida por KINGDON (1995) à verificação teórica aos influxos que permitiram a janela de oportunidade política por onde surgiu o Compaz.

O procedimento técnico eleito para a elaboração desta dissertação baseia-se na pesquisa documental e bibliográfica, uma vez que está erigida sobre bases teóricas, e as respostas perseguidas guiam-se pela pesquisa *Ex-Post Facto*, pois buscou analisar os fatores que sugerem a abertura da janela de oportunidade da política pública que fomentou a concepção dos Centros Comunitários da Paz (COMPAZ) em meados da década passada (2010-2020).

Desta feita, a abordagem eleita para esta pesquisa foi a qualitativa, eis que escuda-se na identificação de aportes documentais e bibliográficos para a fixação da elucidação sobre o modelo de fluxos múltiplos concebido por John Kingdon (1995) (bem como todo o arcabouço em torno da formação de agenda da política pública em Direitos Humanos), e, em seguida, vale-se dos dados numéricos fornecidos pelos órgãos públicos e privados, notadamente aqueles oriundos da Secretaria de Segurança Cidadã do Recife, para fins de mensuração dos condicionantes do modelo de formação de agenda aplicados à criação da rede dos Centros Comunitários da Paz (COMPAZ), na cidade do Recife/PE.

Kingdon (1995) propôs em sua teoria uma tríplice sustentação para a abertura da janela de oportunidade da política pública, sendo, respectivamente as seguintes: fluxo

do problema, fluxo da política e fluxo das políticas. A partir destas três compreensões, será possível identificar em cada fluxo os fatores que levaram a Prefeitura do Recife a direcionar sua agenda de direitos humanos à criação dos Centros Comunitários da Paz.

Para este estudo, elegeu-se a avaliação do desenho da política pública para compreensão dos fluxos ora propostos. Este tipo de avaliação permite que o desenho planejado inicialmente seja confrontado com a experiência prática de implementação da política, o que gera informações e recomendações para retroalimentar o desenho da política e, conseqüentemente, aprimorar a sua gestão e os seus resultados (BRASIL, 2018).

Por seu turno, no que toca à natureza da pesquisa, esta pode ser considerada básica. No que se refere ao objetivo da pesquisa, considera-se uma pesquisa explicativa, na medida em que se propõe a explicar fenômenos.

### **3.1 Recorte Espacial**

O recorte espacial do presente estudo restringe-se ao município do Recife, capital do Estado de Pernambuco, situado na região Nordeste do Brasil. Apropriado desse panorama, é possível enveredar por uma análise verificadora da atuação pública através dos Centros Comunitários da Paz (COMPAZ), uma iniciativa da Prefeitura do Recife, capital do Estado de Pernambuco (ver Figura 1), que busca fomentar cidadania a populações vulnerabilizadas ao promover acesso a direitos básicos de previsão constitucional, tais como educação, saúde, lazer, combate à violência, redução das desigualdades e assistência social (PREFEITURA DO RECIFE, 2020).

**Figura 7:**Localização de Recife no Brasil



Fonte: Adaptado de Guia Geográfico - Américas (2011)

De acordo com dados do IBGE de 2022, a cidade do Recife possui 1.488.920 de habitantes distribuídos em um território de 218,843 km<sup>2</sup>. A densidade demográfica do município é de 6.803,60hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2022).

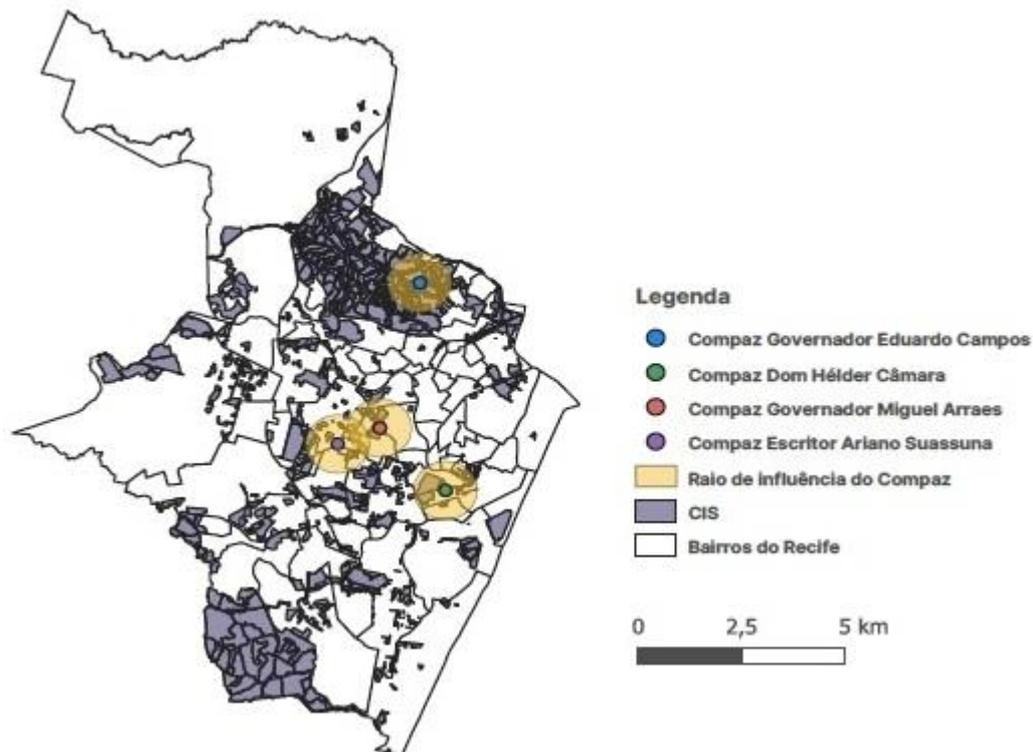
Na cidade do Recife, a escolarização de 6 a 14 anos atinge 97,1% da população e o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) é de 0,772, de acordo com o Censo de 2010 (IBGE, 2010). Já o índice de mortalidade infantil é de 10,93 óbitos por cada 1.000 nascidos vivos (IBGE, 2022). O PIB per capita do Recife é de R\$ 33.094,37, segundo dados colhidos em 2021.

Considerando que a compreensão teórica em voga inclina-se aos equipamentos da rede COMPAZ e os condicionantes sociopolíticos responsáveis pela janela de oportunidade (com base no modelo de fluxos múltiplos de John Kingdon), as áreas de inferência deste estudo buscam entender os fatores presentes nas Comunidades de Interesse Social (CIS) que foram contempladas pela instalação de um Centro Comunitário da Paz.

Assim sendo, não se pretende averiguar os equipamentos em suas individualidades, mas, sim, a intenção por trás da rede COMPAZ, de modo que a

abrangência territorial do presente estudo recai sobre as áreas da cidade do Recife que receberam estas unidades (conforme descrito na Figura 8).

**Figura 8:** Mapa do Recife com Localização dos COMPAZ e Áreas de Influência das CIS



Fonte: IBGE/PCR (2023).

Muito embora a rede COMPAZ encontre-se em fase de ampliação (com vistas às licitações para 2 novas unidades), a presente dissertação volta-se aos equipamentos que estão em funcionamento, quais sejam, Compaz Governador Eduardo Campos, Compaz Governador Miguel Arraes, Compaz Escritor Ariano Suassuna, Compaz Dom Hélder Câmara, e, mais, recentemente, o Compaz Escritor Paulo Freire e o Compaz Atriz Leda Alves, ambos inaugurados no primeiro semestre de 2024 e em seus primeiros meses de funcionamento.

### 3.2 Recorte Temporal

As delimitações temporais que circundam esta pesquisa orientam-se pelo lapso cronológico em torno dos fatores que viabilizaram as condições políticas, sociais e partidárias da instalação da rede COMPAZ pela Prefeitura da Cidade do Recife (PCR).

Para tanto, para a presente dissertação, foi levada em consideração uma janela temporal anterior aos anos de entrega dos primeiros equipamentos nos bairros, haja vista os desdobramentos político-partidários que foram necessários a esta conveniência e necessidade socio-urbana, juntamente com as circunstâncias sociais, econômicas e geográficas que viabilizaram as discussões sobre tomada de decisão estatal em prol do combate aos elevados índices de criminalidade e violência que assolavam o município do Recife/PE.

Desse modo, o critério temporal ora levantado inicia-se nos primeiros movimentos do empreendedor político Murilo Cavalcanti ( Secretário de Segurança Cidadã do Recife pelo período de implementação da rede Compaz até março de 2024) na busca por atores políticos formais que pudessem capitanear a concepção dos Centros Comunitários da Paz na agenda da Prefeitura do Recife.

O primeiro passo formal a ser analisado volta-se à eleição municipal recifense de 2012, pois, com a vitória do então candidato Geraldo Júlio, o Partido Socialista Brasileiro (PSB), ascende ao executivo municipal e redireciona a engrenagem política para implementar sua própria agenda político-partidária. Neste momento, as concepções de Murilo Cavalcanti sobre segurança cidadã recebem atenção política necessária ao seu desenvolvimento, e desse movimento surge a oportunidade de conceber alternativas para o enfrentamento dos índices de violência urbana que tenham a assinatura do PSB.

Com a vitória eleitoral de Geraldo Júlio em 2012, a pasta da Segurança Cidadã é assumida por Murilo Cavalcanti em 2013. Sob sua incumbência, o novo Secretário é instado a coordenar a construção de uma política municipal de segurança que resulta no desenho do modelo Compaz (CAVALCANTI, 2022).

Dessa maneira, o recorte temporal da presente dissertação observa os movimentos iniciais da concepção do Compaz no início da década de 2010 e acompanha a trilha até o ano da inauguração do primeiro equipamento, em 2016. Registre-se que a principal busca empregada neste estudo volta-se aos fatores-chave em torno da criação da rede Compaz, situação esta que justifica as definições temporais restringidas ao período de formulação da agenda municipal de segurança cidadã do Recife.

Entretanto, a título de aprofundamento, não se exclui desse recorte algumas verificações secundárias de ampliação da rede, que permanece em expansão e atividade ininterrupta até o presente momento (2024).

### 3.3 Estado da Arte

No esteio das pesquisas bibliográficas que permitiram a construção desta dissertação, destacam-se algumas produções acadêmicas desenvolvidas nos níveis de bacharelado (2 monografias) e mestrado (6 dissertações), que foram inventariadas para a presente pesquisa.

No que tange aos trabalhos acadêmicos supra listados, convém destacar que foram priorizadas as referências das dissertações em detrimento das duas produções monográficas, tendo em vista que o presente estudo está sendo elaborado a nível de pós-graduação.

O Plano Municipal de Segurança Cidadã e Prevenção da Violência da cidade do Recife (2013) serviu de referência para a avaliação da formação da agenda do Compaz, eis que apresenta as bases da política de pacificação dos bairros violentos que posteriormente receberam equipamentos da rede de Centros Comunitários.

Já na condição de produção e avaliação interna da rede dos Centros Comunitários da Paz, elaborados pela Prefeitura do Recife (PCR) e suas secretarias, destaca-se o aproveitamento dos relatórios elaborados e publicados pela Prefeitura do Recife acerca da avaliação executiva do Compaz

No que se refere à avaliação externa da rede Compaz, foram localizados e utilizados nesta dissertação algumas publicações produzidas por entidades nacionais e internacionais que buscaram coletar avaliações do impacto dos Centros Comunitários nos aspectos sociais da segurança cidadã entre 2020 e 2023.

A partir do pedido de acesso à informação nº 2024008630079010280, protocolado junto à Prefeitura do Recife, foram acessados os demonstrativos que apresentam os números e tipos de serviços disponibilizados por cada unidade da rede Compaz desde a sua inauguração até o mês de julho de 2024 (momento de atendimento da solicitação). Os dados referentes ao pedido de acesso à informação encontram-se disponíveis no Apêndice A desta dissertação.

Assim sendo, para BARDIN (1977), a análise documental pode ser conceituada como “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência”.

Ainda segundo o autor, o tratamento da informação contida nos documentos acumulados da análise documental tem o objetivo de oferecer forma conveniente e

representar de outro modo essa informação através de procedimentos de transformação (BARDIN, 1977).

Por seu turno, o propósito a ser atingido consiste no armazenamento sob uma forma variável que facilite o acesso ao observador, de tal maneira que este obtenha o máximo de informações (face quantitativa), com o máximo de pertinência (com viés qualitativo) (BARDIN, 1977).

#### **4. AVALIAÇÃO DO COMPAZ COMO POLÍTICA PÚBLICA FOMENTADORA DOS DIREITOS HUMANOS NA CIDADE DO RECIFE/PE**

A iniciativa da Prefeitura do Recife em estabelecer uma forma de aproximação com as comunidades mais vulneráveis da cidade contou com a concepção e implantação de uma rede de centros que fossem capazes de reunir serviços públicos, atividades profissionalizantes, desportivas e de lazer, aliadas ao senso de pertencimento nos bairros, pois tais equipamentos não estariam localizados em pontos centrais do município, mas, sim, nas proximidades dos bairros que indicassem maiores índices de violência e pobreza.

A implantação dos Centros Comunitários da Paz (COMPAZ) surgiu como uma resposta do Estado (aqui representado pelo ente municipal) aos alarmantes índices de violência urbana do Recife. As definições quanto aos locais que receberiam as unidades do Compaz levou em consideração os locais com os menores índices de desenvolvimento humano e renda per capita. Ou seja, a finalidade do Compaz reside em aproximar a presença da Prefeitura dos cidadãos que mais dependem das agendas públicas.

O Compaz foi inspirado na experiência de urbanismo social de Medellín, na Colômbia, através dos Projetos Urbanos Integrais (PUI), especialmente na participação de moradores dos territórios a que esses equipamentos públicos foram destinados. Assim como em Medellín, a formulação e a implementação do Compaz envolveram e ainda envolvem ampla participação social, através de um rico processo de escuta da população. As sugestões da população são ouvidas e aplicadas no projeto, garantindo a sustentabilidade e o sucesso da política. (ESPERANDIO; VICENTE; SPÍNDOLA, 2022).

##### **4.1. O Caso do COMPAZ em Recife – antecedentes e conjuntura social**

O Centro Comunitário da Paz - COMPAZ é uma rede de equipamentos públicos de iniciativa da Prefeitura do Recife, no Estado de Pernambuco, que tem por finalidade promover políticas assistenciais de educação, saúde, lazer e empreendedorismo para populações que se encontram em comunidades expostas a taxas elevadas de violência e

criminalidade. A instalação de um COMPAZ busca elevar a estima social e a proximidade do Poder Público em locais estratégicos de fomento à cidadania.

O COMPAZ é uma iniciativa da Prefeitura do Recife de combate à violência e fomento da cidadania que oferece a algumas comunidades um equipamento municipal de múltiplas funções assistenciais destinadas a incrementar o acesso daquela população à determinadas atividades educacionais e de saúde, serviços públicos e a uma agenda de eventos de lazer e de acesso à cultura, fomentando a fruição dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988.

A concepção dos Centros Comunitários da Paz foi especialmente inspirada no Laboratório de Políticas Públicas de Medellín, uma cidade colombiana que amargou por algumas décadas – entre o final do Século XX e início do Século XXI - a realidade do poder paralelo das milícias envolvidas com tráfico de drogas e outras redes de atuação criminosas. A conexão entre as iniciativas do Recife e de Medellín relaciona-se aos esforços do Poder Público municipal em diminuir os índices de exposição social à violência urbana e à intenção de promover inclusão e cidadania para comunidades que vivenciam as mazelas da criminalidade e da ausência de perspectiva social. De acordo com o experimento colombiano, a cidade mais violenta do continente americano tornou-se um exemplo de cidade humana e saudável graças aos esforços dos gestores públicos em ocuparem os espaços e sua população com cultura cidadã (CAVALCANTI, 2022).

Tal qual ocorreu no Recife, a cidade de Medellín sofreu um processo de crescimento desordenado, com ocupações irregulares do solo, sobretudo em áreas de morros, sem a presença do Estado e de políticas efetivas para regularizar a situação, o que gerou situações de conflito urbano e deterioração ambiental. Tudo isso, somado a outros problemas sociais estruturais, como desemprego, baixa renda, defasagens de aprendizado, evasão escolar e má qualidade ou ausência de serviços e equipamentos públicos, levou a um elevado crescimento do narcotráfico e das taxas de criminalidade na cidade (CAVALCANTI, 2022; ESPERANDIO; VICENTE; SPÍNDOLA, 2022).

O enfrentamento aos elevados índices de violência pode ser considerado um fator comum entre as cidades de Medellín e do Recife; em ambos os casos, determinados gestores municipais optaram como medida de combate o uso de instrumentos de incremento urbanístico para aproximar a população do Estado formal, para que houvesse maior resistência contra as seduções que o crime organizado pode proporcionar.

Nesse sentido, o enfrentamento à violência urbana deve perpassar pelos diagnósticos que indicam as ações que precisam ser realizadas pelo Estado. No caso do COMPAZ, a Prefeitura do Recife criou uma rede de proteção aos mais vulneráveis para aproximar-se de quem mais precisa ser atendido pelas políticas públicas necessárias à dignidade, acolhimento e oportunidade, por ser uma parcela tão esquecida pelo Poder Público no Brasil (CAVALCANTI, 2022).

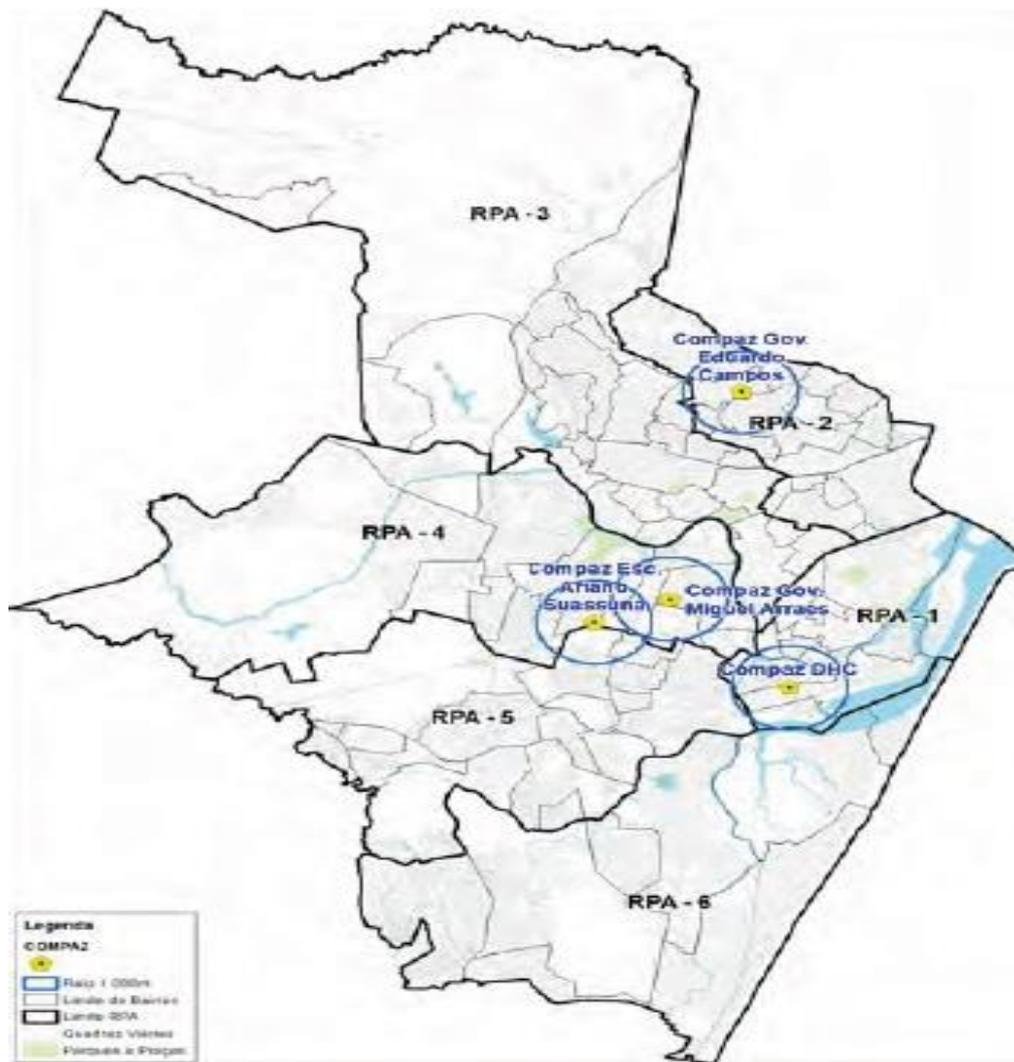
Os objetivos específicos que circundam a concepção dos Centros Comunitários Paz foram, respectivamente, a busca por reduzir a criminalidade dos bairros; maximizar o impacto social com a sua implantação; priorizar as demandas sociais urgentes; melhorar os indicadores sociais e utilizar de forma eficiente os recursos públicos (FONTE, 2018).

A rede Compaz é capitaneada pela Secretaria de Segurança Cidadã (SESEC) da Prefeitura do Recife (RECIFE, 2018) e reúne agendas de outras 13 secretarias municipais (Esportes, Educação e Tecnologia, Mulher, Cultura, Defesa Social, Planejamento, Desenvolvimento Social, Projetos Especiais entre outras, além do gabinete do Prefeito), tendo a implantação do programa no Recife a partir das lições observadas na Colômbia (CAVALCANTI, 2022).

Conhecidos como ‘Fábricas de Cidadania’, os equipamentos se destacam tanto pela estrutura, quanto pela quantidade dos serviços e atendimentos oferecidos (vide Figuras 5, 8, 11, 14 e 16), a exemplo de cursos de capacitação, educação e esportes, que se somam aos serviços públicos descentralizados que fixam pontos de atendimento nas instalações dos Compaz, donde podemos citar Junta Militar, Justiça Eleitoral, ponto de vacinação, varas de atendimento do Procon e do Poder Judiciário de Pernambuco, além das Brigadas de atuação sobre casos de violência doméstica.

O Compaz possui seis unidades em funcionamento no Recife (Figura 2). Encontram-se em funcionamento as unidades situadas nos bairros Alta Santa Terezinha, Caxangá, Coque, Cordeiro, Ibura e Pina. Estão em fase de licitação as unidades Várzea e Totó.

**Figura 1:** Localização dos COMPAZ nas Regiões Político-Administrativas (RPA) do Recife



Fonte: PCR (2023).

A rede COMPAS é composta atualmente por seis equipamentos em pleno funcionamento concebidos e administrados pela Prefeitura do Recife nos bairros do Alto Santa Terezinha (Compaz Governador Eduardo Campos, inaugurado em março de 2016), Cordeiro (Compaz Escritor Ariano Suassuna, entregue à população em março de 2017), Caxangá (Compaz Miguel Arraes, inaugurado em dezembro de 2019), Ilha de Joana Bezerra (Compaz Dom Hélder Câmara, também disponibilizado à comunidade em dezembro de 2019), Ibura (Compaz Professor Paulo Freire, funcionando desde março de 2024) e Pina (Compaz Atriz Leda Alves, em operação desde junho de 2024). Há projetos em fase de licitação ainda para a presença da rede nos bairros da Várzea e do Totó.

Atualmente, a rede COMPAS está envolvida no rol de instituições municipais que encabeçam a atuação da Política Municipal de Cultura de Paz e Justiça Restaurativa

do Recife, cujo propósito consiste em vivenciar e transmitir um conjunto de valores, atitudes e comportamentos que refletem os princípios de respeito pela vida, promoção dos direitos humanos e liberdades fundamentais, e equidade de direitos e oportunidades (RECIFE, 2021).

Sua estrutura de funcionamento tem o escopo de aproximar a atuação do ente municipal em regiões periféricas e marginalizadas da cidade do Recife. O esforço da rede Compaz busca o incremento do senso de pertencimento social e apropriação dos espaços urbanos como maneira de evitar os vácuos sociais que dão vazão à violência urbana. O Compaz protagoniza uma agenda pública de reforço da dignidade da pessoa humana e de Direitos Humanos em prol de populações vulnerabilizadas pelos índices econômicos, sociais e criminais.

Nos termos dispostos no Relatório de Geral de Avaliação Executiva Participativa da Rede Compaz (2023), os Centros Comunitários enquadram-se na seguinte condição:

Na gestão atual, o Compaz se enquadra, no Planejamento Estratégico do Recife 2021-2024, na dimensão do Viver Bem, na categoria Segurança Cidadã. Nesse eixo, a Prefeitura tem como foco enfrentar o desafio histórico da desigualdade social, passando pela garantia de direitos fundamentais, pela exigência em assegurar serviços públicos de qualidade a todas as pessoas, sem aceitar que qualquer parcela da população seja excluída desse movimento de transformação, que deve ser intenso e contínuo e que deve visar ao bem-estar social e a uma vida digna (RECIFE, 2023).

A finalidade da política do Compaz consiste em reduzir os índices de exposição à violência através do reforço das estruturas estatais de urbanismo e de fruição do direito à cidade. A instalação das unidades do Compaz associa-se à recuperação da vitalidade urbana das áreas periféricas do Recife, na medida em que altera a morfologia dos bairros situados nas zonas ocupadas pelas classes socioeconomicamente mais vulneráveis.

#### **4.1.1. Compaz Governador Eduardo Campos**

O Compaz Governador Eduardo Campos, também conhecido por Compaz do Alto Santa Terezinha foi a primeira fábrica de cidadania a ser inaugurada, em 12 de março de 2016. Sua principal destinação consiste em reduzir a violência com atividades educativas, esportivas e acessos à serviços básicos para toda a população. Ao todo, mais de 9.500 pessoas estão cadastradas, e são oferecidos 8 tipos de serviços para o público em geral, 25 atividades esportivas, e uma média de mais de 300 pessoas frequentando

diariamente a Biblioteca Afrânio Godoy. Todos os dias são mais de 3.700 pessoas realizando atividades neste equipamento(PREFEITURA DO RECIFE, 2023).

**Figura 3:**Compaz Governador Eduardo Campos



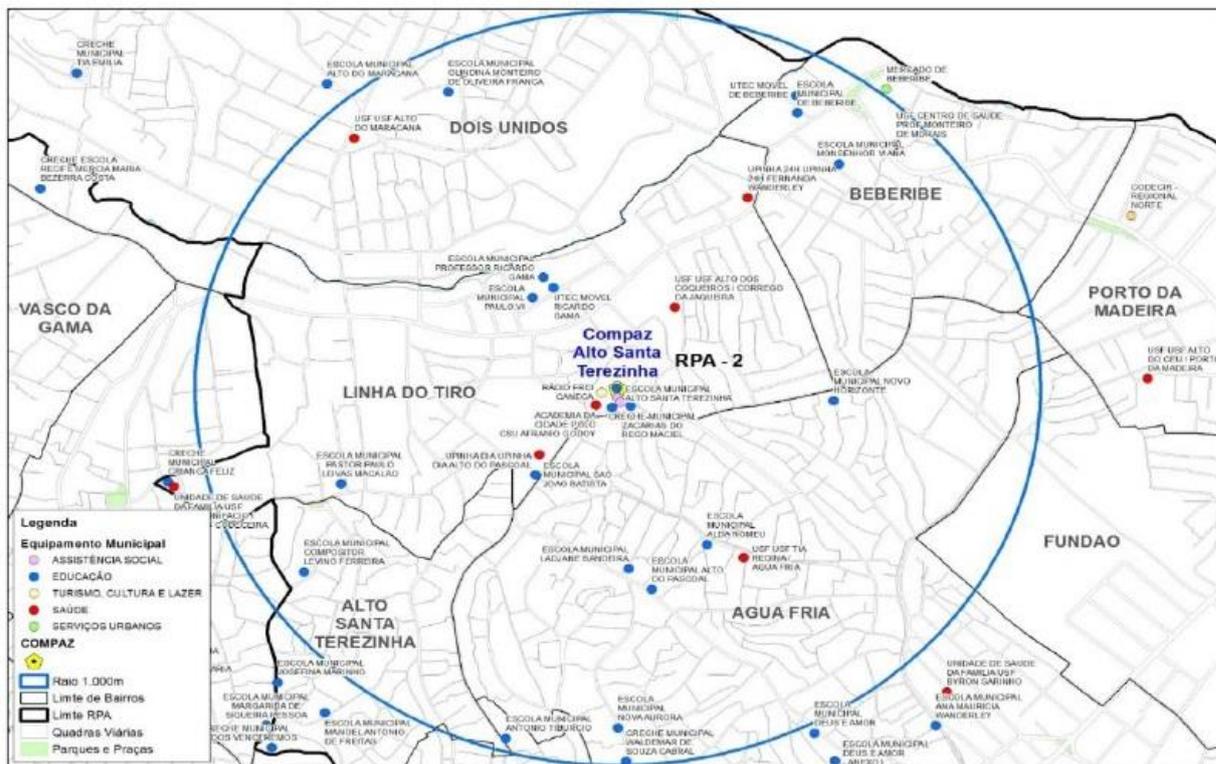
Fonte: G1 (2020).

Situado em uma área estratégica do Recife, na Região Político-Administrativa (RPA) 2, o Compaz do Alto Santa Terezinha contempla 18 bairros da cidade, quais sejam: Arruda, Água Fria, Alta Santa Terezinha, Beberibe, Bomba do Hemetério, Cajueiro, Campina do Barreto, Campo Grande, Dois Unidos, Encruzilhada, Fundão, Hipódromo, Linha do Tiro, Peixinhos, Ponto de Parada, Porto da Madeira, Rosarinho e Torreão (PREFEITURA DO RECIFE, 2023).

O mapa da RPA onde se situa o Compaz Governador Eduardo Campos aponta que o equipamento encontra-se próximo a 20 escolas da rede municipal do Recife, 6 creches municipais e 10 unidades de saúde pública (Upinha, USF e academia da cidade).

As adjacências do equipamento instalado no Alto Santa Terezinha, no centro da RPA 2, contam com a proximidade do Mercado de Beberibe, 2 unidades da UTEC, Rádio Frei Caneca e a sede regional da Secretaria Executiva de Defesa Civil (antiga CODECIR).

**Figura 4:** RPA do Compaz Governador Eduardo Campos



Fonte: PCR (2024).

Com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), foram recolhidos dados dos números de atendimentos do Compaz Governador Eduardo Campos para esta dissertação. De acordo com o pedido de número 2024008630079010280, protocolado junto à PCR em 23/07/2024 e respondido em 25/07/2024, o primeiro Compaz, em atividade desde 2016, realizou nestes 8 anos (incluindo o período pandêmico de 2020 a 2021) o total de 469.522 atendimentos ao público de seu entorno, o que indica uma média de mais de 52 mil prestações por ano de atividade.

Vale mencionar que os anos que registraram os quantitativos mais elevados de serviços foram os exercícios de 2018 e 2019, sendo os únicos momentos que indicam percentuais superiores a 50 mil atendimentos, cada. As medidas de isolamento social decretadas por ocasião da pandemia de Covid-19 são a causa da diminuição da frequência de usuários em toda a rede, pois os números demonstram uma queda considerável de prestações em 2020 e uma recuperação de retorno dos usuários em 2021, momento em que as medidas de distanciamento passaram a ser flexibilizadas pelo Poder Público.

As atividades dos períodos de 2022 e 2023 indicam o aumento gradativo da volta desses usuários, mas ainda em números inferiores aos de 2018 e 2019. Os dados

de 2024 refletem apenas prestações parciais, relativas aos 7 meses de funcionamento do Compaz Eduardo Campos neste ano, mas já demonstram um ritmo condizente com a curva de recuperação do período pós-pandêmico.

**Figura 5:** Atendimentos do Compaz Governador Eduardo Campos 2016-2024

Compaz Governador Eduardo Campos - GEC (2016 - 2024)													
Secretaria	Tópico	Informação	2016	2017	2018	2019	Período Pandêmico		2022	2023	2024	Média	Total
							2020	2021					
SESEC - SECRETARIA DE SEGURANÇA CIDADÃ	COMPAZ GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS	Nº Total de Atendimentos - Serviços	18.938	30.551	53.310	54.014	10.255	36.584	47.726	48.767	35.217	37.262	335.362
		Cidadania, Promoção e Defesa de Direitos	17.360	21.998	30.067	33.356	8.216	23.939	30.151	31.169	25.666	24.658	221.922
		Saúde e Bem-Estar	64	6.222	19.840	16.648	1.575	7.968	10.456	14.660	6.438	9.319	83.871
		Qualificação Profissional e Geração de Renda	1.514	2.331	3.403	4.010	464	1.330	2.918	2.938	3.113	2.447	22.021
		Recepção Geral COMPAZ	0	0	0	0	0	3.347	4.201	0	0	839	7.548
		n. Atendimentos em Eventos	18.023	19.867	26.126	19.130	2.447	3.651	9.074	11.939	4.871	12.792	115.128
		Nº Total de acessos da Biblioteca	41.711	58.807	68.687	79.270	6.407	11.835	32.582	32.750	15.435	38.609	347.484
		Sec. de Saúde (Testagem + Vacinação)	0	0	1.313	1.313	0	0	1.313	0	0	438	3.939
		n. Acessos ao Conecta Recife	0	0	3.739	3.739	0	0	3.739	1.849	2.027	1.677	15.093
		Nº Total de Atendimentos realizados	36.961	50.418	84.488	78.196	12.702	40.235	61.852	62.555	42.115	52.169	469.522
		Atendimentos do Compaz - Mensal	3.080	4.202	7.041	6.516	1.059	3.353	5.154	5.213	7.019	4.737	
		Atendimentos do Compaz - Diário	140	191	291	270	59	152	213	535	299	239	
		Atendimento da Biblioteca - Mensal	3.476	4.901	5.724	6.606	534	986	2.715	2.729	2.573	3.360	
		Atendimento da Biblioteca - Diário	158	223	237	273	30	45	112	280	109	163	

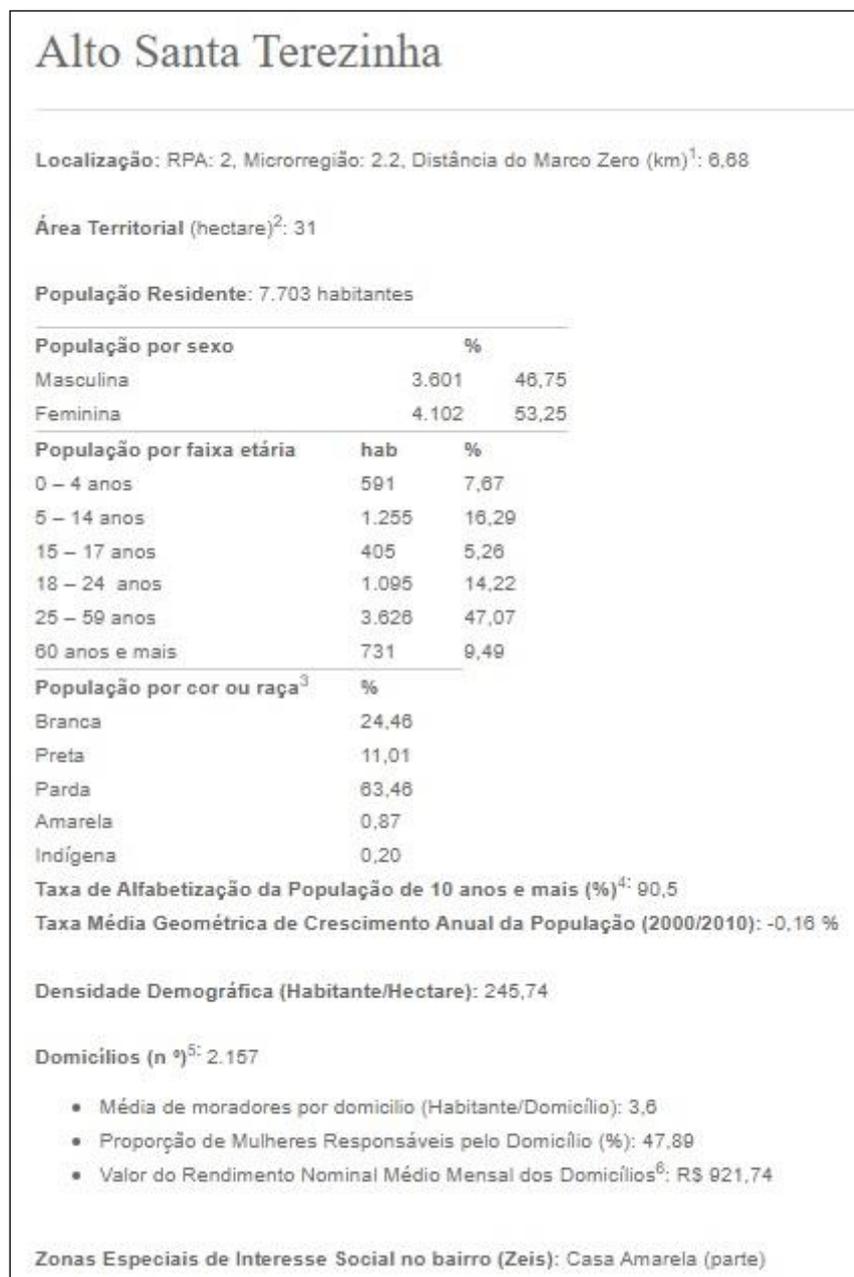
Fonte: PCR (2024).

Dos números acima demonstrados, visualiza-se que promoção de cidadania/direitos e a biblioteca costumam ser os mais acessados pelos usuários do Compaz Governador Eduardo Campos, totalizando 347.484 atendimentos na biblioteca Afrânio Godoy e 221.922 prestações de cidadania, promoção e defesa de direitos (CRAS, CREAS, Procon, Maria da Penha, etc.); seguidos dos atendimentos relacionados à eventos, que somam 115.128 ao longo desses 8 anos de atividades. Os setores de saúde/bem-estar e de qualificação profissional/geração de renda foram os menos buscados neste equipamento, tendo sido realizados respectivamente 83.871 e 22.021 acompanhamentos nos anos totais de funcionamento.

A escolha do Alto Santa Terezinha para inaugurar o primeiro equipamento da rede não adveio de uma ordem aleatória. De acordo com dados do Censo 2010 (IBGE),

a vulnerabilidade socioeconômica da população deste bairro foi fator-chave para a instalação do primeiro Compaz:

**Figura 6:** Perfil do bairro Alta Santa Terezinha



Fonte: IBGE/PCR (2010).

Da imagem apresentada acima, entende-se que o perfil dos habitantes do bairro Alto Santa Terezinha é composto em sua maioria por mulheres (53,25%); pessoas com idade entre 25 e 59 anos (47,07%) e população autodeclarada parda (63,46%). Além disso, a proporção média de moradores por residência é de 3,6 e o percentual de lares

dirigidos por mulheres é de 47,89%. Dentro do bairro consta como zona de especial interesse social (ZEIS) uma parte da área de Casa Amarela.

#### 4.1.2. Compaz Escritor Ariano Suassuna

Inaugurado no dia 27 de março, o Compaz Escritor Ariano Suassuna foi a segunda fábrica de cidadania do Recife e está localizado no bairro do Cordeiro. A unidade possui 17 mil metros quadrados, onde são oferecidos os mais diversos tipos de serviços, atividades esportivas, educacionais e cidadãs. As novidades dessa unidade são duas quadras de tênis, quadra coberta, rampa de skate, pista de explosão (atletismo) e o ateliê de artes e artesanato. O equipamento também conta com prédio principal, onde está a Biblioteca Jornalista Carlos Percol, e piscina semiolímpica com extensão de 25metros (PREFEITURA DO RECIFE, 2023).

**Figura 7:**Compaz Escritor Ariano Suassuna



Fonte: PCR (2019).

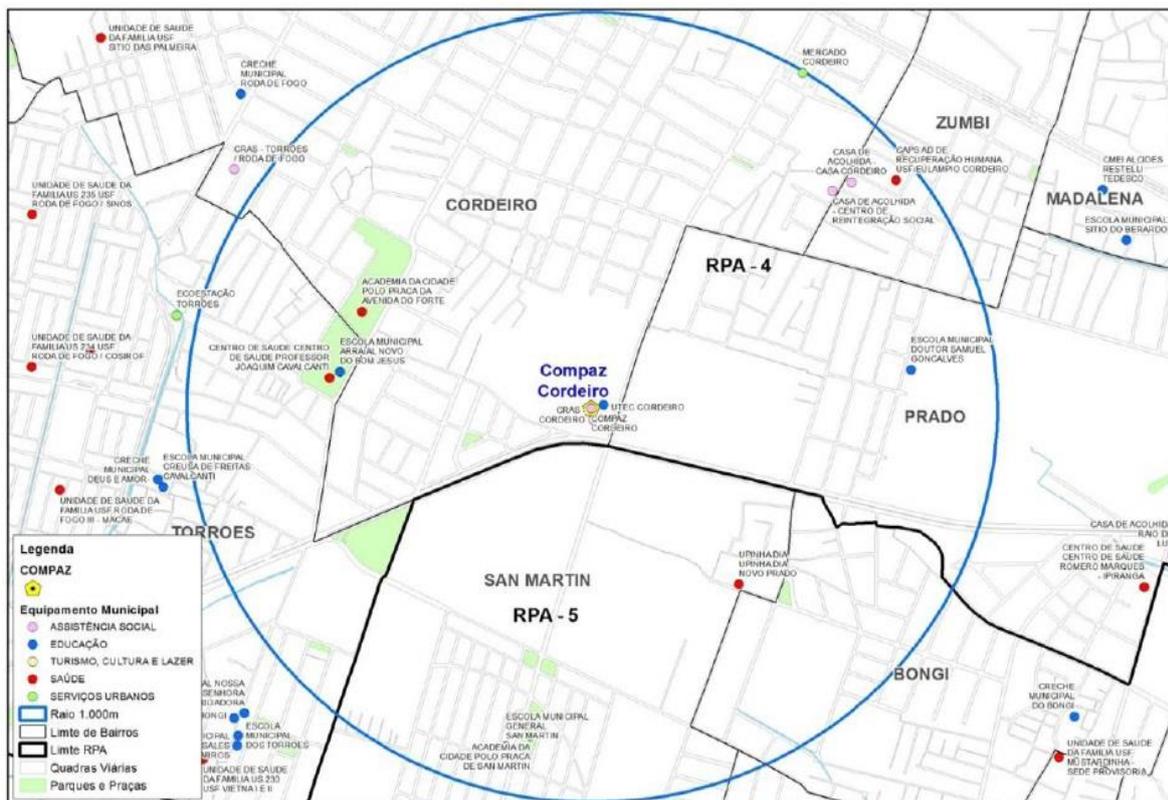
O Compaz Escritor Ariano Suassuna possui mais de 9.600 usuários inscritos. Para implantação deste equipamento, foram investidos R\$ 15 milhões de reais, dos quais R\$ 3 milhões foram da Prefeitura do Recife e os outros R\$ 12 milhões advindos do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal (FEM-PE) (PREFEITURA DO RECIFE, 2023).

O Compaz Escritor Ariano Suassuna atende a 28 bairros da cidade do Recife, são eles: Cordeiro, Ilha do Retiro, Iputinga, Madalena, Prado, Torre, Zumbi, Engenho do Meio, Torrões, Caxangá, Cidade Universitária, Várzea, Afogados, Areias, Barro, Bongi, Caçote, Coqueiral, Curado, Estância, Jardim São Paulo, Jiquiá, Mangueira, Mustardinha, San Martin, Sancho, Tejiptó e Totó (PREFEITURA DO RECIFE, 2023).

O equipamento situado no Cordeiro está localizado na divisa das RPA 4 e 5. Seu entorno conta com 10 pontos de saúde pública do município (USF, CAPS, Upinha, academia da cidade e centro de saúde), além de 10 escolas municipais e 3 creches da rede de educação do município do Recife.

O entorno do Compaz situado no Cordeiro ainda dispõe nas suas proximidades da ecoestação Torreões, Mercado do Cordeiro, 3 casas de acolhida, 2 unidades do CRAS e 1 UTEC.

**Figura 8:** RPA do Compaz Escritor Ariano Suassuna



Fonte: PCR (2024).

Com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), foram recolhidos dados dos números de atendimentos do Compaz Escritor Ariano Suassuna para esta dissertação. De acordo com o pedido de número 2024008630079010280, protocolado junto à PCR

em 23/07/2024 e respondido em 25/07/2024, o segundo Centro Comunitário da Paz, em atividade desde 2017, realizou nestes 7 anos (incluindo o período pandêmico de 2020 a 2021) mais de 657 mil atendimentos realizados desde a sua inauguração, podendo ser considerado o equipamento da rede que foi mais buscado pela população do município do Recife desde a implantação da rede.

**Figura 10:** Atendimentos do Compaz Escritor Ariano Suassuna 2017-2024

Compaz Escritor Ariano Suassuna - EAS (2017 - 2024)												
Secretaria	Tópico	Informação	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Média	Total
SESEC - SECRETARIA DE SEGURANÇA CIDADÃ	COMPАЗ ESCRITOR ARIANO SUASSUNA	Nº Total de Atendimentos - Serviços	24.115	40.372	37.770	15.631	101.041	74.917	76.162	28.514	49.815	398.522
		Cidadania, Promoção e Defesa de Direitos	20.534	33.920	33.319	13.853	41.233	45.818	55.567	26.328	33.822	270.572
		Saúde e Bem-Estar	2.126	2.433	2.931	1.253	1.679	1.130	791	925	1.659	13.268
		Qualificação Profissional e Geração de Renda	1.455	4.019	1.520	525	1.696	1.441	2.553	1.261	1.809	14.470
		Recepção Geral COMPАЗ	0	0	0	0	56.433	26.528	17.251	0	12.527	100.212
		n. Atendimentos em Eventos	18.023	26.126	24.983	39.516	5.312	8.573	30.836	4.521	19.736	157.890
		Nº Total de acessos da Biblioteca	40.186	53.141	59.888	8.587	16.938	20.748	28.180	12.140	29.976	239.808
		Sec. de Saúde (Testagem + Vacinação)	0	0	0	0	203	86.053	13.186	0	12.430	99.442
		n. Acessos ao Conecta Recife	0	0	0	0	0	0	1.063	248	164	1.311
		Nº Total de Atendimentos realizados	42.138	66.498	62.753	55.147	106.556	169.543	121.247	33.283	82.146	657.165
		Atendimentos do Compaz - Mensal	3.512	5.542	5.229	4.596	8.880	14.129	10.104	5.547	7.192	
		Atendimentos do Compaz - Diário	160	229	216	255	404	585	1.036	236	390	
		Atendimento da Biblioteca - Mensal	3.349	4.428	4.991	716	1.412	1.729	2.348	2.023	2.624	
		Atendimento da Biblioteca - Diário	152	183	207	40	64	72	241	86	131	

Fonte: PCR (2024).

Com base nos dados fornecidos via LAI, pode-se vislumbrar que os fluxos de atendimento do Compaz Escritor Ariano Suassuna apresentam uma divergência em relação à frequência do Compaz Governador Eduardo Campos, pois enquanto este ainda não recuperou os números de prestações dos anos anteriores à pandemia da Covid-19, o Compaz do Cordeiro apresenta números exponenciais a partir de 2021, ultrapassando a marca de mais de 100 mil atendimentos prestados por ano entre 2021 e 2023 (destaque-se que os dados do exercício de 2024 refletem apenas a metade do que foi feito no corrente ano).

Vale mencionar que os acessos à biblioteca Jornalista Carlos Percol detinham métricas maiores no período anterior à decretação do isolamento social promovido pela pandemia de Covid-19, sendo de 40.186 em 2017 (ano de inauguração), 53.141 em

2018 e 59.888 em 2019. Em 2020, pelo período que permaneceu disponível ao público, foram totalizados 8.587 acessos. Com o retorno das atividades do rede no pós-pandemia, constam registros de 16.938 usuários em 2021; 20.748 frequentadores em 2022 e 28.180 acessos em 2023. O período parcial de janeiro a julho de 2024 sinaliza o total de 12.140 atendimentos promovidos pela biblioteca do Compaz Escritor Ariano Suassuna.

No setor de cidadania, promoção e defesa de direitos, o Compaz do Cordeiro registra o total de mais de 270 mil atendimentos prestados entre 2017 e 2024, sendo o departamento imediatamente atrás da biblioteca em termos de procura pelos usuários. As áreas de saúde/bem-estar e qualificação profissional/geração de renda foram as responsáveis, respectivamente, por 13.268 e 14.470 atendimentos aos usuários do Centro nestes 7 anos de operação. Frise-se que entre 2021 e 2023, o Compaz Escritor Ariano Suassuna foi utilizado como ponto de vacinação de Covid-19 pela Prefeitura do Recife.

Localizado na RPA 4 no município do Recife, o bairro do Cordeiro possui o seguinte perfil traçado pelo IBGE em 2010:

**Figura 11:** Perfil do bairro Cordeiro

Cordeiro		
Localização: RPA: 4, Microrregião: 4.1, Distância do Marco Zero (km) <sup>1</sup> :6,54		
Área Territorial (hectare) <sup>2</sup> : 340		
População Residente: 41.164 habitantes		
População por sexo		%
Masculina	18.416	44,74
Feminina	22.748	55,26
População por faixa etária		hab %
0 – 4 anos	2.456	5,97
5 – 14 anos	5.285	12,84
15 – 17 anos	1.762	4,28
18 – 24 anos	4.906	11,92
25 – 59 anos	21.369	51,91
60 anos e mais	5.386	13,08
População por cor ou raça <sup>3</sup>		%
Branca	46,83	
Preta	7,48	
Parda	44,43	
Amarela	0,97	
Indígena	0,29	
Taxa de Alfabetização da População de 10 anos e mais (%): <sup>4</sup> 95,3		
Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População (2000/2010): 0,93 %		
Densidade Demográfica (habitante/hectare): 121,02		
Domicílios (nº) <sup>5</sup> : 12.797		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Média de moradores por domicílio (habitante/domicílio): 3,2</li> <li>• Proporção de Mulheres Responsáveis pelo Domicílio: 47,90</li> <li>• Valor do Rendimento Nominal Médio Mensal dos Domicílios<sup>6</sup>: R\$ 2.812,73</li> </ul>		
Zonas Especiais de Interesse Social no bairro (Zeis): Torrões		

Fonte: IBGE/PCR (2010).

No bairro do Cordeiro, o público feminino é responsável por 55,26% da população local; a faixa etária da maioria dos habitantes está compreendida entre os adultos de 25 a 59 anos (51,91%); e a cor predominante é branca (46,83%). A porcentagem de mulheres responsáveis pelo lar é de 47,90% e o número médio de moradores por casa é de 3,2. Dentro do bairro do Cordeiro está presente a ZEIS do Torrões.

#### 4.1.3. Compaz Governador Miguel Arraes

O Compaz Governador Miguel Arraes é terceira unidade da rede, e foi inaugurado em 26 de dezembro de 2019, na comunidade do Sítio do Berardo, na Praça da Caxangá. Entre os diferenciais deste Compaz está a atenção especial à cultura *maker*, com uma Unidade de Tecnologia (UTEC), da Secretaria de Educação, com cursos de robótica, animação digital, oficina de Arduino (microcontrolador para ativar robô, lixeira, ventilador, etc.) e cursos básicos de computação. Esta unidade atende aos moradores dos bairros da Iputinga, Torre, Zumbi, Madalena, Ilha do Retiro, Derby, Graças e Santana(PREFEITURA DO RECIFE, 2023).

**Figura 12:**Compaz Governador Miguel Arraes



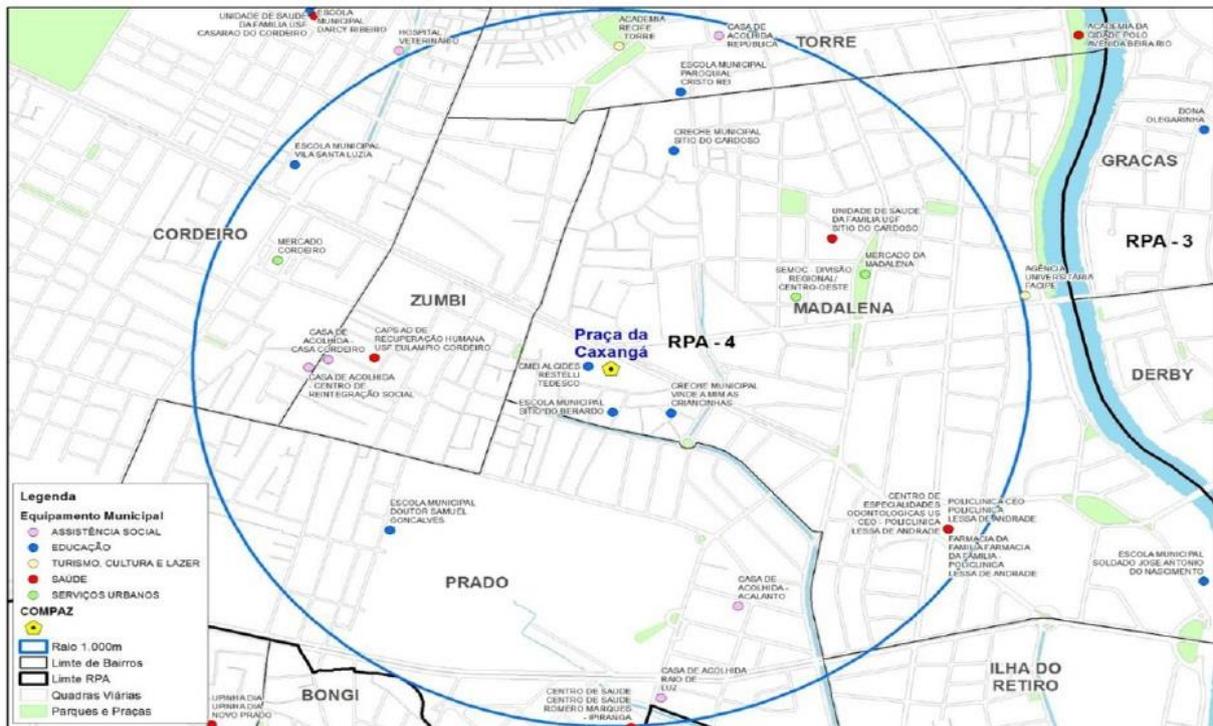
Fonte: PCR (2019).

O equipamento situado na Caxangá também conta como Cineteatro Joana Batista, com capacidade para 125 pessoas, e sistemas de som e luz profissionais. O espaço abriga cursos de dança popular, teatro e gestão cultural, em parceria com a Secretaria de Cultura. Os usuários também têm acesso às pistas de *cooper* e *skate*, praça de jogos de mesa, equipamentos para alongamento, quadra poliesportiva coberta, onde ocorrem aulas de futsal, voleibol, tênis e basquetebol; além da quadra de areia para vôlei e futebol(PREFEITURA DO RECIFE, 2023).

Localizado na RPA 4, o Compaz da Caxangá dispõe em suas proximidades de 8 escolas da rede municipal do Recife, 2 creches públicas e 7 equipamentos de saúde do município (USF, academia da cidade, Upinha, centro de saúde, CAPS e centro odontológico).

Ainda na vizinhança deste Centro Comunitário da Paz, encontram-se atendimentos em 5 casas de acolhida, hospital veterinário, Mercado da Madalena e a Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano do Recife (SEMOC).

**Figura 13:** RPA do Compaz Governador Miguel Arraes



Fonte: PCR (2024).

Em relação às métricas de atendimento ao público do município, o Compaz da Caxangá é, numericamente, o menor da rede dentro os Centros Comunitários já estabelecidos. O fato de sua inauguração ter ocorrido 3 meses da decretação das medidas de isolamento social da pandemia da Covid-19 prejudicaram os 2 primeiros anos de funcionamento do equipamento.

**Figura 14:** Atendimentos do Compaz Governador Miguel Arraes 2020-2024

## Compaz Governador Miguel Arraes - GMA (2020 - 2024)

Secretaria	Tópico	Informação	Período Pandêmico		2022	2023	2024	Média	Total
			2020	2021					
SESEC - SECRETARIA DE SEGURANÇA CIDADÃ	COMPAZ GOVERNADOR MIGUEL ARRAES	Nº Total de Atendimentos - Serviços	4.450	17.774	24.692	27.554	9.923	16.879	84.393
		Cidadania, Promoção e Defesa de Direitos	4.450	7.849	11.857	10.486	5.342	7.997	39.984
		Saúde e Bem-Estar						#DIV/0!	0
		Qualificação Profissional e Geração de Renda						#DIV/0!	0
		Recepção Geral COMPAZ	0	9.925	12.835	17.068	4.581	8.882	44.409
		n. Atendimentos em Eventos	4.215	9.925	12.835	17.068	4.521	9.713	48.564
		Nº Total de acessos da Biblioteca	3.044	5.689	13.993	17.001	8.095	9.564	47.822
		Sec. de Saúde (Testagem + Vacinação)						#DIV/0!	0
		n. Acessos ao Conecta Recife						#DIV/0!	0
		<b>Nº Total de Atendimentos realizados</b>	<b>8.665</b>	<b>27.699</b>	<b>37.527</b>	<b>44.622</b>	<b>14.444</b>	<b>26.591</b>	<b>132.957</b>
		Atendimentos do Compaz - Mensal	722	2.308	3.127	3.719	2.407	2.457	
		Atendimentos do Compaz - Diário	40	105	129	381	102	152	
		Atendimento da Biblioteca - Mensal	254	474	1.166	1.417	1.349	932	
		Atendimento da Biblioteca - Diário	14	22	48	145	57	57	

Fonte: PCR (2024).

Com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), foram recolhidos dados dos números de atendimentos do Compaz Governador Miguel Arraes para esta dissertação. De acordo com o pedido de número 2024008630079010280, protocolado junto à PCR em 23/07/2024 e respondido em 25/07/2024, o segundo Centro Comunitário da Paz, em atividade desde dezembro de 2019, realizou nestes quase 5 anos de histórico o total de 132.957 atendimentos prestados entre janeiro de 2020 a julho de 2024.

Neste equipamento, os números mais consistentes são relacionados aos eventos promovidos pelo centro, sendo 48.564 ao longo de seu tempo de atividade, numa média de 9.713 por ano. Na sequência, os números de acesso à biblioteca indicam o total de 47.822 usuários recebidos neste espaço, com destaque para o crescimento vistoso a partir de 2022, vez que a Figura 11 revela que a busca pela biblioteca do Compaz Governador Miguel Arraes cresce a cada ano desde a inauguração do equipamento.

Os serviços prestados de cidadania, promoção e defesa de direitos totalizam 39.984 atendimentos prestados nestes quase 5 anos de funcionamento do Centro. Nesse departamento também é possível verificar que o número de prestações cresce a cada

ano, em que pese a baixa demanda dos 2 primeiros anos de funcionamento, durante a fase de isolamento social motivada pela pandemia de Covid-19.

Por fim, não constam atendimentos realizados pelo Compaz Governador Miguel Arraes nos setores de saúde/bem-estar e qualificação profissional/geração de renda; também não constam disponibilidades para os usuários das redes Conecta Recife e de testagem/pontos de vacinação da Secretaria de Saúde no local. Tais dados reforçam a noção de que o Compaz da Caxangá é, de fato, o menor da rede em termos de serviços e usuários.

Localizado na RPA 4 no município do Recife, o bairro da Caxangá possui o seguinte perfil traçado pelo IBGE em 2010:

**Figura 15:**Perfil do bairro Caxangá

Caxangá		
Localização: RPA 4, Microrregião: 4.3, Distância do Marco Zero (km) <sup>1</sup> : 9,72		
Área Territorial (hectare) <sup>2</sup> : 244		
População Residente: 9.634 habitantes		
<b>População por sexo</b>		
		%
Masculina	4.584	47,58
Feminina	5.050	52,42
<b>População por faixa etária</b>		
	hab	%
0 – 4 anos	680	7,06
5 – 14 anos	1.493	15,5
15 – 17 anos	557	5,78
18 – 24 anos	1.245	12,92
25 – 59 anos	4.928	51,15
60 anos e mais	731	7,59
<b>População por cor ou raça<sup>3</sup></b>		
		%
Branca	39,84	
Preta	9,3	
Parda	48,18	
Amarela	1,87	
Indígena	0,81	
Taxa de Alfabetização da População de 10 anos e mais (%): <sup>4</sup> 93,3		
Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População (2000/2010): 3,75 %		
Densidade Demográfica (habitante/hectare): 39,44		
Domicílios (n°) <sup>5</sup> : 2.863		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Média de moradores por Domicílio (Habitante/Domicílio): 3,4</li> <li>• Proporção de Mulheres Responsáveis pelo Domicílio (%): 45,37</li> <li>• Valor do Rendimento Nominal Médio Mensal dos Domicílios<sup>6</sup>: R\$ 2.231,32</li> </ul>		
Zonas Especiais de Interesse Social no bairro (Zeis): Vila Felicidade		

Fonte: IBGE/PCR (2010).

A população do bairro da Caxangá é formada principalmente por mulheres (52,42%); os habitantes estão predominantemente na faixa de idade dos 25 aos 59 anos (51,15%) e a cor da maioria das pessoas é parda (48,18%). A quantidade média de habitantes por residência é de 3,4 e 45,37% desses lares são liderados por mulheres. A Caxangá possui uma ZEIS, chamada Vila Felicidade.

#### 4.1.4. Compaz Dom Hélder Câmara

A quarta fábrica de cidadania, nomeada Compaz Dom Hélder Câmara, foi inaugurada em 19 de dezembro de 2020, na comunidade do Coque (ZEIS pertencente à Ilha Joana Bezerra), e tem 6.324,80 metros quadrados, sendo 3.610,85 de área construída. Esta unidade do Compaz possui piscina, quadra poliesportiva, Dojô, sala Mãe Coruja, Espaço do Empreendedorismo, Estúdios de Rádio, TV e Fotografia, Centro de Referência em Assistência Social- CRAS, além da Casa da Justiça e Cidadania, mais o auditório Geneton Moraes Neto, que dispõe de 100 assentos (PREFEITURA DO RECIFE, 2023).

O espaço também comporta a Biblioteca Clarice Lispector, com capacidade para 10 mil títulos e ilha de computadores, com 10 máquinas, uma área destinada para a primeira infância e sala da Unidade de Tecnologia (UTEC), da secretaria de Educação do Recife (SEDUC). Os bairros diretamente beneficiados, no raio de 1 km, são: Ilha Joana Bezerra, Cabanga, São José, Coelho e Paissandu (PREFEITURA DO RECIFE, 2023).

**Figura 16:**Compaz Dom Hélder Câmara

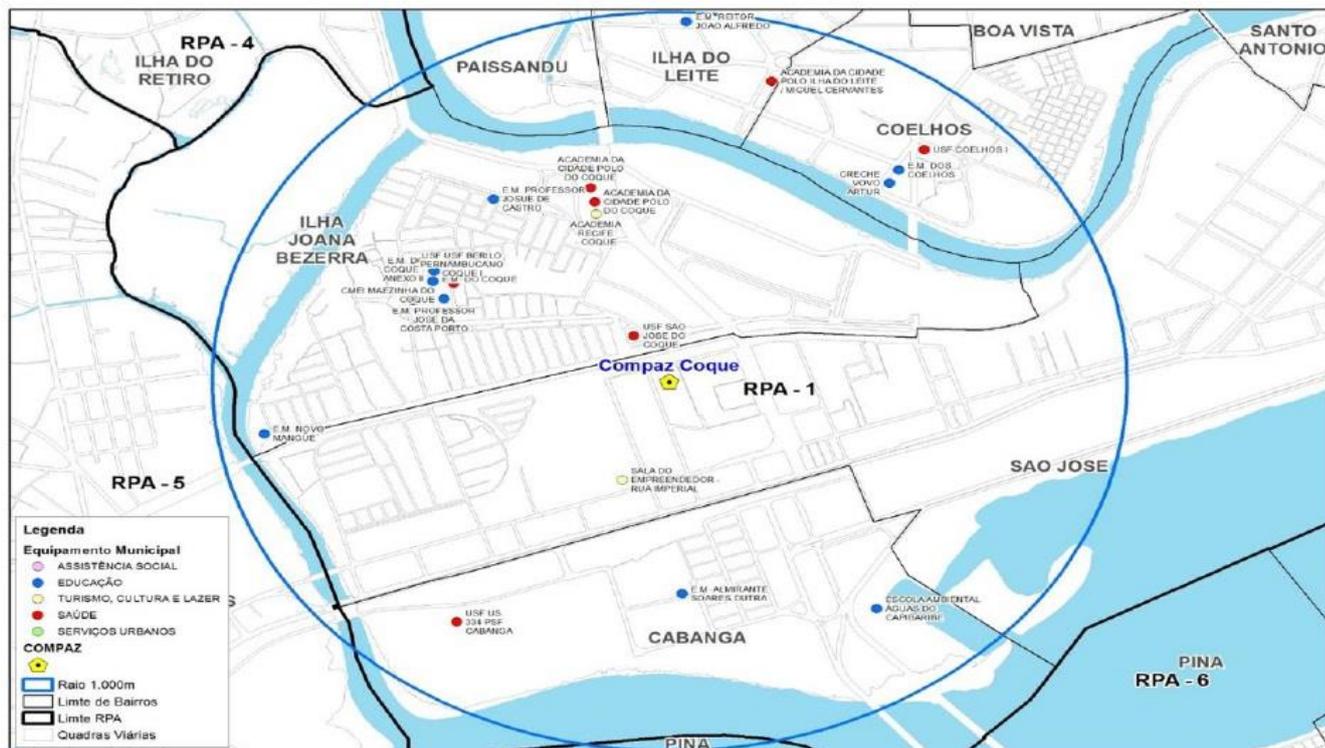


Fonte: Jornal do Commercio (2022)

Situado na RPA 1 da cidade do Recife, o Compaz do Coque avizinha-se de 8 escolas municipais, 1 creche, 1 creche-escola (CMEI) e mais 7 pontos de saúde pública do município (USF e 2 academias da cidade).

Na sua circunscrição constam uma sala do empreendedor e o Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano (Fórum de Joana Bezerra).

**Figura 17:** RPA do Compaz Dom Hélder Câmara



Fonte: PCR (2024).

Concebido para oferecer serviços de alta qualidade para a população em situação de vulnerabilidade social, o Compaz tem como objetivo garantir inclusão social, cidadania, fortalecimento comunitário e difusão da Cultura de Paz (PREFEITURA DO RECIFE, 2023).

Dentre os serviços ofertados pelo Compaz Dom Hélder Câmara, destacam-se os atendimentos de cidadania e promoção de direitos, e também os eventos promovidos pela unidade:

**Figura XX:** Atendimentos do Compaz Dom Hélder Câmara 2021-2024

Compaz Dom Hélder Câmara - DHC (2021 - 2024)								
Período Pandêmico								
Secretaria	Tópico	Informação	2021	2022	2023	2024	Média	Total
SESEC - SECRETARIA DE SEGURANÇA CIDADÃ	COMPAZ DOM HÉLDER CÂMARA	Nº Total de Atendimentos - Serviços	18.730	60.937	83.701	35.032	49.600	198.400
		Cidadania, Promoção e Defesa de Direitos	6.578	52.473	71.090	23.598	38.435	153.739
		Saúde e Bem-Estar	0	1.514	1.150	568	808	3.232
		Qualificação Profissional e Geração de Renda	0	1.641	2.075	820	1.134	4.536
		Recepção Geral COMPAZ	12.152	5.309	9.386	10.046	9.223	36.893
		n. Atendimentos em Eventos	8.567	10.939	13.014	5.319	9.460	37.839
		Nº Total de acessos da Biblioteca	6.039	8.230	14.440	6.405	8.779	35.114
		Sec. de Saúde (Testagem + Vacinação)					#DIV/0!	0
		n. Acessos ao Conecta Recife	0	0	426	251	169	677
		Nº Total de Atendimentos realizados	27.297	71.876	97.141	40.602	59.229	236.916
		Atendimentos do Compaz - Mensal	2.275	5.990	8.095	6.767	5.782	
		Atendimentos do Compaz - Diário	103	248	830	288	367	
		Atendimento da Biblioteca - Mensal	503	686	1.203	1.068	865	
		Atendimento da Biblioteca - Diário	23	28	123	45	55	

Fonte: PCR (2024)

Localizado na RPA 1 no município do Recife, a Ilha Joana Bezerra possui o seguinte perfil traçado pelo IBGE em 2010:

**Figura 18:** Perfil do bairro Joana Bezerra/Coque

<b>Ilha Joana Bezerra</b>		
<b>Localização:</b> RPA: 1, Microrregião: 1.3, Distância do Marco Zero (km) <sup>1</sup> : 2,89		
<b>Área Territorial (hectare)<sup>2</sup>:</b> 87		
<b>População Residente:</b> 12.629 habitantes		
<b>População por sexo</b>		
		<b>%</b>
Masculina	6.002	47,53
Feminina	6.627	52,47
<b>População por faixa etária</b>		
	<b>hab</b>	<b>%</b>
0 – 4 anos	1.158	9,17
5 – 14 anos	2.747	21,75
15 – 17 anos	838	6,64
18 – 24 anos	1.687	13,36
25 – 59 anos	5.371	42,53
60 anos e mais	828	6,55
<b>População por cor ou raça<sup>3</sup></b>		
		<b>%</b>
Branca	24,62	
Preta	18,17	
Parda	58,22	
Amarela	0,78	
Indígena	0,21	
<b>Taxa de Alfabetização da População de 10 anos e mais<sup>4</sup>:</b> 83,2		
<b>Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População (2000/2010):</b> -0,10 %		
<b>Densidade Demográfica (Habite/Hectare):</b> 144,85		
<b>Domicílios (n<sup>o</sup>)<sup>5</sup>:</b> 3.606		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Média de moradores por domicílio (Habite/Domicílio): 3,5</li> <li>• Proporção de Mulheres Responsáveis pelo Domicílio (%): 57,31</li> <li>• Valor do Rendimento Nominal Médio Mensal dos Domicílios<sup>6</sup>: R\$ 705,83</li> </ul>		
<b>Zonas Especiais de Interesse Social no bairro (Zeis):</b> Coque (parte)		

Fonte: IBGE/PCR (2010).

De acordo com os dados supramencionados, a Ilha Joana Bezerra tem sua população formada majoritariamente por mulheres (52,47%); a faixa etária predominante entre os moradores é a compreendida entre os 25 e os 59 anos (42,53%) e a população autodeclara-se principalmente como parda (58,22%). O nível de lares chefiados por mulheres no bairro chega aos 57,31% e o número-médio habitantes por domicílio é de 3,5. A comunidade do Coque é a única ZEIS localizada na Ilha Joana Bezerra.

#### 4.1.5. Compaz Escritor Paulo Freire

O Compaz Professor Paulo Freire foi inaugurado em março de 2024, e fica situado na Ladeira da COHAB, no bairro do Ibura. O equipamento conta com uma praça de eventos, e possui os seguintes serviços à população do entorno: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Espaço Mãe Coruja, mediação de conflitos, Procon, Agência do Emprego, Junta Militar, Central de CadÚnico e Atendimento à Mulher (PREFEITURA DO RECIFE, 2024).

O Compaz Paulo Freire também conta com Dojô, sala de dança, auditório com capacidade para 114 pessoas e 2 terraços com visão panorâmica do Recife. Desde a sua inauguração, no primeiro trimestre de 2024, existem cerca de 4.500 usuários já cadastrados nos serviços disponibilizados (PREFEITURA DO RECIFE, 2024).

Erguido a partir de um investimento de um investimento de R\$10,8 milhões coordenado pelo Gabinete de Projetos Especiais (GABPE), o espaço possui mais de 3 mil m<sup>2</sup> de área construída e destina-se a atender cerca de 20 mil usuários mensalmente. bairros do Ibura, Jordão, Barro e Cohab (PREFEITURA DO RECIFE, 2024).

**Figura 19:** Compaz Professor Paulo Freire



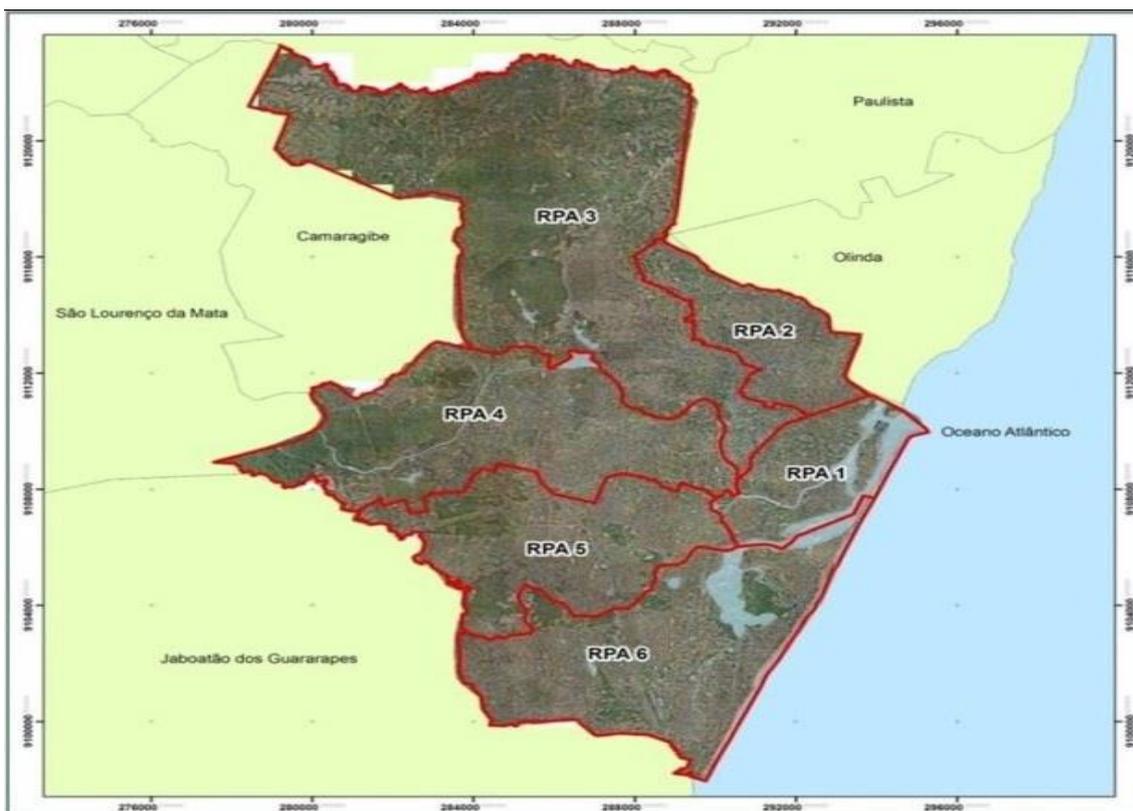
Fonte: PCR (2024).

O Compaz do Ibura fica localizado na RPA 6, embora sua rede de atenção busque atender às RPAs 5 e 6, de modo que moradores dos bairros do Ibura, Jordão, Cohab e Barro possam usufruir dos serviços (PREFEITURA DO RECIFE, 2024).

Considerando o pouco tempo de atividade do equipamento, de aproximadamente 6 meses, a Secretaria de Segurança Cidadã informou via contato telefônico que ainda não dispõe do mapa com a localização por RPA do Compaz Escritor Paulo Freire. A noção do seu entorno do quinto Centro Comunitário da Paz pode ser razoavelmente compreendida a partir dos dados cartográficos disponíveis na *internet*.

Assim, vale apresentar a divisão da cidade do Recife por RPAs. O Compaz Escritor Paulo Freire está localizado na RPA 6, o que aponta que o equipamento encontra-se próximo à fronteira municipal com a cidade de Jaboatão dos Guararapes.

**Figura 20:** RPAs da cidade do Recife



Fonte: OLIVEIRA et al. (2012).

Nas proximidades do Compaz do Ibura, constam 11 escolas municipais e 9 equipamentos de saúde pública (todos USF).

Com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), foram recolhidos dados dos números de atendimentos do Compaz Escritor Paulo Freire para esta dissertação. De acordo com o pedido de número 2024008630079010280, protocolado junto à PCR em 23/07/2024 e respondido em 25/07/2024, o quinto Centro Comunitário da Paz, em atividade desde março de 2024, realizou, da sua inauguração até o mês de julho, o total de 44.506 atendimentos à comunidade do seu entorno.

**Figura 21:** Atendimentos do Compaz Escritor Paulo Freire mar.-jul. 2024

Compaz Professor Paulo Freire - PPF (2024)				
Secretaria	Tópico	Informação	2024	Total
SESEC - SECRETARIA DE SEGURANÇA CIDADÃ	COMPAZ PROFESSOR PAULO FREIRE	<b>Nº Total de Atendimentos - Serviços</b>	<b>36.438</b>	<b>36.438</b>
		Cidadania, Promoção e Defesa de Direitos	15.811	15.811
		Saúde e Bem-Estar	324	324
		Qualificação Profissional e Geração de Renda	1.214	1.214
		Recepção Geral COMPAZ	19.089	19.089
		<b>n. Atendimentos em Eventos</b>	<b>7.447</b>	<b>7.447</b>
		<b>Nº Total de acessos da Biblioteca</b>	<b>23.865</b>	<b>23.865</b>
		Sec. de Saúde (Testagem + Vacinação)		0
		n. Acessos ao Conecta Recife	621	621
		<b>Nº Total de Atendimentos realizados</b>	<b>44.506</b>	<b>44.506</b>
		Atendimentos do Compaz - Mensal	7.418	
		Atendimentos do Compaz - Diário	316	
		Atendimento da Biblioteca - Mensal	3.978	
		Atendimento da Biblioteca - Diário	169	

Fonte: PCR (2024).

Com base nas informações acima indicadas, percebe-se que a Biblioteca do Compaz Escritor Paulo Freire já desponta como o serviço mais acessado pelos usuários,

contando com 23.865 acessos. Em seguida, a procura pelos serviços de cidadania, promoção e defesa de direitos ofereceu 15.811 atendimentos aos frequentadores do equipamento.

Os eventos promovidos ao público somaram 7.447 pessoas atendidas, enquanto os serviços de saúde/bem-estar prestaram 324 demandas. O setor de qualificação profissional/geração de renda atingiu 1.214 usuários, e os acessos ao Conecta Recife somaram 621 prestações. Por fim, não foram registrados nesses 4 meses de operações, nenhuma atividade de testagem e vacinação pela Secretaria de Saúde do Recife.

Inobstante o acesso ao Compaz Escritor Paulo Freire ser especialmente direcionado aos moradores dos bairros do Ibura, Jordão, Barro, é certo que a população diretamente afetada pela presença do equipamento são os residentes do bairro da Cohab. Considerando o mapeamento de vulnerabilidades socioeconômicas que são sopesados para escolha da localização dos Centros Comunitários, vale trazer a lume os microdados do Censo 2010 (o último mapeamento feito pelo IBGE nesse sentido) acerca da realidade social dos habitantes da Cohab:

**Figura 22:** Perfil do bairro da Cohab

## Cohab

Localização: RPA: 6, Microrregião: 6.3, Distância do Marco Zero (km)<sup>1</sup>: 10,92

Área Territorial (hectare)<sup>2</sup>: 426

População Residente: 67.283 habitantes

População por sexo	%	
Masculina	31.584	46,94
Feminina	35.699	53,06
População por faixa etária	hab	%
0 – 4 anos	4.507	6,7
5 – 14 anos	11.271	16,75
15 – 17 anos	3.599	5,35
18 – 24 anos	8.458	12,57
25 – 59 anos	32.726	48,64
60 anos e mais	6.722	9,99
População por cor ou raça <sup>3</sup>	%	
Branca	32,17	
Preta	8,49	
Parda	58,19	
Amarela	0,96	
Indígena	0,19	

Taxa de Alfabetização da População de 10 anos e mais (%)<sup>4</sup>: 92,6

Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População (2000/2010): -0,27%

Densidade Demográfica (habitante/hectare): 157,97

Domicílios (n°)<sup>5</sup>: 19.534

- Média de moradores por domicílio: (habitante/domicílio): 3,4
- Proporção de Mulheres Responsáveis pelo Domicílio: 45,03
- Valor do Rendimento Nominal Médio Mensal dos Domicílios<sup>6</sup>: R\$ 1.182,43

Fonte: IBGE/PCR (2010).

Do perfil acima traçado, identifica-se que a população feminina é responsável por ser a maior parte da população em se tratando de gênero; que a idade predominante dos moradores são de adultos na faixa etária dos 25 aos 59 anos; que a maior parte da população se autodeclara parda (58,19%); que existe uma média de 3,4 moradores por cada residência e que a proporção de mulheres chefes de família era de 45%.

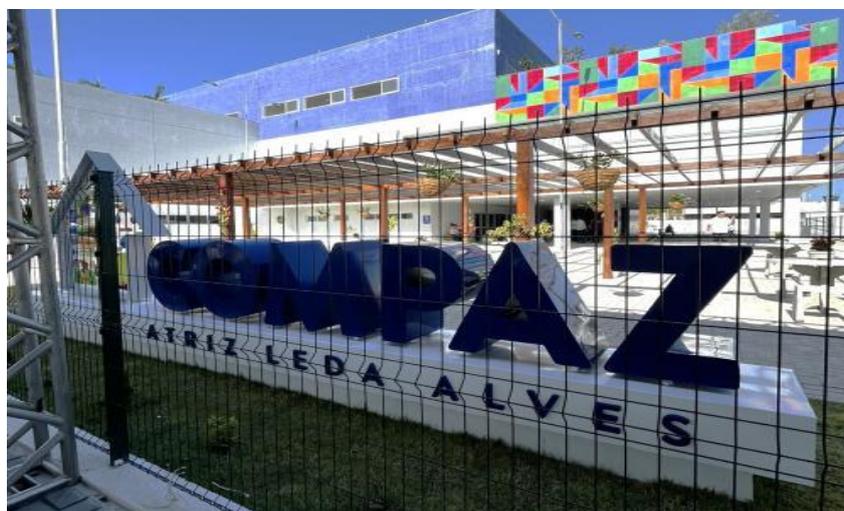
#### 4.1.6. Compaz Atriz Leda Alves

O Compaz Atriz Leda Alves, sexta unidade da rede, foi inaugurado em 29 de junho de 2024. O equipamento está localizado no terreno do antigo Aeroclube, no bairro do Pina, atendendo principalmente os moradores das RPAs 1 e 6, que engloba, além do Pina, os bairros de Brasília Teimosa, Ilha de Deus, Ipsep e Cabanga. Com cerca de 3,2 mil metros quadrados de área construída, reúne serviços usuais da Rede Compaz, como mediação de conflitos, CRAS, Procon e Espaço Mãe Coruja, além da oferta de cursos e atividades culturais e esportivas diversas (PREFEITURA DO RECIFE, 2024).

De maneira diversa aos demais equipamentos da rede, o Compaz Leda Alves dispõe do Centro da Pessoa com Deficiência, espaço que simula uma residência e destina equipe técnica especializada para promover ações de acolhimento e autonomia para as PCD e seus familiares (PREFEITURA DO RECIFE, 2024).

O endereço mais recente da rede oferece aos usuários sala da cultura; sala de dança; sala de práticas esportivas; sala de monitoramento; sala de empreendedorismo; Espaço Mãe Coruja; duas Unidades de Tecnologia (UTEC - Secretaria de Educação); Centro de Referência em Assistência Social (CRAS); Espaço Clarice Lispector (Secretaria da Mulher); mediação de conflitos; Procon; atendimento médico (Secretaria de Saúde); Centro da Pessoa com Deficiência; parque infantil e piscina semiolímpica (PREFEITURA DO RECIFE, 2024).

**Figura 23:** Compaz Atriz Leda Alves



Fonte: PCR (2024).

Considerando o breve tempo de funcionamento do equipamento instalado no bairro do Pina, o pedido de acesso à informação nº 2024008630079010280, protocolado junto à PCR em 23/07/2024 e respondido em 25/07/2024, não apresentou dados referentes ao Centro mais novo, pois o local ainda não havia completado seu primeiro mês de operações.

Assim, como ocorreu com o Compaz do Ibura, em virtude do pouco tempo de atividade do equipamento, de aproximadamente 6 meses, a Secretaria de Segurança Cidadã informou via contato telefônico que ainda não dispõe do mapa com a localização por RPA do Compaz Atriz Leda Alves. De toda sorte, sua posição geográfica está contida na RPA 6, como é o caso do Compaz Escritor Paulo Freire.

Dessa forma, verifica-se que os 2 Centros Comunitários da Paz inaugurados em 2024 buscaram contemplar as populações recifenses domiciliadas na zona sul da cidade, entre os bairros da Cohab, Ibura, Jordão e Barro (Compaz Escritor Paulo Freire) e Pina, Boa Viagem, Brasília Teimosa, Imbiribeira, Ipsep (Compaz Atriz Leda Alves). Em posse dos dados do Censo 2010 do IBGE, é possível traçar o seguinte perfil dos residentes do Pina:

**Figura 24:** Perfil do bairro do Pina

## Pina

**Localização:** RPA: 6, Microrregião: 6.1, Distância do Marco Zero (km)<sup>1</sup>: 4,57

**Área Territorial (hectare)<sup>2</sup>:** 629

**População Residente:** 29.176 habitantes

População por sexo	%	
Masculina	13.503	46,28
Feminina	15.673	53,72

População por faixa etária	hab	%
0 – 4 anos	1.884	6,46
5 – 14 anos	4.310	14,77
15 – 17 anos	1.424	4,88
18 – 24 anos	3.471	11,9
25 – 59 anos	14.574	49,95
60 anos e mais	3.513	12,04

População por cor ou raça <sup>3</sup>	%
Branca	37,73
Preta	9,89
Parda	51,24
Amarela	0,9
Indígena	0,24

**Taxa de Alfabetização da População de 10 anos e mais (%)<sup>4</sup>:** 92,2

**Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual da População (2000/2010):** 0,62%

**Densidade Demográfica (habitante/hectare):** 46,38

**Domicílios (n°)<sup>5</sup>:** 9.457

- Média de moradores por domicílio (habitante/domicílio): 3,1
- Proporção de Mulheres Responsáveis Pelo Domicílio (%): 49,65
- Valor do Rendimento Nominal Médio Mensal dos Domicílios<sup>6</sup>: R\$ 2.448,83

Fonte: IBGE/PCR (2010).

Da leitura do perfil estatístico acima demonstrado, verifica-se que a população que compõe o bairro do Pina é composta majoritariamente por mulheres (53,72%); com faixa etária principalmente entre os 25 e os 59 anos (49,95%) e autodeclarada parda (51,24%). O número médio de moradores por habitação é de 3,1 e a proporção de lares chefiados por mulheres é de 49,65%.

## **5. DISCUSSÕES: Agenda e Formação de uma Política**

Os Centros Comunitários são equipamentos sociais que incentivam a interação comunitária disponibilizando serviços diversos para a sociedade. Esses centros desempenham um papel valioso para a comunidade, decorrente tanto do acesso a serviços, recursos e informações, como de outras oportunidades ligadas a atividades físicas e de apoio emocional (FONTE, 2018).

O cumprimento de uma agenda constitucional-social se materializa mediante a criação de políticas públicas destinadas a suprirem carências de uma parte da população que não dispõe de meios próprios para acessarem tais prerrogativas, e dependem, portanto, da atuação governamental.

### **5.1. Sobre a Agenda do COMPAZ**

O Compaz é a principal iniciativa no campo da segurança cidadã do Recife nas últimas décadas. Trata-se de um centro de convivência com proposta político-pedagógica ancorada na cultura de paz como instrumento para prevenir a violência e propor outras sociabilidades. Tem como fundamento o urbanismo social, o qual demanda a integração das políticas públicas que atuam sobre o território e incluem planos e ações integradas em infraestrutura urbana, mobilidade urbana, serviços e equipamentos públicos sociais, além de habitação social (PREFEITURA DO RECIFE, 2024).

Inspirado nas Bibliotecas Parques da Colômbia, a rede Compaz propõe uma nova forma de presença do poder público nas comunidades recifenses, reunindo atividades inspiradas em diversos equipamentos criados no país vizinho: biblioteca viva, cultura cidadã, serviços de interesse social, cursos de capacitação, atividades esportivas e culturais, etc. (PREFEITURA DO RECIFE, 2024).

Até o presente momento, a Prefeitura do Recife inaugurou seis unidades do Compaz, tendo cada uma delas sido instalada em uma área de necessária interferência para reduzir os índices de violência e recebido o nome em homenagem a uma personalidade pernambucana. São eles: Alto Santa Terezinha (Compaz Governador Eduardo Campos, inaugurado em março de 2016), Cordeiro (Compaz Escritor Ariano Suassuna, entregue à população em março de 2017), Caxangá (Compaz Miguel Arraes,

inaugurado em dezembro de 2019), Ilha de Joana Bezerra (Compaz Dom Helder Câmara, também disponibilizado à comunidade em dezembro de 2019), Ibura (Compaz Escritor Paulo Freire, inaugurado em março de 2024) e Pina (Compaz Atriz Leda Alves, em operação desde junho de 2024).

## **5.2. A Difusão de uma Ideia e a Formação de uma Política**

Na literatura nacional a explicação da difusão de políticas públicas é fortemente baseada em postulados teórico-conceituais de caráter institucionalista com grande ênfase no papel indutor do governo central e a capacidade efetiva de financiamento e repasse de recursos para os governos subnacionais. Os modelos dos múltiplos fluxos (Kingdon 1995) representa um modelo neoinstitucionalista que privilegia a noção conceitual de difusão de políticas político (COÊLHO et al., 2016).

O processo de difusão das ideias envolve uma diversidade de atores, incluindo não somente os políticos, burocratas e grupos de interesse (atores tradicionais), mas também as instituições e os atores não-governamentais, formando uma rede de atores ampla (CAVALCANTI, 2008).

Estudos sobre difusão de políticas têm cada vez mais tomado a atenção de especialistas que se preocupam em explicar por que e como ocorre a disseminação de novos desenhos institucionais entre países, estados ou municípios. A disseminação de modelos de políticas não necessariamente resulta numa distribuição uniforme. Ao contrário, há significativa variação de caso a caso (COÊLHO et al., 2016).

John Kingdon (1995) pressupõe que a formação de agenda ocorre quando, por meio da atuação de um empreendedor político, três fluxos independentes se acoplam formando uma janela de oportunidades para a formulação de políticas e posterior disseminação da ideia em redes formais e informais do sistema político (COÊLHO et al., 2016).

Evidências empíricas sobre a relação entre processos de difusão e inovações das agendas indicam que tais inovações não são determinadas unicamente por difusão de ideias, mas outros fatores menos convencionais contribuem para dar forma às mudanças da agenda urbana no nível local, tais como o contexto político, demandas sociais locais, co-opção entre elites locais e externas, interesses diversos entre atores, entre outros (CAVALCANTI, 2008).

### 5.3. Por uma Análise dos Fluxos Múltiplos no COMPAZ

Ao tratar da metáfora dos fluxos múltiplos, Jonh Kingdon (1995) desenhou um modelo baseado em investigações empíricas para retratar como problemas se transformam em problemas políticos. O autor desenvolveu o esquema analítico dos *multiple streams* que revela como uma janela de oportunidade política é aberta.

Para Kingdon (1995), a janela de oportunidade conjura-se quando 3 fluxos variáveis convergem: 1. Percepção pública dos problemas e/ou situação socialmente percebida (fluxo dos problemas) + 2. Conhecimento da solução política e técnicas adequadas aos valores dominantes (fluxo das políticas) + 3. Condições de governação (fluxo da política).

Os 3 fluxos fluem autonomamente no sistema político, detendo regras e dinâmicas próprias. Uma vez aberta, a janela de oportunidade proporciona aos defensores de uma determinada proposta uma possibilidade para fazer valer as suas ideias ou para determinar que a atenção política se centre nos seus problemas específicos (ARAÚJO e RODRIGUES, 2017).

Ao aplicar o modelo dos fluxos múltiplos à análise da rede Compaz, é possível identificar os seguintes indicadores:

#### 5.3.1. Fluxo dos Problemas

De acordo com Kingdon (1995), o fluxo dos problemas (*problem stream*) objetiva jogar luz sobre as questões que estão atravessando um determinado grupo naquela janela temporal. Conforme apresentado no item 2.3, o fluxo dos problemas identifica quesitos sociais que demandam atenção dos atores e gestores, uma vez que a população pressiona por soluções. A situação socialmente percebida é uma questão que angaria repercussão e constrói a percepção pública do problema.

O fluxo dos problemas impulsiona a janela de oportunidade porque realiza a identificação dos problemas. A emergência de uma questão é condicionada a mecanismos que jogam luz disso nas mãos dos decisores políticos, tais como crises, símbolos e feedback da ação política. A construção de argumentos se baseia em dados e informações sobre as causas e as soluções que passam pelas comunidades políticas e são

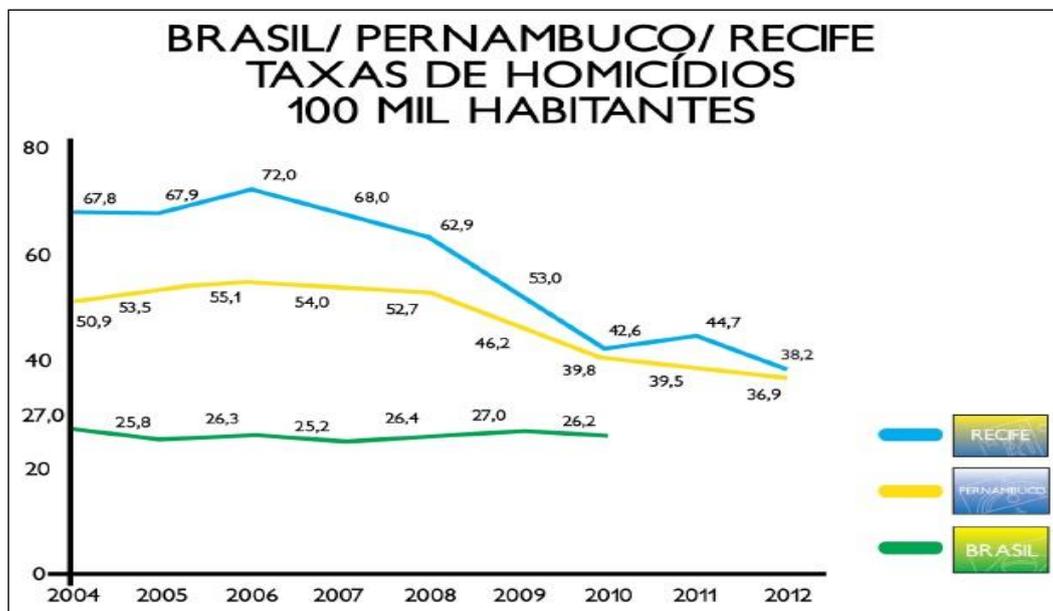
filtradas de forma diversa, permitindo até que ideias antagônicas integrem pontos de vista (KINGDON, 1995).

No caso do Compaz, a principal questão que demandava atitude girava em torno dos altos índices de violência na cidade do Recife (e do Brasil, por consequência) nas duas primeiras décadas do Século XXI. Para além das constantes problemáticas em torno da pobreza e das desigualdades sociais, a exposição cotidiana a crimes violentos assolavam a cidade (situação esta que igualmente se estendia à maior parte do país).

No início da década de 2010, o número de homicídios vinha crescendo constantemente no Brasil, o que gerava inúmeras cobranças dos governos no sentido de oferecer respostas a essa demanda historicamente ignorada. Entre 2006 e 2012, os investimentos na segurança pública, somando os gastos dos Estados e da União, passaram de R\$ 35,2 bilhões para R\$ 51,5 bilhões, um aporte de recursos que, salvo poucas exceções, não se refletia em redução proporcional dos índices de criminalidade (PREFEITURA DO RECIFE, 2013).

Exemplificadamente, a taxa de homicídios no Recife entre 2004 e 2012 apresentava números majoritariamente elevados em relação aos dados de Pernambuco e do Brasil, vide gráfico:

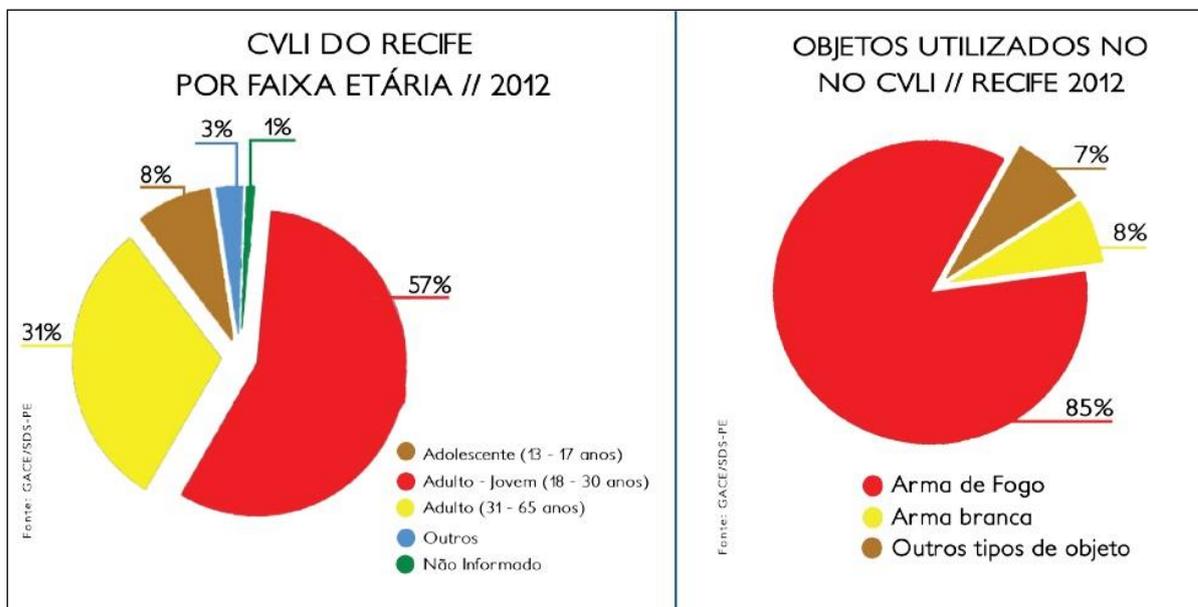
**Figura 25:** Comparações das Taxas de Homicídio Recife-Pernambuco-Brasil 2012



Fonte: Mapa da Violência/PCR (2012).

Na detecção do perfil dos praticantes dos crimes violentos letais e intencionais e os meios intentados nas práticas delitivas (ou seja, identificação do problema), a Secretaria de Defesa Social do Estado (SDS/PE) chegou à seguinte definição:

**Figura 26:** Faixa etária e objeto envolvido nos CVLI do Recife 2012



Fonte: SDS/PE (2012).

Note-se que da identificação do problema da criminalidade do Recife em 2012 (ano de eleição municipal), foi possível diagnosticar a necessidade de intervenção política no público jovem, vez que 57% dos envolvidos nos crimes estavam na faixa etária de até 30 anos, assim como outros 8% dos acusados ainda eram adolescentes com idades compreendidas entre 13 e 17 anos.

De igual modo, as motivações e os tipos de atividades criminais principalmente desenvolvidas foram mapeadas pela SDS e auxiliaram a Prefeitura do Recife a identificar as principais razões delitivas a serem combatidas via política pública.

Dentre as motivações para as práticas delitivas, destacam-se as atividades criminais com 54% das ocorrências, seguidos de conflitos na comunidade, responsáveis por 28% das motivações dos CVLI registrados na cidade do Recife em 2012. Já nas atividades criminais, a proporção de 66% dos casos tinha como escopo o envolvimento com comércio de drogas, conforme se depreende das figuras abaixo:

**Figura 27:** Principais Motivações e tipos de Atividades criminais do Recife 2012



Fonte: SDS (2012).

Com base nos dados acima apresentados e a partir do diagnóstico elaborado pela PCR, a gestão municipal compreendeu que o problema público a ser enfrentado girava em torno da formação de áreas urbanas degradadas, desorganizadas e desordenadas, sendo que algumas delas surgiram como consequência do deslocamento de grandes contingentes populacionais para áreas de reassentamento. Outras são frutos da utilização de antigas propriedades rurais para zonas de moradia de baixa renda. Na falta de mecanismos eficientes de fiscalização e controle político, as populações fixaram-se em zonas marcadas por um amplo processo de ilegalidades, o qual se inicia com a ocupação irregular de terrenos, não raro evoluindo até a utilização ilegal da força por parte de determinados agentes individuais para resolver conflitos. Nesses casos, o processo de desenvolvimento dessas áreas contribui para o afrouxamento dos laços comunitários e desestruturação familiar, além da alta disponibilidade de armas de fogo e da ausência e/ou deficiência dos serviços de justiça e segurança pública (PREFEITURA DO RECIFE, 2013).

As gerações mais jovens são particularmente afetadas por esses cenários. A ausência de consensos e valores normativos comuns se reflete diretamente na formação dos indivíduos, particularmente na sua capacidade de controlar os próprios impulsos e de questionar se este ou aquele desejo deve ser satisfeito em determinado momento e utilizando determinados meios. Para os jovens, a atuação em redes criminosas vai além

dos ganhos financeiros, significa estilo de vida, pertencimento e aceitação de um código de conduta diferenciado (PREFEITURA DO RECIFE, 2013).

No ano de 2012, 13 bairros concentraram 42% dos CVLI registrados na capital pernambucana. São eles: Dois Unidos, Ibura, Cohab, Várzea, Água Fria, Campo Grande, Ilha Joana Bezerra, Nova Descoberta, São José, Areias, Jardim São Paulo, Torrões e Afogados (PREFEITURA DO RECIFE, 2013).

Conhecida como a fábrica da cidadania, o Centro Comunitário pela Paz é uma política pública criada pela Prefeitura da Cidade do Recife, com a finalidade de prevenir a violência, ser uma ferramenta de inclusão social e de fortalecimento das comunidades. Fruto da experiência colombiana das bibliotecas parques, atualmente a cidade do Recife conta com seis equipamentos. As unidades estão situadas em áreas estratégicas da cidade, em bairros que há considerável nível de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI). São conhecidos como “Fábricas de Cidadania” por oferecerem aos seus usuários os mais diversos serviços e atividades, que vão desde assistência jurídica à qualificação profissional (BATISTA e SILVA, 2024).

No esteio das lições extraídas de Medellín (a grande inspiração da rede Compaz) e do idealizador Jorge Melguizo, ex-secretário de Cultura do país colombiano, para se trabalhar em comunidades carentes é preciso ter as três habilidades de um especialista em desarmar explosivos: 1. Conhecimento do território e das pessoas; 2. Paciência para entender a comunidade e somar-se a ela; e 3. Muita delicadeza, pois é preciso acariciar, ser delicado, ser terno. Nesses termos, o Compaz é o *'case'* de legitimação da viabilidade social e econômica do pensamento cultural em cadeia (ESTADÃO, 2018).

Antes de erguer o primeiro equipamento da rede Compaz, na região do Alto Santa Terezinha em 2016 e com investimento financeiro avaliado em R\$ 14 milhões de reais, os profissionais da Secretaria de Segurança Cidadã desarmaram os problemas da comunidade com as três virtudes aprendidas em Medellín, com Jorge Melguizo: 1. Conhecimento: a comunidade recebeu 1,5 mil questionários com perguntas sobre suas vontades. Quais cursos poderiam funcionar? De que seus filhos mais precisavam? Solicitações que não imaginavam começaram a definir as atuações; 2. Tato: Moradores foram recebidos em 12 reuniões e a aproximação começou a se estreitar. Depois de abrir suas portas - que na verdade não existem na arquitetura de frente livre das duas unidades - o Compaz Governador Eduardo Campos estabeleceu os cursos: dança, teatro, música (com duas orquestras), formação de produtores culturais, reforço escolar, artes marciais, gastronomia, apoio psicológico (ESTADÃO, 2018).

Segundo informam NUNES et al. (2023), o Brasil é o país do mundo em que a sociedade mais teme a violência e é também o país em que quase dois terços da população temem sair à noite, com base em pesquisas do Datafolha (2022) e Institute for Economics & Peace (2021). No caso do Recife, os dados corroboram a dimensão da insegurança

Diante do contexto acima apresentado, o fluxo dos problemas aplicado ao Compaz refere-se ao diagnóstico do Poder Público acerca do elevado índice de violência e criminalidade em bairros pobres da cidade do Recife na década de 2010, somada à carência comunitária de um poder público atuante e vigilante em locais de adensamento populacional marcados por intensa vulnerabilidade social, política e econômica.

### **5.3.2. Fluxo das Políticas**

O fluxo das políticas é composto pelo conjunto de alternativas e soluções disponíveis, geradas no interior das comunidades políticas. Dentro dessa comunidade flui um imenso conjunto de ideias que vão sendo excluídas ou aprimoradas/amadurecidas ou reunidas. Nesta etapa de formação da agenda pública, as respostas vão surgindo da persuasão e difusão de ideias (chamada também de sopa de ideias) (KINGDON, 1995).

O fluxo das políticas traduz as ondas de difusão coordenadas por agências ou partidos implicam um alto grau de conectividade entre países ou governos subnacionais (COÊLHO, CAVALCANTE, TURGEON, 2016).

Programas municipais, em certas condições político-institucionais, afetam a estrutura da rede de proteção social do país. Evidencia-se a importância de se investigar o comportamento político de atores locais no complexo sistema federativo brasileiro, uma vez que restam identificados distintos mecanismos direcionais que possibilitaram a disseminação de programas de governo (COÊLHO, CAVALCANTE e TURGEON, 2016).

A abordagem teórica que considera a ideologia como um fator que influencia decisões governamentais preconiza que certos atores formulam políticas voltadas prioritariamente para grupos vulneráveis da população. Teóricos como Mullins (1972) e Boushey (2010) consideram que alguns indivíduos são guiados por valores e crenças

que os tornam mais receptivos às mudanças institucionais com ênfase no social em comparação com outros indivíduos de perfil conservador (COÊLHO, CAVALCANTE e TURGEON, 2016).

Nas bases de formação da agenda do Compaz, o Governo Municipal do Recife considerou que a violência urbana não é um problema apenas de polícia e tem causas profundas que exigem uma ação pública sobre os determinantes básicos da criminalidade: degradação do espaço urbano, carências dos serviços públicos, desorganização da vida social, desocupação dos jovens, ociosidade dos adolescentes, propagação das substâncias ilícitas e ausência de participação da sociedade na tomada de decisão. Embora a repressão seja necessária para conter o ciclo de violência e impunidade, a redução da criminalidade exige um esforço integrado no ordenamento urbano, na prevenção e na recuperação de áreas de risco e de segmentos vulneráveis da população (PREFEITURA DO RECIFE, 2013).

Na formação da agenda municipal da gestão do PSB no Recife em 2012, foi priorizada a requalificação dos espaços públicos como um requisito essencial para a restauração da convivência na cidade (tais como ciclovias, calçadas, praças e parques). A idealização partia da busca pela melhoria na forma como o cidadão era tratado pela cidade e acessava serviços públicos de qualidade. Investiu-se, portanto, em espaços de convivência comunitária e serviços essenciais em favor das populações mais vulneráveis, especialmente aquelas mais expostas à violência urbana (PREFEITURA DO RECIFE, 2013).

Para que este fluxo das políticas fosse possível, a tomada de decisão enveredou-se nas ações de integralidade preventiva e territorialidade do poder público. Para tanto, foi preciso congregiar os territórios mais vulneráveis como locais de atuação prioritária da gestão municipal.

O enfoque territorial vai muito além do caráter geográfico, concebendo o território como parte de uma concepção dinâmica, transformada continuamente em virtude das interações entre os atores sociais. Dessa forma, é possível incorporar de maneira substancial as características de cada localidade, nos seus aspectos geográficos, ambientais, econômicos, culturais, sociais e identitários, na compreensão dos problemas de insegurança, que sempre respondem a diversas tipologias, segundo lugares específicos e espaços sociodemográficos particulares (PREFEITURA DO RECIFE, 2013).

Assim sendo, a criação de uma rede de unidades dos Centros Comunitários da Paz foi definida pela PCR neste Plano Municipal de Segurança Urbana e Prevenção da Violência, em 2013. Com base nos dados e diagnósticos de territorialidade e violência urbana do município, definiu-se a instalação dos Compaz como ação prioritária do eixo temático de prevenção social ao crime e à violência (PREFEITURA DO RECIFE, 2013). A primeira unidade foi idealizada para ser inaugurada no Alto Santa Terezinha (posteriormente batizado como Compaz Governador Eduardo Campos), com base nas métricas de violência, criminalidade e marginalização social da região.

**Figura 28:** Perspectiva do projeto da primeira unidade do Compaz



Fonte: PCR (2013).

Em face da realidade de violência elevada na cidade do Recife, o plano de ação apresentado pela gestão municipal em 2013 previu a construção de 5 unidades do Compaz, sendo estes equipamentos destinados a toda a comunidade, mas com especial atenção à juventude, com foco no fortalecimento da cidadania, prestação de serviços públicos e qualificação profissional (PREFEITURA DO RECIFE, 2013).

Ainda no eixo da política de reforço da cidadania e da proximidade do ente público com as comunidades mais vulneráveis do município, foi previsto ainda pela gestão municipal o uso do Compaz para a realização de atividades em tempo integral para o público de jovens com antecedentes de envolvimento indireto com atividades ilícitas, incluindo capacitação profissional, encaminhamento para o mercado de trabalho, esporte e lazer, atendimento psicossocial e reforço escolar (PREFEITURA DO RECIFE, 2013).

De acordo com o Plano Municipal de Segurança Urbana e Prevenção da Violência de 2013, o Compaz também foi idealizado para abrigar atividades comunitárias de mobilização popular e seria o local de recepção dos jovens moradores das comunidades mais vulneráveis contemplados pelo Bolsa Atleta Municipal (PREFEITURA DO RECIFE, 2013).

Na formação da agenda do Compaz, a rede também foi concebida para acolher o programa de mediação de conflitos da PCR, com equipes capacitadas para atender e resolver os litígios comunitários das áreas mais violentas da cidade. Este serviço alinha-se ao fomento do acesso à justiça que deve ser efetivado pelo poder público em todas as instâncias (PREFEITURA DO RECIFE, 2013).

Na área de esporte, lazer e educação para a cidadania, a serventia do Compaz pela PCR previu a criação e manutenção permanente de espaços públicos para a prática de esportes, como forma de incrementar a rede das Academias da Cidade, juntamente com as praças e parques do município (PREFEITURA DO RECIFE, 2013). Vale destacar que lazer e educação são direitos sociais inscritos no Art. 6º da Constituição Federal e devem ser ofertados à população no reforço da cidadania por todas as esferas do Estado (BRASIL, 1988).

Dentro do eixo temático III (recuperação de situação de risco) do Plano Municipal de Segurança Urbana e Prevenção da Violência de 2013, a PCR alocou dentro do eixo da Interrupção das Carreiras Criminosas e Reinserção Social a incorporação de egressos da FUNASE no corpo de funcionários da rede Compaz na condição de arte-educadores, mobilizadores comunitários, auxiliares administrativos e

auxiliares de conservação. O mesmo eixo de definição da agenda previa o uso futuro da rede Compaz no atendimento psicossocial às vítimas de violência doméstica, com o fito de reduzir os danos causados pelos crimes, além de promover a inserção no mercado de trabalho e iniciativas voltadas para crianças e jovens moradores dos bairros contemplados com a rede (PREFEITURA DO RECIFE, 2013).

O Compaz é um equipamento bastante acessível e desburocratizado, além de inteiramente gratuito. A entrada é livre e a participação nas atividades exige apenas a realização de uma inscrição simples. Também é interessante o fato de os/as professores/as e treinadores/as, com a devida experiência, serem moradores da localidade, por vezes contando com o auxílio de voluntários. As lideranças comunitárias do entorno também participam, articulando as demandas dos moradores em oferta de oficinas, palestras e minicursos exploratórios (RÊGO, 2018).

A escolha da localização de um Centro Comunitário da Paz (COMPAZ) é uma questão-chave do planejamento estratégico da cidade do Recife. A estruturação dessa decisão torna-se, portanto, um aspecto fundamental da gestão pública. Dentre as características desse problema, há a necessidade de atender a diversos objetivos simultaneamente, o que torna os métodos multicritério de apoio à decisão instrumentos importantes para auxiliar gestores públicos na tomada de decisão (FONTE, 2018).

O Compaz foi concebido sob a ideia de oferecer o melhor para os mais pobres, com o objetivo de garantir inclusão social e fortalecimento comunitário. Os bairros foram escolhidos devido a necessidade de inclusão da cultura de paz e de acesso à cidadania. Biblioteca, práticas esportivas, serviços judiciários e de capacitação são alguns dos itens que vão estar à disposição da população dessas localidades (PREFEITURA DO RECIFE, 2016).

Vale destacar que política pública é o programa de ação governamental que resulta de um processo ou conjunto de processos juridicamente regulados – processo eleitoral, processo de planejamento, processo de governo, processo orçamentário, processo legislativo, processo administrativo, processo judicial – visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados (BUCCI, 2006; ROTHENBURG, 2021).

O Compaz nasce como um catalizador de cultura de paz, que reúne em um único espaço diversas atividades e serviços que promovem a transformação na vida das pessoas e asseguram o exercício da cidadania: literatura, artesanato, esportes, práticas

integrativas (ioga, meditação), atendimentos psicológico e pedagógico, mediação de conflitos, atenção à mulher vítima de violência, centro de referência em assistência social, biblioteca, cursos de idiomas e qualificação profissional (INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2021).

Rego (2018) explica que o Centro Comunitário da Paz (Compaz) é um projeto da Prefeitura do Recife, a partir de uma parceria com o Governo do Estado de Pernambuco, que se baseia na experiência colombiana das Bibliotecas Parques e propõe difundir a “Cultura de Paz”, promovendo inclusão social e fortalecimento comunitário. O autor ainda discorre que nas unidades do Compaz, as bibliotecas são o principal item a disposição dos usuários, que estrutura de ponta e também disponibiliza diversas atividades culturais no intento de atrair moradores da primeira infância à terceira idade. As atividades esportivas são as que contam com maior participação: nas piscinas, no Dojô (espaço de artes maciais), nas quadras e campos de futebol. O Compaz também oferece práticas integrativas, como Tai chi chuan, ioga, biodança e meditação.

As atividades educacionais presentes nas unidades do Compaz são o centro de sua atuação em virtude das inúmeras opções e alcance de faixas etárias distintas. O Compaz disponibiliza Cursos de Tecnologia (Robótica, Programação de Games, Produção de Áudio, Produção de Vídeo, Editores de Texto e Apresentação, Excel, Educação Financeira, Internet e Redes Sociais, Introdução à Informática, Divertec - atividade lúdica com crianças com uso de tecnologia para estimular aprendizado, Bibliotec - estímulo à leitura através da tecnologia); Banca de Estudos (aula de reforço de Português e Matemática); Batendo Perna (passeios a espaços culturais); Bibliodança (dança na biblioteca); Cantando Histórias (contação de histórias com música)- Engatinhando na Leitura (contação de histórias para 1ª Infância); Ler com Paz (encontros sobre cultura de paz)- Faça Você Mesmo (oficinas de artesanato); Papo Reto (rodas de diálogos com jovens)- Pintando o 7 (atividades artísticas); Tab&Tec(tecnologia, jogos de tabuleiros e games); Um dedo de prosa (encontros para boa idade); Mc´s da paz (atividade musical que trabalha a cultura de paz); Senta que lá vem história (contação e criação de histórias); Biblioteca Pop (atividade com jovens sobre cultura e arte); Conta, Mãe! (mediação e incentivo à contação de histórias com as mães); Hora do Conto (contação de histórias) (REGO, 2018).

O rol de práticas esportivas oferecidas pelo Compaz apresenta o acesso ao futebol, futsal, natação, hidroginástica, hóquei, ginástica, treino funcional, badminton, jiu jitsu, judô, aikido, luta olímpica, capoeira, taekwondo, tênis, handebol, voleibol,

basquete, natação para bebês e dança recreativa. Já os serviços públicos disponíveis nas unidades do Compaz são o Centro de Referência em Assistência Social-CRAS, Secretaria da Mulher, Procon, Emprego e renda nos bairros, Mediação de conflitos (CEJUSC/TJPE), Junta Militar, Assistência judiciária e Prouni Recife. O campo de saúde e bem-estar é preenchido pelas práticas de Ioga, Biodança, Danças Circulares, Atendimento psicológico e avaliação médica para usuários cadastrados, Acolhe Vida (acolhimento de pessoas dependentes químicas), Atendimento pedagógico à pessoa com deficiência e Academia da Cidade. Já as atividades culturais disponíveis são o balé, dança, aula de violão, confecção de instrumentos de percussão, oficina de música e oficina de circo. Por último, os atendimentos de qualificação profissional e geração de renda lá disponíveis são a Sala do Empreendedor, Ateliê Compaz, UAI – Utopias Artísticas Itinerantes (teatro, dança, arte e música) e o projeto Qualifica Recife (REGO, 2018).

As práticas esportivas do Compaz se materializam através do Programa Esporte e Lazer na Cidade-PELC, por professores do próprio espaço e outros professores cedidos. A promoção do esporte recreativo e do lazer, por sua vez, democratizam o acesso a esses direitos nas comunidades menos favorecidas da região (PAZ, 2018).

Com base no exposto, o fluxo das políticas associados ao Compaz contabiliza todo o planejamento municipal feito a partir de 2013, através do Plano Municipal de Segurança Urbana e Prevenção da Violência apresentado pela Prefeitura do Recife, no intento de formação da agenda urbana de enfrentamento aos elevados índices de violência da cidade nos anos pretéritos.

Neste momento de formulação de alternativas para políticas públicas, vislumbrou-se no Compaz a possibilidade de atuação multissetorial e conglomeração de agendas de diversas pastas/secretarias do município, tais como educação, mulheres, direitos humanos, saúde, segurança pública e esportes(além da própria secretaria de Segurança Cidadã) para fins de aproximação do poder municipal com as comunidades que enfrentam os maiores percentuais de vulnerabilidade socioeconômica. A busca por soluções em diversos setores da gestão municipal convergiu para que o Compaz funcionasse como um grande catalisador de prestações públicas ao cidadãos menos favorecidos.

### 5.3.3. Fluxo da Política

O fluxo da política respeita a dimensão política que segue um curso independente dos problemas e das soluções políticas. Nesta etapa da janela de oportunidade, são formuladas as alternativas políticas. O fluxo da política (*political stream*) se lastreia em 3 variáveis: sentimento nacional, forças políticas organizadas e mudanças governamentais (KINGDON, 1995).

Para Kingdon (1995), o sentimento nacional simboliza o compartilhamento de ideias com um grande número de pessoas, respeitando a vontade nacional, o pleito da maioria e a pressão por valores. Já as forças políticas organizadas representam os atores centrais, na figura dos partidos políticos e grupos de interesses; aqui se vislumbra o direcionamento da agenda pública pelos decisores, de acordo com a tendência ditada pelas forças políticas.

Por fim, as mudanças governamentais reverenciam as reconfigurações, remodelações e mutações de ciclos políticos. As mudanças governamentais alteram a hierarquia da administração pública. Vale destacar que a alternância de governo é o fator mais propício à ocorrência da alteração da agenda política (KINGDON, 1995).

No eixo das mudanças governamentais, vale destacar que a agenda do Compaz perpassou por um fluxo político bastante delineado por atores formais que compunham o pleito eleitoral ao governo municipal do Recife em 2008. Neste momento de eleições municipais, o então empresário do ramo de bares, Murilo Cavalcanti, constrói juntamente com o colombiano Hugo Acero o conceito dos Centros Comunitários da Paz, com base em suas pesquisas pessoais sobre o combate ao crime em Medellín, para o conjunto de propostas do então candidato do PMDB à Prefeitura do Recife, Raul Henry (CAVALCANTI, 2022).

A proposta do Compaz permaneceu inerte pelos 4 anos seguintes, pois as eleições sagraram como vencedor o concorrente João da Costa (PT/PE). O candidato Raul Henry (PMDB) finalizou o pleito municipal de 2008 no Recife em terceiro lugar, com 137.728 votos, perdendo para Mendonça Filho (segundo mais votado) e o eleito João da Costa, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE):

**Figura 29:** Resultado das eleições do Recife 2008

RECIFE		
<b>Sobre os eleitores aptos e comparecimento:</b>		
Aptos: 1.108.385	Comparecimento: 935.131 (84,37%)	Abstenções: 173.254 (15,63%)
<input type="button" value="Mostrar"/> Seções Agregadas, incorporadas a uma seção maior, denominada seção principal:		
* Os candidatos com situação "registro negado ou renúncia/falecimento/cassação antes da eleição" são apresentados com 0 (zero) votos.		
<b>Resultado para o cargo de PREFEITO</b>		
CADOCA	30.929 votos	NÃO ELEITO
EDILSON SILVA	25.568 votos	NÃO ELEITO
<b>JOÃO DA COSTA</b>	<b>432.707 votos</b>	<b>ELEITO</b>
KATIA TELLES	3.890 votos	NÃO ELEITO
MENDONÇA	206.827 votos	NÃO ELEITO
RAUL	137.728 votos	NÃO ELEITO
ROBERTO NUMERIANO	1.938 votos	NÃO ELEITO
<b>Dos votos para Prefeito temos:</b>		
Válidos: 839.587 (89,78%)	Branco: 44.309 (4,74%)	Nulos: 51.235 (5,48%)

Fonte: TRE-PE (2008).

O espaço para discussão do Compaz perdido por Raul Henry em 2008 foi incorporado ao plano de governo de Geraldo Júlio (PSB/PE) no pleito municipal seguinte, ocorrido em 2012. Neste ano, Geraldo Júlio venceu as eleições para prefeito do Recife, conforme indicam os dados da justiça eleitoral do Estado (TRE-PE):

**Figura 30:** Resultado das eleições do Recife 2012

RECIFE		
<b>Sobre os eleitores aptos e comparecimento:</b>		
Aptos: 1.169.678	Comparecimento: 978.113 (83,62%)	Abstenções: 191.565 (16,38%)
<input type="button" value="Mostrar"/> Seções Agregadas, incorporadas a uma seção maior, denominada seção principal:		
* Os candidatos com situação "registro negado ou renúncia/falecimento/cassação antes da eleição" são apresentados com 0 (zero) votos.		
<b>Resultado para o cargo de prefeito</b>		
DANIEL COELHO	245.120 votos	NÃO ELEITO
DOUGLAS SAMPAIO	2.026 votos	NÃO ELEITO
EDNA COSTA	2.649 votos	NÃO ELEITO
GERALDO JULIO	453.380 votos	ELEITO
HUMBERTO COSTA	154.460 votos	NÃO ELEITO
JAIR PEDRO	2.095 votos	NÃO ELEITO
MENDONÇA	19.903 votos	NÃO ELEITO
ROBERTO NUMERIANO	6.766 votos	NÃO ELEITO
<b>Dos votos para Prefeito temos:</b>		
Válidos: 884.373 (90,42%)	Branco: 44.709 (4,57%)	Nulos: 49.031 (5,01%)

Fonte: TRE-PE (2012).

Ao assumir a prefeitura do Recife, Geraldo Júlio convida Murilo Cavalcanti para o cargo de Secretário de Segurança Urbana. A partir de janeiro de 2013, o novo secretário, diante da mudança de gestão, fica responsável por coordenar a construção de uma política pública municipal de segurança cidadã. Neste momento, o Compaz começou a ser retirado do papel. A inauguração do primeiro equipamento da rede – Compaz Governador Eduardo Campos – ocorreu em 2016, no último ano do primeiro mandato de Geraldo Júlio (CAVALCANTI, 2022).

No segundo mandato de Geraldo Júlio como prefeito do Recife (2016-2020), foram inaugurados os Compaz Ariano Suassuna (2017), Governador Miguel Arraes (2019) e Dom Hélder Câmara (2020).

Na continuidade do fluxo da política, o candidato João Campos (PSB) vence o pleito eleitoral de 2020 no Recife e dá continuidade à rede Compaz, mantendo o mesmo secretário de Segurança Urbana/Cidadã para a sua escalação de executivos. O novo prefeito assume o compromisso de campanha de fortalecer e ampliar a rede Compaz para os próximos 4 anos de sua liderança, entre 2020 e 2024 (CAVALCANTI, 2022). Na gestão João Campos, foram inaugurados os Compaz Escritor Paulo Freire e Atriz Leda Alves, ambos no primeiro semestre de 2024 (último ano do atual mandato do prefeito).

Ainda dentro dos fluxos políticos que atravessam os interesses que revestem o Compaz, vale dizer que no Recife, a implantação do programa Pacto pela Vida (elemento-base da implantação da rede Compaz) pelo ex-governador Eduardo Campos, em 2007, surgiu como a formulação de alternativas de uma política pública voltada para a reversão das causas da criminalidade envolvendo, numa ação convergente e integrada, todas as secretarias e áreas de atuação do Governo Municipal capitaneadas pelo ex-Prefeito Geraldo Júlio (PSB/PE). A Secretaria de Segurança Cidadã deteve um papel estratégico na implementação do Pacto, juntamente com o gabinete do prefeito recém-empossado, que conduziu as mobilizações da gestão municipal em seu primeiro ano de gestão da cidade (PREFEITURA DO RECIFE, 2013).

O êxito do Pacto Pela Vida do Recife, na condição de formulação de alternativa, requereu ainda a parceria como Governo do Estado e a União, a cooperação com as outras prefeituras da Região Metropolitana e a integração com o Poder Judiciário, Legislativo e o Ministério Público estadual. Além disso, a participação da sociedade foi fundamental para a aplicação do plano, da mesma forma que foi importante na sua elaboração através da consulta pública realizada em meados de 2013 (PREFEITURA DO RECIFE, 2013).

O programa Pacto pela Vida foi construído em 3 etapas: reunião de secretariado, consulta pública e sistematização. Inicialmente, houve a realização de uma reunião com todo o secretariado da prefeitura no dia 1 de abril de 2013, conduzida pessoalmente pelo prefeito, para definir as diretrizes gerais e a metodologia de elaboração do programa de enfrentamento à violência. A partir dessa discussão, foi elaborada uma cartilha contendo princípios básicos que serviram de ponto de partida para as sugestões e análises críticas da sociedade a partir da consulta pública envolvendo quase 600 pessoas no dia 6 de abril de 2013. Esta consulta gerou propostas e sugestões da sociedade para complementação e melhoria do plano. Finalmente, as propostas e sugestões foram organizadas e incorporadas no documento que constituiu o Pacto Pela Vida do Recife (PREFEITURA DO RECIFE, 2013).

O servidor público tem uma tarefa decisiva para assegurar a universalidade dos direitos humanos. Principalmente porque seu princípio ético é um compromisso intrínseco de fazer todo o possível pela dignidade humana. É estar movido pela igualdade de direitos e não por hierarquias. Entre os elementos constitutivos desses pressupostos éticos, reside a observância dos tratados, os pactos e, especialmente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (NUNES, 2013).

O Brasil está na terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos, o chamado PNDH-3, que deve ser estudado com profundidade pelos gestores públicos. O PNDH-3 dialoga com cada uma das temáticas dos Direitos Humanos e é uma base fundamental porque cumpre diretrizes internacionais, que surgiram justamente para superar uma lacuna, em termos de planejamento em matéria de Direitos Humanos, metas claras, prazos e orientações sobre como chegar a essas metas (NUNES, 2013).

Deve haver um interesse claro em democratizar ainda mais o Estado e constituir, por meio dos gestores públicos, bases sólidas para se atingir a desejada qualidade, a partir da perspectiva dos direitos humanos. O grande desafio é a erradicação da pobreza (NUNES, 2013).

A tarefa de Direitos Humanos está inconclusa. Não há possibilidade de seguir avançando sem contar com estruturas de Estado plenamente voltadas aos princípios de Direitos Humanos. E para isso, é preciso, necessariamente, contar com gestores públicos capazes de compreender todas essas dimensões, assim como implementar as políticas públicas que estejam à altura desse desafio. Isso significa que o governo precisa dar respostas ao povo, superando a violência e produzindo uma cultura de paz, porque Direitos Humanos, democracia e paz são parte de uma mesma ciranda, que gira em torno da construção da sociedade que precisa e deve se realizar (NUNES, 2013).

Em virtude do exposto, pode-se entender que o fluxo da política aplicado ao Compaz está atrelado à mudança da gestão municipal do Recife a partir das eleições de 2012 e contaram com a continuidade da rede por momentos políticos favorecidos pela continuidade do partido político idealizador da política nos anos seguintes (2016 e 2020).

#### **5.3.4. Empreendedores**

O modelo de Kingdon reserva especial destaque para a ação do empreendedor. No entanto, os empreendedores não controlam os processos de mudança. O processo pelo qual a mudança na agenda se efetiva é influenciado por grandes eventos e pelas estruturas e não pela vontade de um indivíduo em particular. Assim, na busca de seus propósitos, os empreendedores unem soluções, problemas e contexto político, aproveitando as oportunidades que se apresentam e operando um papel central no modelo de *multiple streams* (CAPELLA, 2016).

Na promoção dessas atividades, as características apontadas por Kingdon como essenciais ao empreendedor tornam-se fundamentais: gozar de legitimidade frente às audiências, manter conexões políticas e habilidade de negociação, além de ter persistência na defesa das ideias. Outro aspecto importante é que, além dessas habilidades importantes para a defesa das ideias relacionadas a uma política, o empreendedor por vezes exerce a atividade de intermediação dessas ideias (*policy brokerage*)(CAPELLA, 2016).

Empreendedores defendem suas propostas para diferentes audiências e também atuam como intermediários, negociando com os demais grupos e procurando arenas institucionais mais convenientes. Estas são atividades distintas e críticas para o sucesso do empreendedor. Assim, o empreendedor atua não apenas como defensor de ideias, podendo também assumir o papel de negociador. Sobre essas duas ações do empreendedor, Kingdon afirma que empreendedores desempenham o papel de *policy brokers*, mas o contrário não é verdadeiro (precisamente como verificamos na análise do papel reservado aos *policy brokers* no modelo das coalizões de defesa)(CAPELLA, 2016).

A atividade do empreendedor relaciona-se à apresentação de suas ideias para outros indivíduos e grupos, por meio do estabelecimento de contato com diferentes audiências. Esta é uma tarefa importante para o empreendedor, considerando que as comunidades de políticas e os subsistemas são geralmente compreendidos como sendo refratários a mudanças em seu sistema de crenças. No processo de apresentação das ideias descrito por Kingdon, o empreendedor coloca as propostas em teste junto a diferentes grupos, fazendo um trabalho preliminar de observação das reações, como se estivesse experimentando um "balão de ensaio", como afirma o próprio autor. É importante lembrar que esta experimentação é dirigida não apenas às comunidades ligadas a uma política, mas também ao público em geral(CAPELLA, 2016).

Destaca-se a importância da interação do empreendedor junto a grupos e instituições em busca da atenção e do apoio desses grupos às ideias defendidas por ele, de forma a ampliar as chances de aceitação de uma determinada representação de problema e de um conjunto de ações propostas. Desta forma, o empreendedor empenha-se no desenvolvimento de estratégias para a apresentação de suas ideias para diferentes audiências, dentro e ao redor do governo, além de buscar as arenas mais favoráveis às suas ideias. Neste processo, embora o objetivo primário do empreendedor seja de convencimento a respeito de suas ideias, ele também busca entender como esses grupos

compreendem as questões, aprendendo com as comunidades as formas mais adequadas de retratar uma questão e definir um problema. Os empreendedores buscam, adicionalmente, aumentar sua visibilidade nesses círculos, o que pode ser um ingrediente importante para alavancar sua legitimidade como propositor de mudanças numa política (CAPELLA, 2016).

No caso do Compaz, a figura central que ostenta a condição de empreendedora é Murilo Cavalcanti, pessoa responsável pela idealização da rede com inspiração nas bibliotecas parques que funcionam em Medellín, na Colômbia. Murilo Cavalcanti reuniu experiências pessoais em viagens ao país colombiano e, na condição de Secretário de Segurança Cidadã entre 2013 e 2024, orquestrou os estudos da Prefeitura do Recife para implementação e ampliação da rede nos locais estratégicos de fomento da cidadania e combate ao crime (CAVALCANTI, 2022).

Ao apoiar as propostas de campanha de Raul Henry em 2008, Murilo Cavalcanti passou a idealizar o equipamento público que reunisse serviços e pudesse ser apontado como a presença do Estado junto dos que mais precisam de tutela pública. Ao chegar à condição de ator formal enquanto secretário municipal, conduziu os prefeitos Geraldo Júlio e João Campos nas lições sobre urbanismo social, direitos humanos e serviços de referência prestados pelo Estado aos que mais precisam dele (CAVALCANTI, 2022).

Antes de iniciar o projeto do Compaz junto à Prefeitura do Recife, o Secretário de Segurança Cidadã de Recife visitou a experiência colombiana mais de 30 vezes. Em um dos estados com uma das piores taxas de homicídio no país, Murilo Cavalcanti percebeu que não bastariam políticas de segurança isoladas para reverter a situação. E se as taxas de urbanização não param de crescer no Brasil, podendo chegar a mais de 90% da população até 2030, os desafios urbanos ganham centralidade para o entendimento do mundo (INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2019).

Por fim, os empreendedores procuram estabelecer bases institucionais de apoio para suas ideias. Como mostra o modelo do equilíbrio pontuado, a mudança numa política se processa não apenas baseada nas ideias a respeito de problemas e soluções e em sua defesa junto às comunidades de políticas e demais atores. Além de atuarem no plano das ideias, os empreendedores estão atentos aos arranjos institucionais que podem tanto restringir quanto incentivar as decisões relativas à política em questão (CAPELLA, 2016).

O modelo pressupõe uma relação bastante forte entre instituições e ideias: instituições tendem a favorecer algumas ideias mais do que outras. Um arranjo

institucional baseia-se em entendimentos sobre questões relevantes de uma política e pode permanecer desta maneira por um longo período, como no caso da constituição dos monopólios de políticas. Assim, muitas vezes os empreendedores buscarão alterar as estruturas institucionais para favorecer determinadas ideias, rompendo com o equilíbrio no sistema político e favorecendo a mudança. Alternativamente, procurarão localizar as arenas institucionais em que podem obter maiores chances de sucesso para suas ideias (CAPELLA, 2016).

#### **5.4. Avaliação da Rede Compaz pelos Indicadores da Agenda 2030 da ONU**

A gestão dos Direitos Humanos exige uma capacidade política de interlocução permanente, de diálogo permanente e de soluções criadoras e criativas para cumprir os pressupostos que se apresentam diante do gestor público (NUNES, 2013).

Ao avaliar a atuação das unidades do Compaz, o Instituto Cidades Sustentáveis adequou sua condução aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. De acordo com esse estudo, os eixos dos ODS relacionados ao Compaz são, respectivamente: 11 (cidades e comunidades sustentáveis), 1 (erradicação da pobreza), 3 (saúde e bem-estar), 16 (paz, justiça e instituições eficazes) e 10 (redução das desigualdades). O estudo aponta que a convivência social é um mecanismo valioso de enfrentamento à violência e que a proximidade do Poder Público e o fomento de direitos sociais como educação, lazer, saúde e assistência tem o condão de alterar a realidade das variadas vulnerabilidades e marginalizações que assolam populações socioeconomicamente desfavorecidas.

No esteio desta correlação, a Rede Compaz sagrou-se vencedora do Prêmio de Serviço Público das Nações Unidas, como iniciativa que melhor contempla os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e excelência no serviço público, em 2022. Os equipamentos municipais foram avaliados por critérios da ONU em termos de relevância e qualidade, servindo de referência internacional no atendimento à população (PREFEITURA DO RECIFE, 2023).

O reconhecimento das políticas do Compaz pela ONU ocorreu por causa da correlação entre a localização das unidades Compaz e a redução das taxas de criminalidade nessas áreas. Os beneficiários diretos e indiretos das unidades do Compaz

em operação hoje são residentes em um raio de 3 km de cada equipamento, e correspondem a 30,3% da população do Recife(PREFEITURA DO RECIFE, 2022).

Duas unidades da rede foram avaliadas pelas Nações Unidas: no Compaz Ariano Suassuna, no Cordeiro, a média móvel mensal de crimes violentos e letais dolosos revelou uma queda de -5,8% dois anos após o lançamento do equipamento; já no Compaz Governador Eduardo Campos, no Alto Santa Terezinha, a queda foi ainda mais expressiva: -13,8%(PREFEITURA DO RECIFE, 2022).

## 6. CONCLUSÃO

A partir da literatura levantada para este estudo e dos dados qualitativos reunidos, os resultados obtidos sugerem os pontos a seguir elencados:

### 6.1. Breve Reflexão sobre os Resultados

Tendo em vista que os principais beneficiários das políticas públicas são aqueles que não possuem condições próprias de promoverem para si próprios determinados serviços e acessos, o Compaz cristaliza a noção de proximidade de atuação governamental e de suprimento de demandas pelo Poder Municipal em locais social e economicamente marginalizados.

A ideia de preenchimento do tempo ocioso (especialmente dos cidadãos mais jovens e propensos a caminhos atravessados pelo crime) é relevante para que a realidade presente e futura daquela comunidade seja transformada a partir das condições oferecidas pelo Estado àqueles que se encontram em condição de extrema vulnerabilidade social e criminal, tanto pelas condições de moradia/localização, como pela situação pessoal, familiar e social que os permeiam.

No que tange ao cumprimento dos objetivos específicos, cumpre pontuar as seguintes obtenções de resultados: o primeiro objetivo específico desta dissertação apontou para a) entender as definições sobre problemas públicos e a formação da agenda pública das políticas públicas. Assim sendo, utilizou-se a revisão bibliográfica para tratar da transição de uma questão socialmente vista para a adoção do quesito à agenda estatal. O surgimento das políticas públicas surgem do acolhimento de uma demanda social pelo ente tomador de decisão. A formação da agenda pública, portanto, está condicionada, por vezes, ao que o Poder Público inquieta-se, recepciona e age para solucionar e/ou gerenciar.

Em relação ao segundo objetivo específico, que consistiu em identificar as conexões entre Direitos Humanos e a condução das agendas estatais, tem-se as seguintes considerações: o elo que relaciona os dois fatores gira em torno da necessidade de adequação da atividade administrativa do Estado ao que a regência normativa estabelece. Com isto, as determinações constitucionais que alçam os direitos humanos à categoria de direitos fundamentais e direitos sociais de acesso universais findam por infiltrar-se necessariamente na criação das agendas públicas. A partir disso,

conclui-se que a conexão entre direitos humanos e definição de atribuições do poder público perpassa pelo dever de observância hierárquica dos valores fundamentais que acompanha a atuação de todo agente público. A definição da agenda estatal, por conseguinte, possui relação direta com os ditames humanísticos que fundam o Estado de Direito contemporâneo.

Por fim, o terceiro objetivo específico desta dissertação, que consistiu em analisar os propósitos constitucionais das políticas públicas como ferramentas de materialização dos Direitos Humanos e redução das desigualdades sociais, tem por resultado o seguinte: uma vez que o conjunto dos valores fundamentais da Constituição Federal de 1988 irradia validação para as políticas sociais conduzidas por gestores públicos, é cediço que a materialização da ação governamental mantém sintonia com recomendações superiores que orientam o Estado a fomentar dignidade, acesso, bens e serviços que sejam capazes de ampliar o bem-estar humano e o pertencimento social, diminuindo as desigualdades entre as populações marginalizadas e socioeconomicamente vulneráveis.

A par do levantamento dos estudos supramencionados, atinge-se o objetivo geral apresentado nesta dissertação, que foi o de compreender a aplicação do modelo de fluxos múltiplos de John Kingdon na formação da agenda nas políticas públicas dos Compaz, na cidade do Recife/PE.

Nesses termos, a presença de equipamentos públicos nas proximidades das regiões recifenses mais suscetíveis a diversas formas de carência na sociedade tem o condão de estabelecer efetivamente a reivindicação do local pelo poder público, como forma de suprir lacunas que poderiam ser ocupadas pelo crime organizado ou qualquer outro paralelismo que demarca a ausência do estado.

O fato de o Compaz oferecer uma proposta de segurança cidadã à capital pernambucana para além do armamento que frequentemente é visto nos bairros mais pobres como única sinalização da presença do Estado garante aos moradores a sensação de pertencimento que inicia com o questionário sobre serviços que devem ser preferencialmente oferecidos até o próprio uso e gozo do equipamento construído.

Dentro de seu escopo de intervenção, a rede Compaz pretende dignificar os recifenses mais carentes ao oferecer uma face estatal desarmada, sociocultural e prestacional, lembrando aos moradores dos bairros violentos que é possível traçar caminhos para um futuro humanamente digno a partir do esteio de serviços e da rede de proteção estatal estendido aos usuários. A função do Compaz consiste em reverenciar os

direitos humanos para aqueles que mais precisam de atuação da administração pública municipal.

## **6.2. Implicações dos Resultados**

Dados da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco (SDS/PE) apontam que no raio de um quilômetro do equipamento o índice de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) caiu 35% no comparativo de 2018 para 2017. OS bairros que contemplam essa distância são Bongi, Cordeiro, Prado, Torrões e San Martin. O Compaz Ariano Suassuna foi inaugurado em março de 2017. Até fevereiro de 2019, dezessete (17) vidas foram salvas, conforme projeção dos números da SDS/PE (PREFEITURA DO RECIFE, 2021).

O Compaz pode influir em amenizar a vulnerabilidade social das comunidades beneficiadas, de forma a impactar as taxas de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) através de recursos simbólicos (atividades culturais e de lazer); nível educacional (reforço escolar); oportunidades de emprego (aulas de idiomas e informática, minicursos técnicos); acesso ao Estado (PROCON, mediação de conflitos, atendimentos especializados) e acesso à sociedade (palestras, debates, oficinas). A ideia central é difundir uma cultura de paz para ocupar o tempo dos jovens com atividades educativas, culturais e esportivas, modificando suas interações sociais (e referências), além de mudar suas perspectivas profissionais (e de remunerações) futuras (RÊGO, 2018).

A rede Compaz alcançou o objetivo de prevenir a criminalidade violenta por meio da adoção de uma metodologia de infusão da cultura de paz e de não violência em seu público prioritário, que são os adolescentes e os jovens, por serem os grupos mais propensos a se tornarem vítimas ou protagonistas da violência urbana. Desta forma, os impactos de médio e longo prazo do avanço destes indicadores incentivam a melhora social, econômica, política e cultural no entorno das comunidades assistidas por esta política (INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2019).

Exemplificadamente, no Compaz Eduardo Campos o índice de redução de CVLI (Crime Violento Letal Intencional) caiu 27,3% no comparativo entre 2017 e 2016. Em cima dessa expressiva redução, o Compaz continua mostrando resultado, com mais 5% de redução nos homicídios entre 2018 / 2017. O bairro do Alto Santa Terezinha, sede do

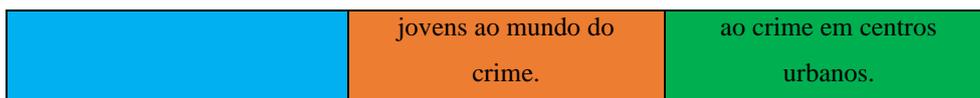
primeiro Compaz, não registrou nenhum homicídio em 2018. Os bairros diretamente beneficiados, além do Alto Santa Terezinha, que estão no raio de 1Km em volta, são: Beberibe, Água Fria, Dois Unidos, Linha do Tiro e Bomba do Hemetério (PREFEITURA DO RECIFE, 2021).

Dentre os resultados qualitativos colhidos da implantação da rede Compaz em zonas estratégicas da cidade do Recife, é possível citar a implementação do conceito de cultura de paz nos territórios; a melhoria na qualidade de vida das pessoas; prevenção à criminalidade violenta por meio da adoção de uma metodologia de infusão da cultura de paz e de não violência em seu público prioritário (adolescentes e jovens com idades entre 13 e 25 anos), que podem mais facilmente serem inseridos ativa ou passivamente em episódios de criminalidade e violência urbana, incluindo os CVLI (INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2019).

A partir de todos os dados e diagnósticos coletados, podemos resumir a análise da rede Compaz na cidade do Recife dentro dos fluxos múltiplos de John Kingdon da seguinte maneira:

**Tabela 1:** Comparação dos Fluxos Múltiplos com os eventos de criação do Compaz no Recife

<b>Fluxo dos Problemas</b> <i>Problems Stream</i>	<b>Fluxo das Políticas</b> <i>Policy Stream</i>	<b>Fluxo da Política</b> <i>Political Stream</i>
Questão ou situação socialmente percebida que leva os decisores políticos a entenderem que é importante buscar uma solução (KINGDON, 1995)	Conjunto de alternativas e soluções disponíveis, geradas no interior das comunidades políticas (KINGDON, 1995)	Dimensão formal da política que opera dentro das instituições; molda-se por forças políticas organizadas (KINGDON, 1995)
No Recife, os índices de crimes violentos assolavam os bairros mais pobres e cooptavam os jovens ao caminho da delinquência; a estrutura urbana falhava em suprir os cidadãos mais vulneráveis com a prestação de serviços públicos.	O Plano Municipal de Enfrentamento à violência proposto pela Prefeitura do Recife em 2013 apresentava a concepção dos Centros Comunitários da Paz como forma de incrementar a prestação de serviços em bairros carentes e combater os índices de violência urbana e atração dos mais	A chegada do PSB ao governo municipal do Recife em 2013 trouxe o especialista em desenvolvimento urbano Murilo Cavalcanti para a condição de ator estatal. O Compaz é fruto das pesquisas deste empreendedor político sobre caminhos não violentos de enfrentamento



Fonte: Autora (2024).

Estabelecida em uma comunidade da periferia, o Compaz se coloca como um novo elemento de presença do poder público onde havia apenas a escola e a presença policial, hoje parceiras do projeto. (INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2019).

A mortalidade juvenil, os grupos de extermínio no interior e as milícias nas cidades grandes são desafios permanentes, que fazem com que o Brasil esteja na ponta dos números de mortes por causas violentas, em que pese a trajetória que estar-se cumprindo de assegurar direitos constitucionalmente (NUNES, 2013).

A participação popular é essencial para o processo de retomada dos espaços públicos da cidade. O estabelecimento de uma cultura verdadeiramente cidadã não será possível se a população não voltar a acreditar no valor da convivência nos espaços públicos como locais de reciprocidade, aprendizado e sociabilidade (PREFEITURA DO RECIFE, 2013).

O crescimento econômico só tem sentido para o Brasil se associado à superação das violações de direitos, fazendo com que as pessoas pudessem acessar serviços públicos e direitos aos quais elas não tinham tido acesso até então. O desafio deste atual período é pensar em chegar aonde ainda não se conseguiu chegar, porque as violações de Direitos Humanos permanecem e desequilibram as certezas (NUNES, 2013).

### 6.3. Considerações Finais

Vista a situação como um prisma, é possível entender que o leque de direitos sociais costuma ser reiteradamente negado aos grupamentos sociais marginalizados, especialmente nos centros urbanos, onde a desigualdade socioeconômica é mais bem refletida e sentida. O conjunto de fatores sociais, econômicos e políticos que moldam a sociedade devem caminhar conjuntamente para a realização da dignidade da pessoa humana em todas as decisões do governo.

Para enfrentamento e diminuição do *gap* social entre classes, demanda-se do Poder Público uma atuação perene, constante e prismática, que seja capaz de atender as diversas manifestações de carência, falta de acesso e parcas condições familiares, pessoais e sociais para suprir até as mais básicas das necessidades.

O Compaz é fruto de um intenso embate com os percentuais elevados de cometimento de crimes por pessoas que não dispunham das mínimas atenções básicas em seus núcleos sociais. Ao compreender que a origem de parte relevante da criminalidade era a falta de oportunidades, o poder público do Recife concebeu uma rede de atendimentos múltiplos, diversos e capaz de preencher necessidades e tempo ocioso ao mesmo tempo em que oferece serviços, profissionalização e entretenimento a uma população incapaz de prover tais bens pelos próprios meios.

O fluxo de etapas que leva ao Compaz alia fenômenos sociais e atuação política em um cruzamento de fatores que são próprios do desenvolvimento do Estado quando este é capaz de direcionar suas forças para incidir sobre as constatações que os números e vivências demonstram. No caso do Recife, a criminalidade excessiva e a falta de perspectiva de uma parte considerável da população menos favorecida convergiram para a necessidade de incrementar a presença do Estado para aqueles que só acessam certas prestações dignificadoras da pessoa humana quando estas são gratuitamente fornecidas pelas instituições formais.

O rol de direitos sociais e direitos fundamentais insculpidos na Constituição Federal de 1988 garantem a todo brasileiro a fruição de serviços estatais necessários a uma vivência digna nos padrões internacionais dos direitos humanos. O propósito do Compaz, consiste, nesses termos, em garantir as condições mínimas para que a cidade acolha o seu cidadão mais vulnerável e não lhe dê o crime como única rota de sobrevivência em meio a um nível intenso de desigualdade social, ambiental e econômica.

Para estudos futuros, propõe-se a continuidade da avaliação sobre os locais que receberão no futuro novos equipamentos do Centro Comunitário da Paz e acompanhamento dos índices de serviços prestados para fins de verificação da eficiência da política pública do município do Recife.

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO. **Atlas de Desenvolvimento Humano na Região Metropolitana do Recife**. 2010. PCR/PNUD. Disponível em: [http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepefidem/atlas-metropolitano#:~:text=O%20E%80%9CAtlas%20de%20Desenvolvimento%20Humano,para%20o%20Desenvolvimento%20\(PNUD\)Acesso em: 22 jul. 2024](http://www2.condepefidem.pe.gov.br/web/condepefidem/atlas-metropolitano#:~:text=O%20E%80%9CAtlas%20de%20Desenvolvimento%20Humano,para%20o%20Desenvolvimento%20(PNUD)Acesso em: 22 jul. 2024).
- ARAÚJO, Luísa; RODRIGUES, Maria de Lurdes. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.º 83, pp. 11-35, 2017.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Edições 70, n.225, 1977.
- BATISTA, Getúlio Valdemir; SILVA, Edilene Maria da. O uso de dados para subsidiar a transformação digital das atividades ofertadas pelo Compaz Ariano Suassuna. **P2P & Inovação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1-14, e-6664, jan./jun. 2024.
- BRASIL. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post**, volume 2. Casa Civil da Presidência da República Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 nov. 2023.
- BUCCI, Maria Paula Dallari *et al.* **Direitos humanos e políticas públicas**. São Paulo, Pólis, 2001. 60p. (Cadernos Pólis, 2).
- BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas Públicas e Direito Administrativo. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília a. 34, n. 133, p.89-98, jan./mar. 1997.
- CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt Capella. Um estudo sobre o conceito de empreendedor de políticas públicas: Ideias, Interesses e Mudanças. **Cadernos EBAPE.BR**, vol. 14, Supl., pp. 486-505, 2016. Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas.
- CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Formação da Agenda Governamental: Perspectivas Teóricas. **XXIX Encontro Anual da ANPOCS - GT19 - Políticas Públicas**. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Ago. 2005.
- CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de Políticas**. Brasília: Enap, 2016. 151 p.
- CARBONARI, Flávia. **Relatório Técnico Cidades Mais Seguras - O papel dos governos locais brasileiros na promoção de uma abordagem preventiva e integral da Segurança Cidadã**. Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), Nov./2020.

CAVALCANTI, Ana Cláudia Rocha. **A difusão da agenda urbana das agências multilaterais de desenvolvimento na cidade de Recife**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008. 218 p.

CAVALCANTI, Ana Cláudia Rocha; SOUZA, Flávio Antônio Miranda de. Um Ensaio Sobre a Difusão de Ideias na Política Pública. **Revista de Administração Educacional**, Recife, V. 1, Nº 1, p.71-89, jan./jun. 2016.

CAVALCANTI, Murilo. **Conexão Recife Medellín Compaz** – Laboratórios de boas práticas urbanas. Cidades para a vida. Cidades conectadas. Cidades que se sentem. Recife: Cepe, 2022. 310 p.

CAVALCANTI, Murilo. **Minha Causa**. Trajetória de Murilo Cavalcanti. Do cara da noite ao cara do Compaz. Recife: Cepe, 2023. 128 p.

COÊLHO, Denílson Bandeira; CAVALCANTE, Pedro; TURGEON, Mathieu. Mecanismos de difusão de políticas sociais no Brasil: uma análise do Programa Saúde da Família. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 145-165, jun. 2016.

COMPAZ. **Conheça os Compaz** - As Fábricas de Cidadania do Recife. Compaz: Apresentação em Power Point. Recife, 2020.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, Bruno Santos. Direitos fundamentais da Constituição às políticas públicas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 65-82, 2011.

DELGADO, Ana Luiza de Menezes *et al.* (organizadores). **Gestão de políticas públicas de direitos humanos — coletânea**. Brasília: Enap, 2016. 341 p.: il.

ESPERANDIO, Fernando; VICENTE, Luciana Ribeiro Fadon; SPÍNDOLA, Mariana Arruda. **Participação cidadã na formulação e implementação de equipamentos públicos em territórios vulneráveis: um guia de disseminação com base na experiência do Compaz Governador Eduardo Campos**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Públicas) - Fundação Getúlio Vargas, 2022. 140 fls.

ESTADÃO. **No Recife, Compaz derruba a violência com golpes de Cultura**. 28/11/2018. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/cultura/julio-maria/no-recife-compaz-derruba-a-violencia-com-um-bombardeio-de-cultura/> Acesso em: 06 set. 2024.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. **Revista de Administração Pública** — Rio de Janeiro 50(6):959-979, nov./dez. 2016.

FONTE, Maria Isabel Suassuna da. **Localização de um Centro Comunitário (COMPAZ) na cidade do Recife: Uma Aplicação do Método Fittradeoff**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)- Universidade Federal de Pernambuco, 2018.63fls.

GEORGES, Rafael. A Distância que nos Une - um Retrato das Desigualdades Brasileiras. **OXFAM Brasil**, set./2017. 94p.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Studying Public Policy: Policy Cycles and Policy Subsystems**. 3rd ed. Oxford: Oxford University Press, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados**: Recife. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/recife.html> Acesso em: 15 jul. 2024.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Centro Comunitário da Paz transforma periferia do Recife**. Disponível em: <https://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/53?palavra-chave=compaz>. Acesso em: 06 out. 2023.

KELLER, Deividi Yuri Ferreira; LIMA, Cleber Augusto A'Costa de; BITTENCOURT, João Alexandre Netto. Segurança Cidadã no Brasil: Um Estudo de Caso dos Centros Comunitários da Paz (COMPAZ) e o Paradigma Emergente na Segurança Pública. **Revista da Mostra de Iniciação Científica e Extensão**, v. 1, n. 1, 2023.

KINGDON, John W. (1995). *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. 2nd Edition. Harper Collins College Publishers. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (2007). **Políticas Públicas – Coletânea Volume 1**.

LOTTA, Gabriela (organizadora). **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019. 324 p.

MELO, Francymonni Yasmim Marques de; SANTOS, Jaedson Gomes dos. Um Panorama Teórico do Campo de Públicas no Brasil: A agenda de estudos sobre Estado e Políticas Públicas. **Revista NAU Social** - v.10, n.19, p. 141-156 Nov. 2019 / Abr 2020.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais: teoria geral – comentários aos Arts. 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NASCIMENTO, Patrícia Helena Santos do. **Direito ao Lazer e Primeira Infância: Uma Análise Sobre os Compaz do Recife**. 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2022. 142 fls.

NEUENSCHWANDER MAGALHÃES, Juliana; LIMA, Eric Santos. Direitos Humanos e Políticas Públicas: As Duas Faces de Janus. **Anais do XXI Encontro Nacional do CONPEDI**. 01ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012, v., p. 10076-10095.

ÑGALA, Crisóstomo Pinto. **Consciência Jurídica dos Direitos Humanos**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2021.

NUNES, Carlos Francisco Oliveira *et al.* Segurança Cidadã - Paradigmas e Ocupação Territorial no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**. Brasília, v. 14, n. 12, p.217-251, maio-ago./2023.

NUNES, Maria do Rosário. A transversalidade dos direitos humanos na gestão pública. **Revista do Serviço Público Brasília** 64 (4): 507-511 out/dez 2013.

ODS BRASIL. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Nações Unidas Brasil. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. 14 set. 2023.

OLIVEIRA, Thiago Henrique et al. Uso e Cobertura do Solo e Seus Efeitos na Distribuição da Temperatura de Superfície em Área Urbana. **Revista Brasileira de Geografia Física**, V. 06, n. 06,(2013) p.1598-1616.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pobreza**. Disponível em: <https://unric.org/pt/eliminar-a-pobreza/>. [S. l., 2015]. Acesso em: 24 nov. 2023.

OSBORNE, D. & GAEBLER, T. **Reinventing government**. New York, Penguin, 1992.

PAZ, Aline Duque da. **O Trabalho dos Professores de Educação Física nos Espaços Públicos de Recife: Um Estudo de Caso: COMPAZ Ariano Suassuna**. Monografia (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. 42fls.

PREFEITURA DO RECIFE. **Avaliação Executiva do COMPAZ**. Relatório Geral de Avaliação Executiva Participativa da Rede Compaz. Núcleo De Avaliação De Políticas Públicas E Ciência De Dados. Prefeitura do Recife: SEPLAN / SEPLAGTD, 2023.

PREFEITURA DO RECIFE. **Centro Comunitário da Paz - Compaz Governador Eduardo Campos**. 2016. Disponível em: <http://www2.recife.pe.gov.br/18/05/2016/centro-comunitario-da-paz-compaz-governador-eduardo-campos>. Acesso em: 12 out. 2023.

PREFEITURA DO RECIFE. **Compaz Evaluation Report**. Núcleo De Avaliação De Políticas Públicas E Ciência De Dados. Prefeitura do Recife: SEPLAN / SEPLAGTD, 2021.

PREFEITURA DO RECIFE. **Compaz Paulo Freire abre as portas para o Recife**. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/noticias/02/03/2024/compaz-paulo-freire-abre-portas-para-o-recife-0>Acesso em: 14 ago. 2024.

PREFEITURA DO RECIFE. **Compaz recebe principal prêmio da ONU para políticas públicas**. Disponível em: <https://compaz.recife.pe.gov.br/compaz-recebe-principal-premio-da-onu-para-politicas-publicas>Acesso em: 06 ago. 2024.

PREFEITURA DO RECIFE. **Conheça o Compaz, a fábrica de cidadania do Recife**. Disponível em: Acesso em: <http://www2.recife.pe.gov.br/pagina/conheca-o-compaz-fabrica-de-cidadania-do-recife>. Acesso em: 12 out. 2023.

PREFEITURA DO RECIFE. **Perfil dos bairros - Alto Santa Terezinha**. Censo IBGE, 2010. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/alto-santa-terezinha?op=NzQ0MQ==> Acesso em: 26 ago. 2024.

PREFEITURA DO RECIFE. **Perfil dos bairros - Caxangá**. Censo IBGE, 2010. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/caxanga?op=NzQ0MQ==> Acesso em: 26 ago. 2024.

PREFEITURA DO RECIFE. **Perfil dos bairros - Cohab**. Censo IBGE, 2010. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/cohab?op=NzQ0MQ==> Acesso em: 25 ago. 2024.

PREFEITURA DO RECIFE. **Perfil dos bairros - Cordeiro**. Censo IBGE, 2010. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/cordeiro?op=NzQ0MQ==> Acesso em: 26 ago. 2024.

PREFEITURA DO RECIFE. **Perfil dos bairros - Ilha Joana Bezerra**. Censo IBGE, 2010. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/ilha-joana-bezerra?op=NzQ0MQ==> Acesso em: 26 ago. 2024.

PREFEITURA DO RECIFE. **Perfil dos bairros - Pina**. Censo IBGE, 2010. Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/pina?op=NzQ0MQ==> Acesso em: 25 ago. 2024.

RECIFE. **Compaz**: eleito melhor projeto de redução de desigualdade social do Brasil. Diário Oficial, Recife, v. 128, n. XLVIII, 2019. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=R20191102&pasta=Novembro%5CDia02&pagfis=3046>. Acesso em: 31 jan. 2024.

RECIFE. **Plano Municipal de Segurança Urbana e Prevenção da Violência**. Recife: 2013.

RECIFE. **Lei Municipal n. 18.850, de 13 de outubro de 2021**. Institui a Política Municipal de Cultura de Paz e Justiça Restaurativa do Recife. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/lei-ordinaria/2021/1885/18850/lei-ordinaria-n-18850-2021-institui-a-politica-municipal-de-cultura-de-paz-e-justica-restaurativa-do-recife?r=p> Acesso em: 07 set. 2023.

REGO, Rodrigo Ramos Silva. **Política Pública e Redução Da Criminalidade Urbana**: Uma análise empírica do Compaz em bairros do Recife. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Pernambuco, 2018. 36fls.

REYMAO, Ana Elizabeth Neirao; CAÇAPIETRA, Ricardo dos Santos. Políticas Públicas e a Concretização dos Direitos Sociais: Tomada de Decisão, Arquitetura de Escolhas e Efetividade. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 8, n. 2, 2018.

ROTHENBURG, Walter Claudius. **Direitos Sociais São Direitos Fundamentais**. Salvador: JusPodivm, 2021. 416 p.

ROWLING, Joanne Kathleen. **Harry Potter e as Relíquias da Morte**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SANTOS, Claudia; ECHEVERRIA, Deborah; DANTAS, Rafael. **Compaz Espaço de Inclusão e Transformação Social** - Política Pública de Prevenção à Violência da Cidade do Recife. Organizadores: Francisco Cunha e Carmem Cardoso. Recife: Cepe, 2022. 220p. (Coleção Recife 500 anos).

SEABRA, S. A nova administração pública e mudanças organizacionais. **Revista de Administração Pública**. Vol. 35, N. 4, 2001, pp. 19-43.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. Construindo uma abordagem participativa para avaliação de políticas públicas e programas sociais. 2009 *Congress of the Latin American Studies Association*, Rio de Janeiro, Brasil, junho, 11 a 14 de 2009.

SOUZA, Celina. “Estado do Campo” da Pesquisa em Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - Vol. 18 N°. 51, p.15-20, fevereiro/2003.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

STEWART, R. Management in the public and private sector. *Higher Education Quarterly*, Vol. 46, N. 2, 1992, pp. 157-65.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública (RAP)**. Rio de Janeiro 42(3):529-50, maio/jun. 2008.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO. **Resultados das eleições 2008 1º Turno Recife**. Disponível em: <https://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2008-1/divulgacao-de-resultados-2008> Acesso em: 09 set. 2024.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO. **Resultados das eleições 2012 1º Turno Recife**. Disponível em: <https://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2012/divulgacao-do-resultado-das-eleicoes-2012> Acesso em: 09 set. 2024.

UFPE. **Metodologia ajuda Prefeitura do Recife a definir localidade para implantar Compaz**. Institucional. UFPE Notícias. Disponível em: [https://www.ufpe.br/dep/todos-os-informes/-/asset\\_publisher/fXvMqa5VYd37/content/metodologia-ajuda-prefeitura-do-recife-a-definir-localidade-para-implantar-compaz/39479](https://www.ufpe.br/dep/todos-os-informes/-/asset_publisher/fXvMqa5VYd37/content/metodologia-ajuda-prefeitura-do-recife-a-definir-localidade-para-implantar-compaz/39479) Acesso em: 12 jan. 2024.

UNICEF. **Entre Vozes e Vivências** - Avaliação Participativa do Compaz para o fortalecimento da cultura de paz e inclusão social no Recife (PE). Fundo das Nações Unidas para a Infância/Prefeitura do Recife, 2023. 109p.

XIMENES, Julia Maurmann. **Direito e Políticas Públicas**. Brasília: Enap, 2021. 82 p.: il. – (Coleção Governo e Políticas Públicas).

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

## APÊNDICE A: Pedido de Acesso à Informação nº. 2024008630079010280



DETALHE PEDIDO 2024008630079010280

DATA DA CONSULTA: 25/07/2024 22:31:43

**DADOS DO SOLICITANTE**

**Nome:** Erica Oliveira Cavalcanti Schumacher  
**Email:** erica\_cavalcanti@hotmail.com  
**Telefone(s):** (81)99985-9218, (81)99991-4856  
**Endereço:** Rua Professora Sílvia Ferreira, 935, bairro Piedade, Jaboatão dos Guararapes/Pernambuco, Brasil

**DADOS DO PEDIDO**

**Número do pedido (Protocolo):** 2024008630079010280  
**Recurso:** Não  
**Prorrogado:** Não  
**Situação atual:** Respondido  
**Data de criação:** 23/07/2024 15:27:27  
**Data 1º recurso:** ---  
**Data 2º recurso:** ---  
**Data de resposta:** 25/07/2024 08:55:25  
**Motivo:** Pesquisa  
**Descrição:** Solicito os dados dos quantitativos de atendimentos feitos pelos 6 equipamentos da rede Compaz, se possível, dentro do recorte de tempo de implantação das unidades até o período mais recente já contabilizado. Não faço discriminação por serviços, é de meu interesse todos os dados possíveis que possam ser disponibilizados sobre a operação da rede Compaz.  
 Estou finalizando uma dissertação no mestrado em Direitos Humanos na UFPE, dentro da linha de pesquisa de políticas públicas. Nesse tempo de pesquisa, acesso com bastante frequência o site da PCR/Compaz, mas não obtive os números dos atendimentos dos serviços ofertados pela rede. Se possível, gostaria de receber também um mapa da cidade do Recife com as atualizações dos locais de funcionamento da rede por RPA. O mapa disponível ainda mostra apenas 4 equipamentos, não referenciando as implantações dos Compaz Paulo Freire e Leda Alves (2024). Para minha pesquisa, é suficiente o envio do material eletronicamente, não sendo necessário nenhum tipo de documentação impressa.  
**Enviou arquivo complementar:** Solicitação Original - NÃO

DETALHE PEDIDO 2024008630079010280

DATA DA CONSULTA: 25/07/2024 22:31:43

**HISTÓRICO**

Data/hora	Situação	Recurso	Mensagens
23/07/2024 15:27:27	Em processamento	Não	<p><b>PEDIDO DO SOLICITANTE- CRIAÇÃO DO PEDIDO:</b></p> <p>Solicito os dados dos quantitativos de atendimentos feitos pelos 6 equipamentos da rede Compaz, se possível, dentro do recorte de tempo de implantação das unidades até o período mais recente já contabilizado. Não faço discriminação por serviços, é de meu interesse todos os dados possíveis que possam ser disponibilizados sobre a operação da rede Compaz.</p> <p>Estou finalizando uma dissertação no mestrado em Direitos Humanos na UFPE, dentro da linha de pesquisa de políticas públicas. Nesse tempo de pesquisa, acesso com bastante frequência o site da PCR/Compaz, mas não obtive os números dos atendimentos dos serviços ofertados pela rede.</p> <p>Se possível, gostaria de receber também um mapa da cidade do Recife com as atualizações dos locais de funcionamento da rede por RPA. O mapa disponível ainda mostra apenas 4 equipamentos, não referenciando as implantações dos Compaz Paulo Freire e Leda Alves (2024).</p> <p>Para minha pesquisa, é suficiente o envio do material eletronicamente, não sendo necessário nenhum tipo de documentação impressa.</p>
24/07/2024 10:04:08	Em Análise	Não	
25/07/2024 08:55:25	Respondido	Não	<p><b>RESPOSTA AO PEDIDO DE INFORMAÇÃO:</b></p> <p>Em resposta ao pedido nº 2024008630079010280 segue em anexo.</p> <p>Arquivos Anexos:</p> <p>mapas - Compaz.pdf (1)            Gestão Atendimentos - Compaz 2024.pdf (2)</p>

Link para arquivos anexados exibidos no histórico:

(1) - mapas - Compaz.pdf - [http://transparencia.recife.pe.gov.br/uploads/total\\_arquivoPedido/2024\\_33451\\_863\\_0\\_R.pdf](http://transparencia.recife.pe.gov.br/uploads/total_arquivoPedido/2024_33451_863_0_R.pdf)(2) - Gestão Atendimentos - Compaz 2024.pdf - [http://transparencia.recife.pe.gov.br/uploads/total\\_arquivoPedido/2024\\_33451\\_863\\_1\\_R.pdf](http://transparencia.recife.pe.gov.br/uploads/total_arquivoPedido/2024_33451_863_1_R.pdf)